

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO**

WERNER ENGEL

**A (IN)SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS: O CASO
DE SEIS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO EXTREMO OESTE PARANAENSE**

**TOLEDO
2012**

WERNER ENGEL

**A (IN)SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS: O CASO
DE SEIS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO EXTREMO OESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial ao título de Mestre do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, *Campus* de Toledo.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer

TOLEDO
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

E57i	Engel, Werner A (in)sustentabilidade em pequenas propriedades rurais: o caso de seis municípios localizados no extremo oeste paranaense / Werner Engel - Toledo, 2012 155 p. Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012. 1. Oeste do Paraná - Pequenas propriedades rurais. 2. Oeste do Paraná - Êxodo rural. 3. Economia paranaense. 4. Oeste do Paraná - (In)sustentabilidade. I. Universidade Estadual de Maringá. II. Título. CDD 22.ed. 338.98162 307.72 CIP-NBR 12899
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO - PARANÁ**

**A (IN)SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS: O CASO
DE SEIS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NO EXTREMO OESTE PARANAENSE**

**DISSERTAÇÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (*STRICTO SENSU*) -
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO**

Aluno: Werner Engel

Data: 25/06/2012

Banca Pública de Apreciação da Dissertação

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer

Convidado: Prof. Dr. Sergio Luís Allebrandt

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima

Dedico este trabalho aos meus pais, Henrique (in memoriam) e Myrtha, maiores exemplos de dedicação aos filhos. Apesar de pouco conhecimento formal e de outras dificuldades de vida, souberam transmitir toda a sua sabedoria e o seu apoio.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que todos os dias de minha vida me deu forças para nunca desistir.

À coordenação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus de Toledo*.

Ao meu orientador, Professor Dr. Moacir Piffer, por seu apoio e amizade, além de sua dedicação, competência e especial atenção nas revisões e sugestões, fatores fundamentais para a conclusão deste trabalho.

A todos os professores do mestrado que ministraram aulas e orientações e dedicaram uma parte do seu tempo e assim contribuíram para a minha formação.

À Assistente do Programa de Pós-Graduação, Clarice Theobald Sthal, pelo suporte dado às nossas necessidades acadêmicas.

Aos colegas da turma de mestrado para agronegócio, pelo companheirismo que demonstraram com a nossa turma desde o início desta jornada.

À minha esposa, Rozeli, e aos meus filhos, Giselle e Gustavo, pela compreensão e apoio.

ENGEL, Werner. **(In)sustentabilidade em pequenas propriedades rurais: o caso de seis municípios localizados no extremo oeste paranaense**. 2012. 156p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar no setor agropecuário, nos municípios estabelecidos do extremo oeste do Estado do Paraná, com foco nas pequenas propriedades rurais, fatores determinantes da sustentabilidade e as perspectivas para o futuro dessas propriedades. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário, entrevistas que buscaram evidenciar as características do produtor rural e sua unidade de produção e dados sobre a forma como o produtor visualiza a sua propriedade, e como percebe as perspectivas do futuro. Os dados foram a base da análise na verificação da (in)sustentabilidade financeira, econômica, social e ambiental, constatando a permanência ou não do pequeno proprietário nas suas atividades. Com o resultado deste estudo de caso, espera-se contribuir para o conhecimento dessa parcela da população e que as autoridades possam direcionar recursos e políticas de incentivo à produção e renda para reduzir o êxodo rural, porque se constataram tendências de insustentabilidade nas pequenas propriedades rurais nos municípios estudados.

Palavras-chave: Pequenas propriedades rurais; Êxodo rural; (In)Sustentabilidade; Economia Paranaense.

ENGEL, Werner. **(Un)sustainability on small farms: the case of six municipalities located in the extreme west of Paraná.** 2012. 156p. Dissertation (Master of Regional Development and Agribusiness) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyse and to identify the agricultural sector in the cities established in the far west of Paraná State, focusing on small farms, determinants factors of sustainability and the perspectives for the future of these properties. Data collection was conducted through questionnaires, interviews that sought to highlight the characteristics of the farmer and his production unit and data about how the producer view his property, and how he perceives this perspectives for the future. The data were the basis of the analysis in the verification of financial, economic, social and environmental (un)sustainability, noting the presence or not of the small landowner in his activities. With the outcome of this case study, it contributes to the knowledge of this portion of the population and the authorities can direct resources and policies to encourage production and income to reduce the rural exodus because it was found unsustainable trends of small farms in the cities studied.

Keywords: Small farms; Rural exodus; (Un)Sustainability; Paraná State Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários, 1970-2006	46
Tabela 2. Região Sul: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários, 1970-2006 ...	47
Tabela 3. Paraná: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários, 1970-2006	48
Tabela 4. Brasil, Região Sul, Paraná, média de hectares por estabelecimento, 1970- 2006	48
Tabela 5. Paraná: Condição dos Produtores e Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários dos Municípios Selecionados - 2006.....	50
Tabela 6. Paraná: Número de Estabelecimentos Agropecuários dos Municípios Selecionados - 2006.....	50
Tabela 7. Paraná: Pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor, por idade e principais características nos Municípios Selecionados - 2006.....	51
Tabela 8. Paraná: Pessoal ocupado nos estabelecimentos por sexo nos Municípios Estudados, 2006	52
Tabela 9. Tempo de Atuação na Agricultura dos Pequenos proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.....	55
Tabela 10. Faixas Etárias dos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	57
Tabela 11. Sexo/gênero dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011	60
Tabela 12. Escolaridade dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	60
Tabela 13. Estado Civil dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	62
Tabela 14. Pessoas que Residem e Trabalham na propriedade dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	63
Tabela 15. Quantidade de Empregados nas Propriedades dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	64

Tabela 16. Sócios de uma Cooperativa dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	65
Tabela 17. Filhos Sócios de Cooperativa dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	65
Tabela 18. Motivos de não ser Sócio em Cooperativa dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	66
Tabela 19. Estrutura Tecnológica (computador) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	67
Tabela 20. Estrutura Tecnológica (internet) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	67
Tabela 21. Estrutura Tecnológica (Telefone fixo ou móvel) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	68
Tabela 22. Estrutura Tecnológica (Televisão) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	69
Tabela 23. Associativismo dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	69
Tabela 24. Principais Atividades Econômicas dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	70
Tabela 25. Patrimônio dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	73
Tabela 26. Receita Operacional 2009 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	76
Tabela 27. Receita Operacional 2010 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	79

Tabela 28. Custo Operacional 2009 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	81
Tabela 29. Receita Operacional 2010 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	82
Tabela 30. Tamanho das Propriedades dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	83
Tabela 31. Utilização das Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná em hectares – Municípios Selecionados -2011. Utilização das propriedades em hectares.....	85
Tabela 32. Quantidade de Proprietários e utilização da Terra das Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	86
Tabela 33. As Principais Fontes de Renda dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	87
Tabela 34. Renda Complementar dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	89
Tabela 35. Motivos que Direcionam os Investimentos dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	89
Tabela 36. Planejamento dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	90
Tabela 37. Critérios para Diversificação de Cultura dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	91
Tabela 38. Existência e Tipo de Controle dos Gastos dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	93
Tabela 39. Benefícios com a Implantação de um Controle Efetivo dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	93

Tabela 40. Financiamentos dos Pequenos Proprietários para as Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	94
Tabela 41. Endividamento dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	95
Tabela 42. Motivos da busca de financiamentos dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	96
Tabela 43. Ano que os pequenos proprietários buscaram financiamento para as pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	97
Tabela 44. Período do primeiro financiamento dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	97
Tabela 45. Aplicação dos Recursos Financiados dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	98
Tabela 46. Visão de Lucro dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	99
Tabela 47. Assistência Técnica aos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	99
Tabela 48. Preservação do Meio Ambiente dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	100
Tabela 49. Ações para Melhorar a Agropecuária e Qualidade de Vida dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	102
Tabela 50. Concordância com a conservação e o percentual ideal de preservação dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	106
Tabela 51. Quantidade de Hectares Adquiridas da Colonizadora pelas Famílias Pioneiras, Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	106

Tabela 52. Quantidade de filho(a)s dos Pioneiros dos Pequenos Proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná - Municípios Selecionados – 2011.....	107
Tabela 53. Quantidade de Filhos(as) (dos pioneiros) que Permaneceram na Propriedade) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	107
Tabela 54. Área em Hectares Transferidos dos Pioneiros para os Herdeiros dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	108
Tabela 55. Destino dos Filhos dos Pioneiros dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	108
Tabela 56. Renda não Agrícola ou Pecuário dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	110
Tabela 57. Não Pioneiros, número de filhos nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	112
Tabela 58. Quantidade de Filhos(as) (não pioneiros) que Permaneceram na Propriedade) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	112
Tabela 59. Área em Hectares Transferidos (não Pioneiros) para os herdeiros dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	113
Tabela 60. Renda não Agrícola ou Pecuária (não Pioneiros) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	114
Tabela 61. Permanência do pequeno proprietário nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	115
Tabela 62. Permanência dos filhos ou netos permanecessem nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.	116
Tabela 63. Quantidade de hectares com os Respectivos Percentuais de Reserva dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	118

Tabela 64. Quantidade de hectares, percentuais de reserva e quantidade de hectares que faltam para completar no mínimo 20% da área dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	118
Tabela 65. Custo e receita e resultado dos produtos soja e milho - 2009.....	120
Tabela 66. Dados referentes à produção de leite - 2011	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tempo de Atuação na Agricultura dos Pequenos Proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.....	56
Gráfico 2. Tempo de Atuação na Agricultura dos Pequenos Proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.....	57
Gráfico 3. Faixas Etárias dos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	59
Gráfico 4. Faixas Etárias dos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	59
Gráfico 5. Escolaridade dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	61
Gráfico 6. Escolaridade dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	62
Gráfico 7. Principais Atividades Econômicas (em percentuais) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	71
Gráfico 8. Principais Atividades Econômicas(em percentuais) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	72
Gráfico 9. Patrimônio dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	75
Gráfico 10. Patrimônio dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.	75
Gráfico 11. Receita Operacional 2009 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	77
Gráfico 12. Receita Operacional 2009 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.....	78

Gráfico 13. Receita Operacional 2010 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	80
Gráfico 14. Receita Operacional 2009 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	80
Gráfico 15. Tamanho das Propriedades em percentual dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.	84
Gráfico 16. Tamanho das Propriedades em percentual dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011 Tamanho das propriedades em hectares, sem MCR (em percentual).	84
Gráfico 17. Principais Fontes de Renda em percentual dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.	88
Gráfico 18. Principais Fontes de Renda em percentual dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.	88
Gráfico 19. Planejamento (em percentuais) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	92
Gráfico 20. Planejamento (em percentuais) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	92
Gráfico 21. Ações para Melhorar a Agropecuária e Qualidade de Vida dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	103
Gráfico 22. Ações para Melhorar a Agropecuária e Qualidade de Vida dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	105
Gráfico 23. Destino dos Filhos dos Pioneiros (em percentuais) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	109
Gráfico 24. Destino dos Filhos dos Pioneiros(em percentuais e sem os dados de MCR) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	110

Gráfico 25. Renda não Agrícola ou Pecuário dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	111
Gráfico 26. Renda não Agrícola ou Pecuário(sem os dados de MCR) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.....	111

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - Questionário Realizado com Produtores que atuam Exclusivamente na Atividade Agropecuária	134
APÊNDICE B – Dados Consolidados da Pesquisa	139
ANEXO A - Pesquisa da Emater	154
ANEXO B - A Estrutura Agrária do Estado do Paraná	155

LISTA DE ABREVIATURAS

% C/MCR – Percentual com Marechal Cândido Rondon
% S/MCR - Percentual sem Marechal Cândido Rondon
ACEMPRE – Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos.
ADM - Archer Daniels Midland Company
C.Vale – Cooperativa Agroindustrial do Vale do Piquiri
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial Copagril
COPAVEL – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
E.R.O - Entre Rio do Oeste
Est. - Estabelecimentos
GO – Goiás
Ha - Hectares
I.RIEDI – Ivo Riedi
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES – Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico e Social
LAR – Cooperativa Agroindustrial Lar
M.C.R. – Marechal Cândido Rondon
Merc. - Mercedes
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
N.S.R. – Nova Santa Rosa
P.B. – Pato Bragado
Q.P. – Quatro Pontes
Qt. - Quantidade
T.G.C/MCR – Total Geral com Marechal Cândido Rondon
T.G.S/MCR - Total Geral sem Marechal Cândido Rondon
Var.C/ e S/MCR – Variação com e sem Marechal Cândido Rondon

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	20
1.2 OBJETIVOS: Geral e Específicos	25
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	30
4 ANÁLISE E ABORDAGEM DA ESTRUTURA AGRÁRIA E (IN)SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO OESTE DO PARANÁ.....	46
5 AS PEQUENAS PROPRIEDADES NO OESTE DO PARANÁ.....	54
6 CONCLUSÃO	122
REFERENCIAS.....	130
APÊNDICES E ANEXOS	133

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto as Pequenas Propriedades Agrícolas nos municípios de Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes e a sua (in)sustentabilidade.

Para alcançar a sustentabilidade, a pequena propriedade agrícola ou entidade familiar deve ter sua continuidade assegurada de geração em geração, perpetuamente, e, para isso, a sustentabilidade é a garantia dessa continuidade através da viabilidade econômica, social e ambiental.

Entre os autores nacionais que discutem agricultura sustentável (VEIGA, 2005; GUANZIROLI et al., 2001; LAMARCHE, 1993) e outros, predomina a ideia de que a agricultura familiar é o ator social e que, por seus atributos (como diversificação produtiva, a lógica de subsistência e pelo modo de se relacionar com a natureza), possui as condições de realizar a passagem para um modelo de desenvolvimento sustentável: “Há quem argumenta que o desenvolvimento sustentável é um meio enquanto que para outros é um fim em si mesmo” (SOTO, 2002, p. 99).

O aspecto do desenvolvimento sustentável em seu bojo deverá observar se foram criadas condições para que a sociedade seja mais justa, tenha disposição de reconhecer igualmente o direito de cada pessoa e o objetivo é alcançado quando for possível produzir produtos sem destruir os recursos naturais e sem a utilização de agrotóxicos.

Segundo Soto (2002), o modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira (que teve início na década de 1940) optou pela modernização da produção com a utilização de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes selecionadas, inseticidas e pesticidas. Como resultado, obteve altas taxas de produtividade. Atualmente reconhece os erros praticados contra o meio ambiente.

Os países desenvolvidos que apresentam os melhores Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) detêm um traço comum, que é a presença significativa da pequena propriedade nas suas economias no cumprimento da função de produzir alimentos e matéria-prima.

Segundo Guanziroli et al. (2001), o dinamismo econômico e social da Pequena Propriedade exerceu grande influência na estruturação dos países desenvolvidos.

Esses países passaram de uma economia agrícola para uma economia industrializada. Nessa transição, a agricultura desempenhou um papel fundamental e imprescindível no desenvolvimento e crescimento dessas economias, inclusive contribuiu para o equilíbrio do crescimento econômico, liberando a mão de obra rural para o setor urbano-industrial. Hoje os países desenvolvidos subsidiam a produção de alimentos, pois suas experiências no passado ensinaram que é necessário prevenir-se com estoques abundantes e proteger os produtores.

Guanzioli et al. (2001) constatam o fracasso, em todo o mundo, do que ele chama de estratégias urbanas de desenvolvimento rural. Esse fracasso foi revelado pela persistência e ou pelo aumento da pobreza rural, principalmente quando os governos, a qualquer preço, necessitam desenvolver a agroindústria, incentivando a exportação da produção agrícola produzida em escala. Os governos financiaram as propriedades maiores ou tradicionais com taxas de juros subsidiados, provocando uma redução de mão de obra no setor agrícola, oriunda dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, e, conseqüentemente, a expulsão desses produtores na fronteira agrícola.

O papel da agricultura é produzir alimentos, primeiro para suprir as necessidades próprias e familiares, depois o excedente para o mercado interno e externo, mas foram excluídos do processo em consequência de políticas adotadas.

Para Soto (2002), o mundo enfrenta o maior desafio de todos os tempos, que é conciliar desenvolvimento agrícola e produzir alimentos com eficiência e sem destruir ou agredir o meio ambiente, e que até agora não está conseguindo produzir o suficiente sem destruir.

Para conhecer a situação dos pequenos proprietários rurais é necessário realizar mais estudos e aprofundar pesquisas sobre esse assunto, mais pesquisas e nesse sentido essa pesquisa contribui para um planejamento para a aquisição de terras para os proprietários de pequenas áreas rurais e trabalhadores rurais com aptidão para desenvolver a agricultura e pecuária.

1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Para melhor definir o objeto desta pesquisa, cabe questionar: – Quem é considerado pequeno proprietário de terras neste estudo?

Compreende-se como pequenos proprietários agrícolas os estabelecimentos que possuem áreas até quatro módulos fiscais, ou seja, 72 hectares, atualmente em vigor nos municípios do Oeste do Paraná. Neste estudo delimita-se e considera-se a área de 50 hectares, que representa 2,78 módulos fiscais para os municípios selecionados, com base no Censo Agropecuário 1995/96- IBGE, para a Região Sul, que estipula a média dos estabelecimentos de 21 hectares e o percentual de propriedades que estão abaixo dessa área é de 67,9%.

A resolução dos problemas sociais no campo, na busca por uma agricultura sustentável, é um objetivo, mas não há prazo para a sua realização. O processo de transição da agricultura convencional à agricultura sustentável está em curso. As pequenas propriedades deverão suportar essa transição em curso diante da ineficiência das políticas governamentais, e não é apenas a transição, mas a modernização no novo sistema de produção.

Nesse sentido, Guanzioli (2001, p. 16) observa outros problemas:

Esta visão limitada da inserção da agricultura na economia ignorava não apenas os efeitos sociais negativos de um crescimento baseado na modernização do latifúndio, como também a correlação positiva entre crescimento econômico e distribuição de renda.

As pequenas propriedades agrícolas sofrem com as perdas eventuais ou não no processo produtivo, e mesmo que o processo seja perfeito, é dependente de fatores externos alheios à sua vontade.

Ao ocorrer a aquisição de insumos e de sementes fiscalizados e selecionados, adquire-se junto um nível de tecnologia. Por outro lado, o processo produtivo é influenciado pela qualidade do solo, pelo clima, por recursos financeiros, por tamanho da propriedade e pela observação das leis ambientais. Das empresas a jusante, é dependente do nível de preços dos produtos, da carga tributária, da taxa cambial, do mercado interno e internacional, entre outros fatores.

Percebe-se que a vulnerabilidade sempre está presente para os que produzem produtos agropecuários. Além do nível tecnológico e influencia das empresas a montante e a jusante e também não se trata apenas de recursos para produzir, mas o que produzir e quanto é necessário produzir, pois o resultado satisfatório de uma cultura não é suficiente e deve ser observado se essa propriedade comporta a atividade priorizada. Todos esses fatores podem levar as

pequenas propriedades agrícolas a dificuldades econômicas e à insustentabilidade, e o passo seguinte, o desaparecimento.

Sabe-se que os grandes produtores (no passado) tiveram um apoio maior, em função das políticas agrícolas voltadas para a produção em escala de produtos destinados ao mercado internacional, na esperança de captar recursos para o desenvolvimento da indústria nacional. Ocorreu então que, com a produção em grande escala, a mão de obra foi substituída pelas máquinas e transferida ao espaço urbano-industrial, sem qualificação, barata, tornando a vida desses novos e potenciais empregados uma vida muito difícil de sobrevivência, causando problemas sociais para as cidades, mas era a opção que lhes foi dado.

Lima et al. (2001, p. 21) relatam quem começou a preocupar-se com as pequenas propriedades. Segundo o autor, foram os economistas e os agrônomos os primeiros profissionais a perceberem as dificuldades e a começarem a atuar na área da administração da propriedade rural, com estudos de viabilidade econômica das atividades agrícolas e recomendações técnicas propostas aos agricultores.

A preocupação desses profissionais em relação aos diversos produtores existentes no Brasil, principalmente em relação aos produtores de pequena produção ou produção familiar na região Sul, envolvia parâmetros como as desigualdades das condições econômico-sociais, pois os agricultores, em dado momento da história, se encontram em situações diferenciadas em função da quantidade e da qualidade da terra e dos demais meios de produção e estão integrados de forma distinta a um determinado meio agroecológico e socioeconômico com o qual estabelecem suas relações de produção.

Na agricultura é fundamental o progresso técnico, pois é ele que qualifica ou desqualifica o processo de trabalho agrícola. Sob esse ponto de vista técnico, a concentração dos grandes capitais na agricultura implica a multiplicação de módulos de produção, prática que é definida para otimizar a utilização dos equipamentos agrícolas, mão de obra e toda a estrutura ou infraestrutura existente na propriedade. É essa otimização que interferiu negativamente sobre a população trabalhadora das pequenas propriedades.

A agricultura brasileira, em especial a agricultura praticada em pequenas propriedades, teve seus direitos de certa forma alicerçados no papel da agricultura familiar, nos processos de desenvolvimento com distribuição de renda, mas a prática mostrava que o processo de crescimento econômico era excludente. Em

decorrência, a agricultura familiar enfrentou uma forte oposição e dificuldades à sua expansão.

As poucas políticas colocadas à disposição dos órgãos de financiamento, como bancos, para apoiar a pequena agricultura sempre foram insuficientes e não atingiam a todos os produtores e isso fez e faz com que a pequena propriedade no Brasil esteja atrelada à boa vontade dos políticos e dos governantes.

No caso brasileiro, o lugar institucional do principal programa de desenvolvimento rural – o Pronaf – sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza. Com isso, o Pronaf nunca foi alçado à categoria de política permanente, nem nunca dispôs de uma maior articulação com outras políticas estruturais do governo federal. (FAVARETO, 2007, p. 156).

O acesso a essas linhas de crédito depende e dependia do desenvolvimento do município e não dos produtores de forma individualizada em situações de pobreza. Algumas linhas de aplicação de recursos são claras, mas outras são direcionadas aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, por isso não eram programas específicos e voltados ao combate das desigualdades econômicas e sociais.

Diante do exposto, este estudo terá dois “grandes” questionamentos a serem perseguidos:

1º- Quais são as perspectivas de sustentabilidade dessas famílias em retirar o sustendo da terra para a própria sobrevivência e como prosseguir para a autossuficiência econômica e a continuidade de suas famílias na propriedade, considerando a legislação ambiental, entre outros?

2º- Quais são os fatores que afetam a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental dessas pequenas propriedades?

Na análise deste estudo para alcançar a sustentabilidade serão observados os seguintes aspectos: tamanho da área, estrutura produtiva e rentabilidade, além de se discutir ainda as instituições estruturadas com o dever de contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas unidades de produção.

Qual é a situação dos pequenos proprietários nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes, onde há a predominância da pequena propriedade? Quais são as reais dificuldades em adquirir novas propriedades? Como ocorre a divisão das

propriedades entre as famílias? Quais são as perspectivas de continuidade da pequena propriedade?

A justificativa desta pesquisa está relacionada com a importância da produção de alimentos, a sobrevivência do pequeno produtor e a sua sustentabilidade econômica e social nos municípios que possuem pequenas propriedades rurais.

Tradicionalmente, a perpetuação da pequena propriedade e do minifúndio com famílias numerosas tornou inviável a permanência dessa população na mesma propriedade. Em decorrência, periodicamente ocorreram processos de migração para outras fronteiras agrícolas em outros Estados ou em outros países.

O êxodo rural tem sido e é uma realidade no Brasil e atinge principalmente os jovens, motivados pela falta de oportunidades de crescimento econômico e falta de bem-estar nas pequenas propriedades, ainda que existam políticas públicas de Estado que visem à valorização e à fixação dessas populações no campo.

Precisa-se conhecer a realidade do pequeno proprietário nos municípios selecionados, diagnosticar os sintomas que afetam essa parte da sociedade no processo de desenvolvimento e crescimento econômico sustentável, e que políticas agrícolas poderão ser adotadas que sejam duradouras e seguras, a exemplo do preço mínimo e do seguro agrícola, para estagnar parcialmente o êxodo rural.

A condição do pequeno proprietário na sua administração da propriedade e a sua pouca cultura escolar deixa, na maioria das vezes, a desejar.

Assim posto, o autor abaixo descreve:

Finalmente, pode-se dizer que a baixa cultura gerencial dos agricultores familiares compromete não somente a competitividade da propriedade agrícola familiar, mas também das associações e atividades por ela gerenciadas [...]. (SOUZA, 2005, p. 63).

Entre os diversos problemas enfrentados pelos pequenos proprietários pode-se citar, também, a baixa cultura gerencial, o que compromete a sustentabilidade dos empreendimentos, como Souza (2005) muito bem observou.

É Dufumier (2007), que identifica uma classe de produtores que não consegue permanecer na propriedade pela insuficiência de renda, assim descreve: “As pequenas unidades produtivas não conseguem viabilizar rendas suficientes para satisfazer as necessidades vitais indispensáveis dos produtores e suas famílias” (DUFUMIER, 2007, p. 77).

Talvez hoje muitas famílias dos pequenos proprietários resistam às dificuldades enfrentadas e consigam sobreviver graças a outras rendas, como aposentadorias ou pensão, ou outras atividades não relacionados à agropecuária ou mesmo a rendas auferidos no setor urbano.

Nesse sentido, compreende-se então que

[...] condições objetivas de produção, os produtores familiares orientam a produção segundo objetivos estratégicos e/ou critérios de racionalidade que, normalmente, visam a: reduzir ou racionalizar os custos totais da família e da produção; minimizar os riscos bioclimáticos e de mercado; garantir a segurança alimentar da família; garantir o emprego da mão-de-obra familiar; investir prioritariamente na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção. (LIMA et al., 2001, p. 43).

Com isso, o autor identifica um esforço de sobrevivência do pequeno produtor, aplicando todos os seus recursos, tanto financeiros como a mão de obra familiar, na propriedade.

Neste sentido, a revisão de literatura apresentada nesta pesquisa foi necessária para articular e entender os encaminhamentos dados para este estudo. A base da argumentação teórica deste estudo está, porém, fundamentalmente entrosada e dará todo o “alicerce” para a base teórica de sustentação de argumentação e exposição da metodologia, dos objetivos propostos e dos resultados obtidos nesta pesquisa

Com esta pesquisa espera-se contribuir com o grupo humano a ser pesquisado, e com a sociedade como um todo, mostrando a atual situação dos pequenos proprietários e a tendência de evolução deles no caminho para uma economia de sustentabilidade ou de insustentabilidade.

1.2 OBJETIVOS: Geral e Específicos

Objetivo geral:

- Identificar e analisar as perspectivas de sustentabilidade da pequena propriedade nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes. No Oeste do Paraná.

Objetivos específicos:

- Identificar e analisar os elementos necessários para a sustentabilidade e ou a (in)sustentabilidade.
- Identificar e analisar os parâmetros entre os principais produtos que serão indicados pelos produtores.
- Identificar e analisar os aspectos referentes à sustentabilidade que mantêm os proprietários na atividade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos utilizada para elaborar a pesquisa. Tem por finalidade apresentar considerações, conceitos e técnicas, principalmente das disciplinas de metodologia científica e estatística, a fim de possibilitar a replicação do estudo e o alcance dos objetivos inicialmente propostos.

Nesta pesquisa inicialmente foi feita revisão de literatura, seguida de estudo exploratório e descritivo de cunho comparativo, na medida em que combina a exploração e descrição do fenômeno em diversas facetas, como a eficiência gerencial num tipo definido de empreendimentos agropecuários.

Também foram coletados dados secundários do IBGE, IPARDES e pesquisa documental por meio de dados disponíveis nos municípios abrangidos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera pequeno proprietário rural aquele com até 72 hectares de terra (quatro módulos fiscais). Neste estudo limitamos o tamanho da propriedade a 50 hectares, critério adotado pelas características das propriedades dos municípios envolvidos no estudo.

Para a escolha dos seis municípios enfocados nesta pesquisa, tomou-se por base fatores históricos como tipo de colonização, municípios colonizados pela mesma empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., conhecida como Maripá, e a origem comum dos pioneiros (oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). Outro fator foi a peculiaridade dos recursos dos imigrantes, recursos limitados a adquirir pequenas áreas de terra. Por fim, os grupos de imigrantes dos municípios selecionados apresentam culturas sociais próximas, dada a homogeneidade da cultura das regiões de origem desses migrantes.

Na busca de dados (primários/campo) necessários ao estudo, foi utilizada a pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários e entrevistas com os proprietários que possuem área de terra até 50 hectares e nela residem.

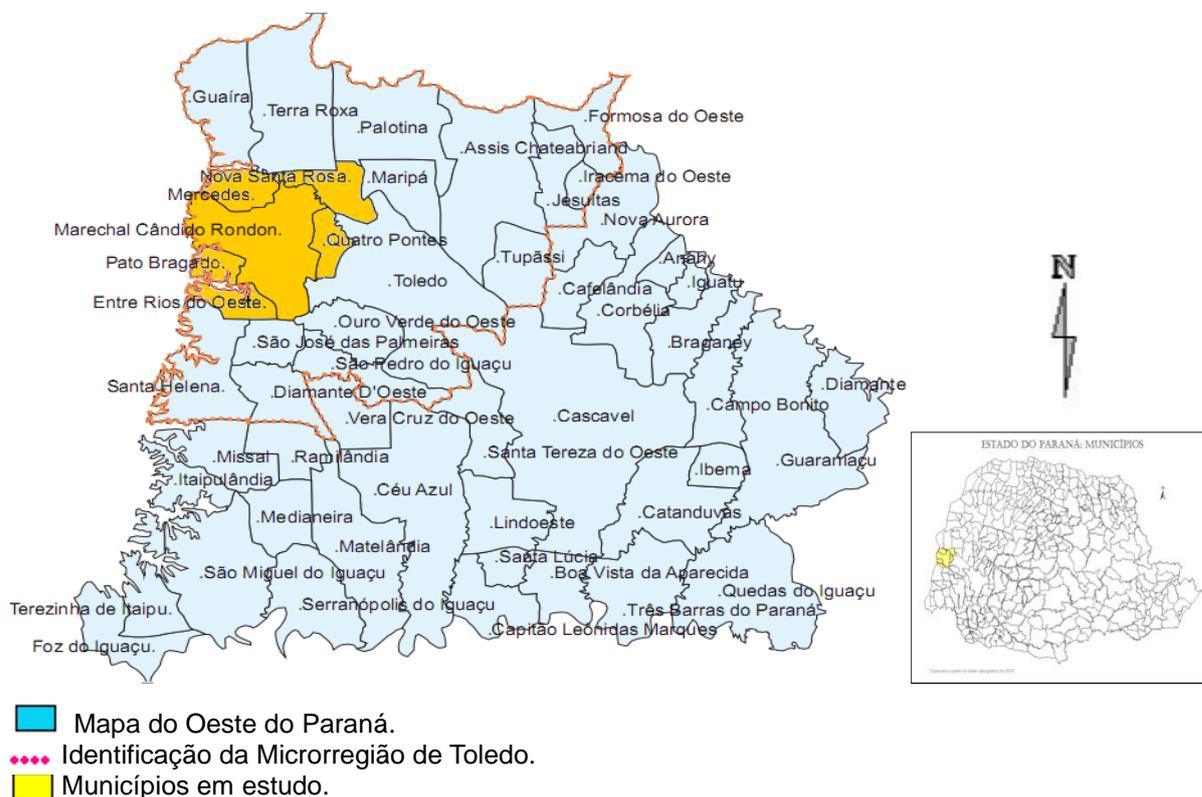
Esses dados serviram de base para as análises e as conclusões sobre os problemas elencados referentes à sustentabilidade nos municípios de Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes, no Oeste do Paraná.

Quanto à quantidade de questionários, foram aplicados em cada município: para Marechal Cândido Rondon, 115; Nova Santa Rosa, 44; Mercedes, 39; Quatro Pontes, 28; Entre Rios do Oeste, 45; e Pato Bragado, 38. Isso fez um total de 309 unidades de questionários, representando aproximadamente cinco por cento de todas as propriedades rurais de cada município, conforme especificado na Tabela 6.

O mapa do Oeste do Estado do Paraná identifica a Microrregião de Toledo, e os municípios pesquisados.

A aplicação de questionários em Marechal Cândido Rondon foi maior em função da maior quantidade de propriedades existentes no município, pois a área total do município é maior, conforme se pode conferir na Figura 1.

Figura 1. Oeste do Paraná com a Identificação dos Seis Municípios Pesquisados - 2012.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE(2006). Modificado e adaptado pelo autor.

Constam também as questões com as respectivas alternativas dos questionários utilizados e aplicados aos pequenos proprietários de terra, de até 50 hectares, que atuam exclusivamente na atividade agropecuária (Apêndice A).

Foram, então, aplicados 309 questionários, tendo os entrevistados sido abordados em suas propriedades/residências ou em locais de grande fluxo de

produtores, tais como entrepostos de cooperativa, empresas cerealistas, agropecuárias, sindicatos. A abordagem foi realizada pelo autor e por uma pessoa treinada para essa atividade. A amostra não sendo probabilística mas aleatória e foram abordados 309 pequenos proprietários rurais.

O questionário foi aplicado aleatoriamente a produtores em todos os municípios selecionados, mas não proporcionalmente. Depois os dados foram tabulados mediante a utilização do programa Excel, ferramenta que permite elaborar informações que possibilitam visualizar os resultados.

Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos (quantidades e percentuais e valores). Junto com a apresentação dados nesses formatos gráficos foram realizadas as respectivas análises segundo os parâmetros aqui assumidos. E, para evidenciar melhor os resultados obtidos, apresentam-se, no Apêndice B, os dados com os cálculos em percentuais de todas as questões respondidas.

Os cálculos dos resultados em quantidades e percentuais tem-se como base a quantidade de respostas de cada questão. Alguns proprietários não responderam todas as questões, neste caso a soma não alcança 309. Por outro lado há questões que os proprietários optaram por mais de uma alternativa, razão da soma ser maior que 309.

Os resultados e as análises foram apresentados com e sem os dados do município de Marechal Cândido Rondon, pelo fato de Marechal Cândido Rondon ser um município de extensão de área e quantidade de propriedades é superior, conseqüentemente a amostra foi maior e, o grau de industrialização é superior aos demais municípios pesquisados.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Com vistas a realizar uma fundamentação teórica para esta pesquisa com base em revisão bibliográfica, necessário se faz dissertar, primeiramente, sobre o tema da sustentabilidade.

A sustentabilidade faz parte, atualmente, da questão da sobrevivência dos seres humanos no planeta Terra e pensar em sustentabilidade é pensar em sobreviver com os recursos disponíveis, protegendo os recursos naturais, com aumento da produtividade, e assegurar os mesmos recursos às gerações futuras.

Saturnino (1998, p. 215) assim identifica a sustentabilidade:

Agricultura sustentável engloba várias correntes de ideias e de procedimentos e tem como objetivo permanente a proteção dos recursos naturais, a manutenção e o aumento da produtividade, a redução dos riscos e a promoção econômica e social, garantindo boa qualidade de vida para o presente e o futuro.

A agricultura sustentável no Brasil está muito longe de ser realidade como garantia de boa qualidade de vida no presente, pois nas políticas do governo, a exemplo dos programas da casa própria, os produtores rurais foram excluídos do processo, colocados à margem da sociedade e, para o pequeno proprietário de terras, os recursos próprios são insuficientes.

Em geral, a tema da Sustentabilidade Ambiental, nos remete à conservação geográfica e ao encontro do equilíbrio dos ecossistemas, isso sendo promovido paralelamente à erradicação da pobreza, à superação da exclusão social e econômica, à observação dos direitos humanos e à busca da integração social.

Para alcançar os propósitos da sustentabilidade ambiental deve-se pensar sobre a sustentabilidade cultural, que pode fazer a diferença e diz respeito aos diferentes valores entre os povos e a compreensão dos processos de mudança que ocorrem nos diversos locais. A cultura leva a mudanças sociais e, nesse sentido, podemos citar a sustentabilidade social, como sendo a melhoria da qualidade de vida do povo, uma distribuição de renda mais justa e a diminuição das diferenças sociais.

A soma de todas as sustentabilidades é um processo complexo, quando atingida por uma região, uma entidade federativa ou mesmo um país desenvolvido em qualquer parte do mundo.

Autores como Guanziroli et al. (2001) relatam que havia grandes diferenças e desequilíbrios socioeconômicos nos países que procuraram o desenvolvimento na busca de melhores condições de vida para a população.

Nesse sentido relatam:

O contraste é gritante com os desequilíbrios socioeconômicos que caracterizam a maioria dos países em vias de desenvolvimento, especialmente latino-americanos, os quais estão, em grande medida, associados às estratégias adotadas de modernização e industrialização. (GUANZIROLI et al., 2001, p. 15).

Paradoxalmente, ou apesar dos discursos otimistas, as estratégias adotadas pelas nações em desenvolvimento visando sair da produção primária para o desenvolvimento industrial produziram, enfim, mais pobreza e mais desigualdade, que continuaram de forma muito acentuada, em vez da sua erradicação. Pelo contrário, o que ocorreu foi um fracasso generalizado nessas nações.

Voltando ao objetivo deste estudo, cabe indagar: – O que identifica uma pequena propriedade rural?

Muito se ouve falar, muito se escreve sobre o assunto. Entende-se que a pequena propriedade é o espaço, o local onde são normalmente desenvolvidas diversas atividades e a mão de obra é quase exclusiva dos familiares e, esporadicamente, de terceiros

Em função disso, Lima et al. (2001, p. 40) inferem:

São unidades de produção essencialmente distintas da empresa capitalista típica. Pois a partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam reproduzir-se social e economicamente, organizado e realizando a produção basicamente através da força de trabalho familiar.

As dificuldades para entender o universo que envolve a agricultura e pecuária brasileira são muito grandes, isso em função dos tipos de agricultores, dos interesses particulares, dos tipos de cultura e das estratégias próprias para vencer e sobreviver, pois cada produtor é estimulado por motivos diferentes e responde de forma diferente, mesmo que os desafios sejam idênticos.

Guanziroli et al. (2001, p. 60) ressaltam:

A estrutura fundiária no Brasil e a distribuição da propriedade da terra é marcante e distorcida mesmo entre os agricultores de pequenas propriedade ou familiares. Existe um número significativo de proprietários

com áreas menores que 5 hectares. Essa quantia, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários.

Entre os pequenos proprietários existem produtores em situações diferenciadas. Existem os produtores descapitalizados pobres, os em vias de abandonar a terra, produtores capitalizados e viáveis e os intermediários que lutam para sobreviver, mas não se sabe a proporcionalidades entre eles.

Nesse sentido, o Capítulo 32 da Agenda 21 trata das responsabilidades dos governos no Fortalecimento do Papel dos Agricultores e, entre os diversos itens elencados, destacam-se:

Promover mecanismos de fixação de preços, políticas comerciais, incentivos fiscais e outros instrumentos que afetem positivamente as decisões de cada agricultor sobre o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais e levar plenamente em conta o impacto dessas decisões sobre as famílias, a segurança alimentar, as rendas agrícolas, o emprego e o meio ambiente; [...] Fazer com que os agricultores e suas organizações representativas participem da formulação de políticas. (AGENDA 21, cap. 21).

Percebe-se que o papel do governo é fundamental, pois o cumprimento de suas responsabilidades pode determinar o destino de milhares de pequenos proprietários agrícolas.

No Brasil, o cumprimento das premissas básicas é negado e muitas delas são combatidas por meio de criação de leis que inviabilizam as pequenas propriedades, pois, nas formulações das políticas para as pequenas propriedades, a participação dos proprietários é insignificante e as decisões são tomadas por burocratas influenciados pelas ONGs e por grandes produtores. Mesmo que os pequenos proprietários rurais são a maioria,

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, que utilizou de estratégias urbanas de desenvolvimento rural, modelo que trouxe o resultado de problemas sociais graves, problemas de que, nos dias atuais, os reflexos são percebidos.

Não era necessário que o Brasil tivesse esse “desgaste”, pois o país tinha ou tem grandes disponibilidades de terras pertencentes à União e, nessa visão, não era necessário deixar desencadear problemas para o campo.

Muitos problemas poderiam ter sido evitados se, nos anos 1960 e 70, tivesse sido aplicada uma política de inclusão voltada à questão da pequena propriedade, porque havia vastas fronteiras agrícolas inexploradas.

Sobre esses problemas, Guanzirolí et al. (2001, p.17) comentam o seguinte: “[...] as quais poderiam ter sido apropriadas pelos pequenos produtores familiares sem ameaçar a expansão das áreas ocupadas produtivamente pelos produtores comerciais não-familiares”. Assim, havia a possibilidade da inclusão de agricultores no sistema de produção de alimentos voltados para o mercado interno, como também, os grandes produtores para o mercado externo.

Por fim, Sen (2004) destaca que a falta de alimentos para a população do mundo já é realidade, pois o crescimento da produção de alimentos não acompanha o crescimento da população mundial. O autor entende que a preocupação com o fato é muito tímida.

Assim, toda esta revisão de literatura é necessário para a estruturação da argumentação e respaldo para esta pesquisa, porém a fundamentação teórica explicitada por Gunnar Myrdal (1965) está tomada como a sustentação maior deste estudo. Assim entendemos, pois a chamada “causação circular”, ou círculo vicioso, tem apresentado semelhanças com as propriedades rurais estudadas nos municípios envolvidos.

Por outro lado, a indústria foi influenciada pelo setor agrícola e o desenvolvimento de alguns setores ou regiões. Com o crescimento/aumento da produção agrícola, alguns setores da indústria foram beneficiados, pois a indústria estava descapitalizada e defasada tecnologicamente.

No entendimento de Graziano da Silva (1981), a industrialização da agricultura brasileira na década de 1970 mostrava-se defasada e assim justificou:

De um lado, porque o consumo de máquinas e de outros bens de capital não converteu a agricultura – de modo geral e não apenas no nosso caso – num ‘sistema de máquinas’, a imagem e semelhança da grande indústria moderna dos nossos dias. Do outro, porque o capital industrial e financeiro subordinou a agricultura a seus interesses, convertendo-a num campo a mais para a inversão de capital, sem que tivesse conseguido transformá-la inteiramente num ‘ramo da indústria’. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 11).

Verifica-se que, na década de 1970, passou a ocorrer o domínio da indústria sobre a agricultura e esse processo se completa nos anos de 1980. Nas décadas anteriores, a agricultura desenvolvia-se lentamente e arcava com todas as consequências das intempéries impostas pela natureza, e essa foi também uma das razões ou motivos que a agricultura não foi transformada num ramo da indústria.

Desde então a indústria exerce cada vez mais o controle do volume de produção nas propriedades agrícolas, principalmente nas pequenas propriedades, e com forte tendência nas médias e grandes propriedades na atualidade.

A industrialização da agricultura não se contenta com baixos níveis de produção. Necessários se fazem volumes cada vez maiores e, conseqüentemente, os interesses econômicos das grandes indústrias em relação aos pequenos proprietários é cada vez menor.

Observa-se que a agricultura foi fundamental para o Brasil e sua industrialização não forneceu a matéria-prima como a indústria pretendia ou desejava, mas produziu para o consumo interno [substituição de importação de alimentos] e o aumento da produção agrícola proporcionou excedentes para o setor exportador, possibilitando recursos em “superávit” para o setor industrial importar máquinas, equipamentos e algumas matérias-primas necessárias na produção, principalmente, de alimentos.

A contribuição da agricultura para a indústria instalada no Brasil, foi a aquisição de tratores, colheitadeiras e de outras máquinas e equipamentos, de adubos químicos, de inseticidas, de herbicidas e de fungicidas, e movimentou a frota de caminhões para o transporte dos grãos e da produção industrial, e o comércio, beneficiou-se através dos postos de combustíveis, dos diversos mercados de gêneros alimentícios, da aquisição de veículos de passeio, e o setor de prestação de serviços, mão de obra de mecânicos, entre outros.

Historicamente, a agricultura que produz apenas para sua subsistência não consegue se industrializar e não consegue dar suporte ao desenvolvimento e crescimento de uma região ou nação. Na prática isso acontecia com as grandes fazendas no período em que imperava o “feudalismo” no Brasil Colônia. Essas fazendas produziam para a subsistência própria, a produção principal (cana-de-açúcar ou café) era exportada e importavam produtos industrializados e os alimentos necessários. (GRAZIANO DA SILVA,1981)

O que se faz necessário para uma propriedade pequena ou grande se estabelecer como viável é a sobra de recursos para viver/sustentar e oportunizar novos investimentos ou reinvestir recursos. Nas pequenas propriedades é mais visível a falta de recursos para investimentos, pois o grau de capitalização delas é

baixo, seus custos são maiores por unidade (hectare), inviabilizando a aquisição de máquinas, sendo essas supridas pelo trabalho árduo dos familiares.

A pequena como a grande propriedade não possuem a capacidade de reproduzir terra, mas atribuem ao produtor rural a responsabilidade de tirar o seu próprio sustento e os recursos necessários para dar continuidade ao ciclo de vida das novas gerações, ou seja, sua sustentabilidade. O que, porém, atualmente se verifica é que a pequena propriedade é insustentável nesse aspecto.

As sobras por unidade produtiva (hectare) são cada vez menores e o aumento da produtividade se anula em função dos preços pagos aos produtores, razão da necessidade do aumento da intensificação da produção nas pequenas propriedades rurais. Dessa maneira, o trabalho no campo é cada vez maior.

São as indústrias, o governo e o mercado que controlam o crescimento da produção e eventual crescimento da renda de uma unidade produtiva. No passado atribuía-se esse crescimento à oferta e à demanda. Hoje parece que não há mais esse entendimento.

O êxodo rural dos jovens pode estar vinculado à extensa jornada de trabalho, baixa remuneração, condições de isolamento/solidão, falta de infraestrutura nas propriedades e condições inadequadas de locomoção. Ocorre também que a propriedade dos pequenos proprietários rurais é considerada apenas reserva de valor, segurança da família para suprir as necessidades de doenças e garantia na velhice, razão de um menor êxodo rural.

Outro aspecto a ser abordado está nos problemas de oferta de boas condições de educação e oferta de condições mínimas de sobrevivência no campo. Ainda hoje existe a luta por manter os filhos ou os netos dos pequenos proprietários nas propriedades rurais, pois o desenvolvimento fascina para a vida urbana, provocando o êxodo rural, justamente por fatores como escolarização e outras condições de sobrevivência mais difíceis na vida rural.

Sobre desenvolvimento, Oliveira (2002, p. 40) assim ressalta:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Corroborando tal posição sobre o tema, o autor abaixo destaca sobre o desenvolvimento:

Uno de los aspectos más característicos del proceso de desarrollo em todos los países es el ahorro progressivo de mano de obra agrícola debido al aumento de productividad de la misma, así como a la utilización recíproca em actividades industriales y de servicios. La conocida tendencia de la población agrícola a emigrar a la ciudad se produce paralelamente al desarrollo económico general. Lo que ya no se reconoce tan ampliamente es el hecho de que los costos de criar a esta corriente migratoria, y en países como los Estados Unidos, de proporcionar una educación básica al misma, son muy considerables. Por tanto como este mano de obra resulta desde este punto de vista practicamente 'gratuita' a los sectores no agrícolas, ello puede suponer um considerable y continuo flujo de 'capital' procedente del setor agrario (FLORES, 1972, p.145).

Verifica-se que o texto, mesmo tendo sido escrito há mais de 30 anos e tendo sua base de análise e pesquisa no México, é perfeitamente aplicável aos dias atuais quanto à questão da mão de obra excedente do campo e transferida para as indústrias e o setor de serviços. Observou bem as causas da baixa remuneração dos salários auferidos pela mão de obra provinda do setor agrícola – é praticamente “gratuita”, afirma. Observa também que baixo nível de escolaridade/educacional dessa mão de obra é um dos motivos da baixa remuneração e que o Estado não tem condições de elevar o nível dessa educação/escolaridade e manter igual ou próximo da oferecido nos centros urbanos maiores.

O autor analisa também a transferência de capitais do setor agropecuário para os demais setores da economia (indústria e comércio e serviços). Afirma que, dos recursos gerados pelo setor, um percentual muito baixo volta para ser reinvestido, o que freia o avanço do desenvolvimento da agricultura.

As tecnologias (sementes transgênicas, nanotecnologia, entre outras) são fatores de desenvolvimento/crescimento, mas elas não pertencem aos produtores, e sim às empresas detentoras das respectivas patentes. Criou-se uma dependência do setor primário a essas tecnologias, e assim os benefícios, como aumento de produtividade e facilidade de manejo das culturas, foram transferidos para essas empresas detentoras, sejam do setor secundário, do terciário ou do Estado.

Tais empresas não têm compromisso prioritário e imprescindível com o setor primário local, a exemplo das empresas no ramo frigorífico como Swift e Seara, que haviam se instalado no município de Marechal Cândido Rondon (Pr), mas que, por motivos econômicos, transferiram suas indústrias para o Estado do Mato Grosso do

Sul, local de possibilidade de obter matéria-prima com maior abundância (milho, soja), propriedades maiores e viabilizar produções maiores, o que confere à indústria uma competitividade maior.

Nessa lacuna deixada por empresas maiores, a cooperativa, depois de mais de uma década, iniciou um novo processo de industrialização e utilização da matéria-prima dos produtores e instalaram frigorífico de aves, com uma produção relativamente pequena e limitação de produção dependente do mercado externo.

Outro tema relacionado a jusante das propriedades são as fusões/incorporações/aquisições de empresas no intuito aumentar a capacidade competitiva do mercado e concorrência por preço e qualidade nos principais mercados internacionais, a exemplo da Sadia e da Perdigão. Elas permanecem nas suas cidades de origem (Toledo-PR e Videira-SC) e os novos investimentos são destinados a outros estados, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, entre outros.

Retomando a questão agrícola, os pequenos proprietários não conseguiram e não conseguem acompanhar, ampliar e incorporar a tecnologia e os cuidados necessários à sua produção na mesma velocidade que a indústria necessita e exige.

Além disso, para as pequenas propriedades localizadas próximos às sedes dos municípios, a possibilidade de produzir produtos hortigranjeiros e suprir o mercado local são poucas, pois os mercados locais são facilmente supridos.

No município de Marechal Cândido Rondon, a Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos - ACEMPRE e o Centro de Apoio do Pequeno Agricultor - CAPA, entidades que coordenam a produção e a distribuição dos produtos hortigranjeiros e produtos orgânicos nos mercados, enfrentam dificuldades no seu papel de coordenadores do desenvolvimento e trabalho:

Daí o diagnóstico de uma estrutura agrária feudal ou com restos de feudalismo enquanto outros negavam o feudalismo ao ressaltar a sua dependência do setor exportador. Mas de qualquer maneira o diagnóstico coincidia no seguinte aspecto: do ponto de vista da indústria nascente, a agricultura, de modo geral, não viria a se constituir um mercado para o setor industrial nascente, representado, portanto, um estrangulamento do processo de industrialização do País. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 47).

Em relação ao universo pesquisado, detecta-se que o nível de escolaridade/educacional dos produtores pesquisados é baixo, não há proprietário com nível superior, e essa escolaridade propicia a baixa remuneração dos

migrantes. Mesmo assim, na atualidade, os agricultores conquistaram algumas vantagens em relação ao passado e, entre elas, podemos citar a concessão de aposentadoria a partir de uma idade mínima exigida, que normalmente é superior à idade mínima exigida do trabalhador urbano. Essa vantagem parece, porém, que não é suficiente para manter, ou seja, fazer permanecer os filhos ou os netos nas pequenas propriedades pesquisadas.

Por falta de oportunidades idênticas às aquelas oferecidas nos centros urbanos, a migração (o chamado êxodo rural) continuará. Importante é registrar que, na pesquisa realizada, não encontramos proprietários agrícolas que trabalhassem nas cidades ou indústrias. Encontramos apenas quem trabalhasse esporadicamente para o vizinho, o qual retribuía da mesma forma.

Dessas acepções, Flores (1972) aborda essas diferenças nos níveis de educação das diversas populações nos países em desenvolvimento, em especial a falta de estrutura para dar aos agricultores as mesmas condições existentes nas cidades, fator de inviabilização da vida no campo e, portanto, de incentivo para o êxodo rural/migração.

No Brasil, a agricultura carece de uma política séria de curto, médio e longo prazo para alcançar o desenvolvimento/crescimento econômico desejado. Para comprovar essa realidade, podemos citar, por exemplo, a discussão sobre as questões ambientais (APPs, mata ciliar, reserva legal e outros), que há muito tempo se arrastam indefinidas em projeto tramitando na Câmara Federal e no Senado. Não é mérito dos órgãos governamentais o nível que a agricultura brasileira como um todo atingiu, porém das empresas multinacionais e nacionais que financiam a produção e disponibilizam novas tecnologias para acompanhar o desenvolvimento para não retardar o Brasil em relação a países desenvolvidos na produção agrícola. Podemos citar empresas multinacionais ou transnacionais como Bayer, Monsanto, Basf, Syngenta, entre outras. Para a Syngenta pagamos *royalties* pelo domínio tecnológico. No setor de comércio e indústria destacam-se, cooperativas como Cooperativa Agroindustrial Copagrill – COPAGRIL, Cooperativa Agroindustrial Mouraoense Ltda - COAMO, Cooperativa Agroindustrial - C.VALE, Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - COPAVEL, Cooperativa Agroindustrial Lar - LAR, entre outras, e empresas privadas como, Archer Daniels Midland Company - ADM, Bunge do Brasil, como Agrícola Horizonte, I.Riedi, Sperafico.

Não são foco deste estudo, mas poderiam ser aqui analisados e considerados, assuntos como o valor transferido da agricultura para o setor industrial e da indústria para o comércio interno e externo na geração de divisas na balança comercial brasileira, e quanto o governo transfere/disponibiliza recursos arrecadados em impostos do setor produtivo agrícola, não considerando os recursos obrigatórios aplicados das instituições financeiras, e excluindo ainda os recursos que o Banco Central arrecada a custo zero dos Bancos Comerciais.

Quanto aos municípios aqui estudados, se for considerada a disponibilidade de áreas novas a serem exploradas, essa disponibilidade não mais existe como fator de expansão agrícola. O caminho agora para um aumento da produção é a incorporação de tecnologias disponíveis. No passado, porém, em relação à disponibilidade de terras para cultivo, seja aqui ou em qualquer parte, as condições eram diferentes em relação às da atualidade.

Tal afirmação é reforçada por, Malthus (1978, p. 173), destacando:

Enquanto houver abundancia de terra fértil, e sempre que qualquer interessado puder adquiri-la, é evidente que ninguém pagará renda a um proprietário de terras. Mas é incompatível com as leis da natureza e com a limitação e a qualidade da terra que tal estado de coisa perdure indefinidamente. Em todos os países tem que existir necessariamente uma diversidade de solos e de localização.

Nas propriedades estudadas já passou o tempo de os proprietários derrubarem uma pequena área de mata a cada ano para obter novamente solo fértil para novos plantios e colheitas abundantes, para a sobrevivência do núcleo familiar. Atualmente as terras das propriedades pesquisadas não mais produzem sem a utilização de adubo, seja orgânico ou químico. Há sempre a necessidade de repor os nutrientes a cada plantio e não é mais possível a ampliação das áreas cultivadas, senão, ao contrário, uma redução dessas áreas. Por isso grande número de pequenos proprietários optaram por migrar ou emigrar para outra região ou país.

Essa foi a realidade do período da análise, mas o foco hoje da sustentabilidade ou da insustentabilidade das pequenas propriedades pesquisadas, na área geográfica em questão, incide sobre terras consideradas de boa qualidade e o que afeta a renda é a relação entre o custo de produção e o preço de venda. Essa margem é reduzida por unidade de produção (hectare) nas produções de soja, milho, trigo, leite, entre outras.

A classificação dos imóveis rurais no Brasil é por módulos fiscais e a dimensão de um módulo depende da região, município ou Estado. Nos municípios estudados, um módulo fiscal possui a dimensão de 18 hectares, o que equivale a 180.000 metros quadrados. O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária de um imóvel rural. Um imóvel rural, quanto ao seu tamanho ou dimensão, é estabelecido no artigo 4º da Lei Federal nº 8.629/1993 e compreende:

- Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
- Pequena propriedade: imóvel rural de área entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- Média propriedade: imóvel rural de área entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;
- Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. (dados complementares no Apêndice A).

O minifundiário e o pequeno proprietário rural necessitam de uma remuneração ascendente para permanecerem na propriedade e atividade. Para isso se faz necessário um crescimento da renda compatível com o crescimento da economia do país, crescimento de renda que só é possível com recursos financeiros, tecnológicos e valorização do produtor e de seu produto.

Veiga, em seu artigo intitulado "Fundamentos do Agrorreformismo", analisa a rentabilidade no setor agrícola americano e assim descreve: "As intervenções dos governos americanos mantiveram os preços pagos ao produtor acima do nível que eles teriam atingido em situação de mercado livre sempre abaixo da paridade" (VEIGA, 2002, p. 81).

Em relação à paridade, o autor faz um comparativo com a remuneração dos trabalhadores braçais de outros setores da economia, e conclui que haveria a necessidade de um aumento de 20% a 40% dos preços agrícolas para atingir o nível de remuneração destes.

A política agrícola brasileira deve preocupar-se e ir ao encontro/defesa da agricultura e pecuária, principalmente da praticada por pequenos proprietários rurais, porque, primeiro, é necessário garantir remuneração compatível para o sustento de sua família e, segundo, produzir excedentes suficientes para atender as demais necessidades da família, como a manutenção dos filhos na escola, lazer, e um crescimento da sua atividade, e este crescimento e bem-estar deve acompanhar o da população urbana.

Para alcançar esse objetivo é necessário que o custo de produção, preços e lucro sejam compatíveis, sem se esquecer do consumidor, para que haja comida farta à crescente população urbana.

Veiga (2002 p. 91) ressalta

[...] a necessidade de favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis, uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários.

O autor se preocupou com os assentamentos da reforma agrária no Pontal do Paranapanema, mas os proprietários, foco do presente estudo, possuem menos hectares de terra em média do observado no assentamento.

Outra notícia referente a benefícios em assentamentos foi no Estado do Paraná, especificamente nos municípios de Honório Serpa e Ramilândia, benefício que se deu na área da inclusão digital.

Em pesquisa *on-line*, verificou-se que:

O assentamento Vitória da União, em Honório Serpa (sudoeste do estado), recebeu no dia 06 de maio um telecentro rural (unidade de inclusão digital). No dia 08, será a vez do assentamento 16 de maio, em Ramilândia (oeste do Paraná), receber o telecentro. As solenidades de entrega serão às 10 horas em cada uma das datas programadas. (ASSENTAMENTOS, 2011).

Nesse atendimento a algumas comunidades assentadas, a exemplo das dos municípios de Honório Serpa e de Ramilândia, do Estado do Paraná, foram instaladas estruturas que não existem ainda para muitas comunidades que trabalham e produzem há décadas e para as quais a inclusão digital é ainda tecnologia inacessível. Percebe-se, pois, quanto são importantes os avanços sociais como diferencial de qualidade de vida.

Aqueles que continuam na pequena exploração estão sujeitos a ficarem sem terra e entrar nas fileiras dos sem-terra e tornando-se alvos daqueles um pouco maiores e melhor preparados ou estruturados.

Essa visão é percebida por Gorender (2002), que analisa a pequena propriedade e apresenta uma questão que envolve a terra, assim se expressando:

A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado (ao contrário é vítima do capital usurário), é desfavorecida na política de preços mínimos, não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de

aperfeiçoamentos técnicos. Enfim está desprovido de tudo que beneficia a grande propriedade fundiária protegida pelo Estado. (GORENDER, 2002, p. 41).

Abramovay (2002), em sua palestra proferida em 12/11/1990 sobre "Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo", publicada no livro "A Questão Agrária Hoje", faz referência a pesquisadores da Unicamp, dizendo:

[...] não só a pequena produção tem peso econômico cada vez menor, como a própria agricultura vai perdendo importância. Há duas consequências aí: em primeiro lugar, não é possível pretender apoiar qualquer medida consistente de redistribuição de renda que tenha por base fundamentalmente a agricultura. Em segundo lugar, não existe mais economia agrícola, sociologia rural, etc. O que há é a economia política do complexo agroindustrial. (ABRAMOVAY, 2002, p. 100).

Ainda na questão agrícola, o autor acima citado, em sua palestra, mostra, em relação à família rural, principalmente em relação aos pequenos proprietários, a realidade que estamos vivendo hoje no Brasil. Ele cita países capitalistas centrais e descreve outra característica importante da agricultura familiar nos países capitalistas centrais, que é a passagem da agricultura familiar para a agricultura individual (ou de responsabilidade pessoal):

Neste sentido, não é possível explicar a importância da família por qualquer critério chayanovista. Não se trata de estratégias que tenham a manutenção da família rural como eixo, mesmo porque existe cada vez menos algo que se aproxime de uma família rural. Hoje, são muitas as unidades produtivas em que o chefe da família é agricultor e os outros membros exercem profissões urbanas. Tanto é assim que a maior parte da população rural da França hoje não é agrícola. Além disso, não é evidente que jovens das famílias de agricultores queiram seguir a profissão dos pais: 63% dos agricultores holandeses em 1976 não têm sucessores. (ABRAMOVAY, 2002, p. 103).

O autor ainda analisa a questão e identifica os principais problemas daqueles países, da não permanência do jovem na agricultura há mais de 30 anos, semelhantemente ao que está ocorrendo nas últimas duas décadas nos municípios aqui em estudo, ou seja, o êxodo rural mais intenso.

Em face disso, ressalta:

[...] o maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um espaço que desperte nos jovens o interesse e de aí realizar seus projetos de vida? Ou, ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades? (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 20).

Formular uma outra questão faz-se necessário: – Ficaram apenas aqueles sem uma escolaridade adequada? Os que ficaram são os que possuem maior grau de dificuldade de aprendizado?

Diversos países do globo não têm a capacidade de produzir alimento por falta de recursos e vivem o círculo vicioso da pobreza, tal como determina a teoria de Myrdal, considerada sua maior contribuição. Nesse sentido, Myrdal (1968), contribuiu de forma positiva quando da sua teoria e análise sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento, formulação em que se encontra o princípio do círculo vicioso que ele denomina de "causação circular e acumulativa".

O autor analisa o subdesenvolvimento como um problema circular (“círculo vicioso”) que apresenta pontos negativos e suas consequências é que devem ser superadas por uma nação para romper as barreiras de tal círculo, sendo necessárias ações econômicas, políticas, sociais, culturais e até psicológicas.

A teorização de Myrdal (1968) analisa uma nação a partir de uma estrutura econômica e social deficiente, caracterizada como um país pobre pelo fato de seu povo ter rendimentos muito baixos, razão que o leva a consumir toda a produção para sobreviver. Consequentemente, não há poupança e, não havendo poupança, não há capacidade de investimentos. Não havendo investimentos, não há um aumento de produção. Não havendo um aumento de produção, não há geração de empregos, a economia sofre o processo de estagnação e o passo seguinte é o retrocesso ou o empobrecimento do país.

Eis a questão: – Como sair desse círculo? Myrdal (1968, p. 32) orienta como é possível sair por si só, descrevendo:

Éste es, en realidad, el principio mediante el cual un país subdesarrollado podrá abrigar la esperanza de ‘levantarse a si mismo’, siempre que pueda realizar lo que el profesor W. W. Rostow llama ‘La arrancada hacia el crecimiento sostenido, y siempre que pueda arrostrar el sacrificio de esperar para recibir los rendimientos de sus esfuerzos de política’.

O autor supracitado indica como sair do “círculo vicioso” da pobreza ou estagnação de um país, região ou grupo de pessoas e indica o pensamento de Rostow (1956), que se baseia na ideia de um “arranco” como o início de crescimento sustentável, arranco esse que passa por um esforço político da nação e cabe ao governo a responsabilidade de administrar os poucos recursos e aplicá-los nos setores produtivos. Aplicando a teoria de Rostow (1956) às pequenas propriedades,

observa-se a sua incapacidade para proporcionar um desenvolvimento econômico. Além disso, quanto menor for a propriedade menores são as possibilidades de possuir uma poupança para investir ou reinvestir. Houvesse essa poupança para investimento e reinvestimento, conseqüentemente, esse fator as levaria para um aumento de produção e sairiam do círculo vicioso.

Para isso o proprietário necessita a curto prazo de altos investimentos, não só para sair do círculo vicioso, mas também não permanecer na dependência total da influência da indústria ou dos financiadores da produção da agricultura brasileira, a falta de recursos criou a dependência nas últimas décadas, período em que a região também experimentou a industrialização da agricultura e se acentuou nos últimos anos.

Um dos fatores que tendem a diminuir a renda é o domínio ou a influência excessiva da indústria ou agroindústria no setor agropecuário nas últimas décadas, porém Smith, Malthus e Ricardo (1978) analisaram questões sobre a diminuição da renda e incluiu outros fatores. Na sua análise, dentre as causas que tendem a diminuir a renda estão a diminuição do capital e uma variação negativa da população, mais dificuldades no cultivo e baixa de preços das matérias-primas:

[...] diminuição do capital, diminuição da população, um sistema problemático de cultivo e a baixa de preço das matérias-primas produzida por deficiência da demanda. Quase sempre indicam pobreza e decadência e estão necessariamente relacionados com o abandono do cultivo das terras de qualidade inferior, e uma deterioração contínua das terras de qualidade superior. (MALTHUS, 1978, p. 195).

Em relação à ocupação de terras, nos municípios pesquisados não há mais terra disponível (não ocupada), seja ela considerada terra fértil ou de pouca fertilidade, pois toda a área está ocupada. Em relação a essa realidade, a preocupação não é apenas econômica, mas também social, e Myrdal (1965) analisou a questão social geral da sociedade e não somente em regiões de pequenas propriedades agrícolas.

O autor, em sua análise sobre a vida social, presume que:

[...] qualquer mudança em qualquer dos fatores, independentemente do modo por que tenha sido induzida pelo peso agregado dos efeitos cumulativos, ocorrerá para trás e para frente entre todos os fatores, desencadeando um movimento de todo o sistema numa ou noutra direção, conforme seja o caso, com uma velocidade que dependerá do impulso original e das funções de inter-relação causal no interior do sistema. (MYRDAL, 1968, p. 256).

Desse modo, as forças que atuam numa direção implicam que nem todas se auxiliam nessa mesma posição. Dentro de um método causal, qualquer ação, em uma variável qualquer, pode levar quase todas no mesmo sentido. Segundo Myrdal (1965), há um processo de desajuste que ou desfaz ou acomoda, porém num outro estado inicial, ou seja, passa a ser desenvolvido um processo de causação circular para frente ou para trás.

Para impulsionar um incremento de sustentabilidade em uma região, além da proposta de Myrdal (1968) de sair do círculo vicioso, ele ajuntou ainda as "políticas igualitárias" com efeitos impulsores para as regiões mais pobres e com maiores desigualdades. Assim, a influência das forças de mercado e as políticas públicas precisam estar entrelaçadas no sistema de causação para a superação dos efeitos de impulsos negativos em qualquer setor produtivo ou social.

Ainda segundo Myrdal (1968), para superar a causação circular de um processo acumulativo em que a pobreza é gerada por sua própria causa, a solução será a política de Estado na utilização dos recursos humanos de uma região.

O próximo capítulo analisa e discute aspectos ligados à estrutura agrária e a questão da (in)sustentabilidade dos municípios pesquisados.

4 ANÁLISE E ABORDAGEM DA ESTRUTURA AGRÁRIA E (IN)SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO OESTE DO PARANÁ

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, abrangendo o período de 1970 a 2006, verificou-se uma evolução nas médias em hectares na estrutura agropecuária do Brasil, impactando também as áreas de lavoura, conforme se mostra na Tabela 1.

Tabela 1. Brasil: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários, 1970-2006

Censos						
Dados estruturais	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.204.130
Área total (ha)	294.145.466	323.896.082	364.854.421	374.924.929	353.611.246	354.865.534
Média. Hectares/ Est.	59,74	64,87	70,71	64,62	72,76	68,19
Utilização das terras (ha)						
Lavouras	33.983.796	40.001.358	49.104.263	52.147.708	41.794.455	76.697.324
Pastagens	154.138.529	165.652.250	174.499.641	179.188.431	177.700.472	172.333.073
Matas e florestas	57.881.182	70.721.929	88.167.703	88.983.599	94.293.598	99.887.620
Pessoal ocupado	17.582.089	20.345.692	21.163.35	23.394.919	23.394.919	16.414.728
Qt.pessoas/estabelec.	3,57	4,07	4,1	4,03	4,81	3,15

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (Acessado 06/12/2011)

Tabela: adaptada pelo autor e calculada a média de hectares por estabelecimento e quantidade de pessoas por estabelecimento.

Os dados estruturais fundiários do Brasil constantes na Tabela 1 revelam que, em 2006, a média em hectares por propriedade era de 68,19 hectares e a quantidade média de pessoas ocupadas por propriedade era de 3,15 ou uma pessoa para cada 21,65 hectares, enquanto em 1970 a média de hectares era de 59,74 hectares e pessoas 3,67 ou 16,73 hectares por pessoa.

Ainda em relação a esses dados, observa-se que, do total da área de 354.865.534 em 2006, 29% ou 99.887.620 hectares (áreas dos estabelecimentos) são matas e florestas e ali não estão incluídas áreas pertencentes ao governo, como parques nacionais e áreas para serem comercializadas/devolutas. Em lavoura há 22% ou 76.697.324 hectares e em pastagem há 49% ou 172.333.073 hectares. Há 7% menos área em lavoura que em matas e florestas nos estabelecimentos rurais.

O mesmo ocorreu na Região Sul, na média de hectares, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Região Sul: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários, 1970-2006

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	1.274.009	1.156.580	1.145.548	1.198.542	1.003.180	1.010.335
Área total (há)	45.458.035	46.172.034	47.911.723	47.940.106	44.360.364	46.482.262
Média de Há. Estab.	35,68	39,92	41,82	40,0	44,22	46,01
Utilização das terras (ha)						
Lavouras	11.028.453	12.991.459	14.571.446	14.523.479	12.306.292	18.313.631
Pastagens	21.612.679	21.159.758	21.313.458	21.432.343	20.696.549	18.145.573
Matas e florestas	6.293.717	5.940.215	6.60.995	6.975.611	7.216.508	8.019.629
Pessoal ocupado	4.191.785	4.831.843	4.391.811	4.490.282	3.383.348	2.884.474
Qt.pessoas/estabelec.	3,29	4,18	3,83	3,75	3,37	2,85

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (Acessado 06/12/2011)

Tabela: adaptada pelo autor e calculada a média de ha por estabelecimento e a quantidade de pessoas ocupadas por estabelecimento.

A Tabela 2 mostra a estrutura fundiária existente na Região Sul do Brasil com base nos dados do IBGE – Censo Agropecuário 2006, também com dados contemplados a partir de 1970.

Conforme os dados estruturais fundiários da Região Sul do Brasil na Tabela 2, em 1970 a média em hectares por propriedade era de 35,68 e, em 2006, a média em hectares era de 46,01 e a média de pessoas ocupadas 3,29 em 1970 e, em 2006, 2,85 pessoas por propriedade ou uma pessoa para cada 10,84 hectares em 1970 e 16,14 hectares em 2006. As matas e florestas ocupavam, em 1970, 13,9% e, em 2006, 17,3%.

Nesses dados não estão incluídos parques nacionais e nem outras reservas pertencentes ao Estado.

A lavoura ocupava 24,3% da área total em 1970 e 39,4% em 2006, variação positiva de 15,1% em relação à área total. A pastagem, em 1970, ocupava 47,5% e, em 2006, reduziu para 39,0%, variação negativa de 8,5%.

O mesmo ocorre na estrutura fundiário no Estado do Paraná, que seguiu a tendência do Brasil e da Região Sul, conforme se observa na Tabela 3. A tabela mostra os dados estruturais dos Censos Agropecuários do Estado do Paraná, contemplando dados de 5 em 5 anos, a partir dos anos de 1970 a 2006.

Tabela 3. Paraná: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários, 1970-2006

Censos						
Dados estruturais	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	554.488	478.453	454.103	466.397	369.875	373.238
Área total (há)	14.625.530	15.630.962	16.330.330	16.698.864	15.946.632	17.568.089
Média. de Há. Est.	26,38	32,67	35,96	35,8	43,11	47,07
Utilização das terras (ha)						
Lavouras	4.718.606	5.627.535	6.085.021	6.062.559	5.100.509	8.090.963
Pastagens	4.509.710	5.627.535	5.520.218	5.999.604	6.677.312	5.735.095
Matas e florestas	2.570.563	2.363.253	2.598.608	2.833.486	2.794.713	3.172.889
Pessoal ocupado	1.981.471	2.079.174	1.807.826	1.855.063	1.287.632	1.097.438
Qt.pessoas/estabelec.	3,57	4,35	3,98	3,98	3,48	2,94

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (Acesso em 6 dez. 2011)

Tabela: adaptada pelo autor e calculada a média de hectare por estabelecimento.

Na estrutura fundiária do Estado do Paraná, em 1970 as propriedades tinham 26,38 hectares em média, alterando, em 2006, a média para 47,07 hectares. A média de pessoas ocupadas em 1970 era de 3,57, passando, em 2006, para 2,94 por propriedade ou uma pessoa para cada 7,38 hectares em 1970 e 16 hectares em 2006, sendo uma variação significativa a redução de pessoas que trabalham no campo.

Em 1970 as matas e florestas ocupavam 17,58%; em 2006 eram 18,06%. A área de lavouras em 1970 era de 32,26, passando em 2006 para 46,05% em lavouras da área total. As pastagens ocupavam, em 1970, 30,83% e, em 2006, 32,64%. Nesses cálculos não estão incluídos parques nacionais e nem outras reservas pertencentes ao Estado.

A Tabela 4 mostra, em síntese, a média de hectares dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Região Sul e Estado do Paraná, a partir de 1970, facilitando a visualização e uma análise comparativa.

Tabela 4. Brasil, Região Sul, Paraná, média de hectares por estabelecimento, 1970-2006

Dados estruturais	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Média. Hectares/ Estab-Brasil.	59,74	64,87	70,71	64,62	72,76	68,19
Média de Ha. Estab/Região Sul.	35,68	39,92	41,82	40	44,22	46,01
Média. de Ha. Est./Paraná	26,38	32,67	35,96	35,8	43,11	47,07

Fonte: base de dados do IBGE, calculados pelo autor.

A estrutura dos estabelecimentos no Brasil, Região Sul e o Estado do Paraná, entre os anos 1970 a 1975 teve um aumento no tamanho das propriedades, tanto no

Brasil e na Região Sul, como no Estado do Paraná, ocorrendo o mesmo entre os anos 1975 e 1980.

Entre os anos 1980 a 1985 houve uma redução do tamanho das propriedades com destaque no Brasil como um todo. Entre 1985 e 1995 ocorreu novo período em que as propriedades aumentaram de tamanho e, entre 1995 a 2006, no Brasil reduziu-se o tamanho, enquanto na Região Sul e no Estado do Paraná aumentou o tamanho das propriedades.

Nos municípios em estudo, a situação é mais difícil. As propriedades com menos de 50 hectares são superiores a 90% do total das propriedades, sendo o município de Pato Bragado com o maior percentual (93% aproximadamente) e Entre Rios do Oeste o menor e único com percentual um pouco abaixo da média paranaense (com 84%). Os demais municípios estão acima dos 90%.

Verifica-se que Marechal Cândido Rondon, conforme o Caderno Estatístico (IPARDES, 2009), baseado no censo do IBGE, apresenta como estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas, em 1996, um total de estabelecimentos de 2.915 (IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO, 1996).

Também foi possível verificar os principais produtos da agricultura no ano de 2006, que foram soja, milho, trigo, mandioca, aveia e feijão. Em rebanhos, os principais foram bovinos, galináceos, suínos e ovinos. Também são encontrados dados como domicílios urbanos (total de 10.298, ocupados 9.317), domicílios rurais (apenas 3.074, ocupados 2.697), população urbana (total de 31.246, rural de 9.761), população economicamente ativa (urbana de 16.828, rural de 6.616), taxa de crescimento geométrico segundo a zona (urbana, em 2000, com crescimento de 3,95%; e a rural teve percentual negativo de 3,17%). Os dados dos demais municípios da microrregião são semelhantes aos de Marechal Cândido Rondon (IPARDES, 2009).

O fato que chamou a atenção foi a quantidade de domicílios não ocupados na área rural, superior a 12%, sabendo-se que elas, dificilmente, serão habitadas novamente, como consequência do êxodo rural ou a procura de novas opções no sustento da célula "mater", ou seja, da família.

Como dados secundários desta pesquisa temos tipo de produtores (arrendatários, parceiro, ocupante, produtor sem área, assentados sem título

definido) e a quantidade de estabelecimentos agropecuários por município pesquisado. Tais dados podem ser identificados na Tabela 5.

Tabela 5. Paraná: Condição dos Produtores e Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários dos Municípios Seleccionados - 2006

Municípios	M.C.R		E.R.O		Merc		N.S.R		P.B		Q.P	
	Prod.	Área/ha	Prod.	Área/ha	Prod.	Área/ha	Prod.	Área/ha	Prod.	Área/ha	Prod.	Área/ha
Arrendatário	120	2301	7	164	60	781	28	481	23	227	52	805
Assent. s/tít. defin.	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Ocupante	85	743	1	0	32	609	5	82	9	70	2	0
Parceiro	122	2.482	1	0	15	119	3	54	15	226	9	90
Proprietário	2.080	48.852	250	7.053	659	14.049	597	12.504	351	7.037	391	8.958
Produtor sem área	15	0	17	0	23	0	1	0	17	0	13	0
TOTAL	2.423	54.389	276	7.221	789	15.558	635	13.127	415	7.560	467	9.853
Hect. por Prod		22,45		26,16		19,72		20,67		18,22		21,10

Fonte: Base de dados IBGE – Acessado 12/2011.

Quadro adaptado e média de hectares calculados pelo autor.

Marechal Cândido Rondon – M.C.R, Entre Rios do Oeste-E.R.O, Mercedes – Merc., Nova Santa Rosa – N.S.R, Pato Bragado – P.B e Quatro Pontes – Q.P, mesmo sendo municípios com predominância de pequena propriedade, há 290 arrendatários, 86 produtores sem área, 02 sem título definitivo, 134 ocupantes, 165 parceiros e 4.328 proprietários, num total de 5.005 produtores, dos quais 677 (13,5%) não possuem terra própria, conforme Tabela 5.

A Tabela 6 mostra a quantidade de estabelecimento por tamanho em hectares, sendo que 4.832 propriedades rurais são dos municípios pesquisados, equivalendo a 1,3% do total do Estado do Paraná (362.219 propriedades rurais).

Tabela 6. Paraná: Número de Estabelecimentos Agropecuários dos Municípios Seleccionados - 2006

Municípios	Hectares										Total
	0 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 1000	1000 a 2000	2000 a 5000	
E.R.Oeste	45	58	56	59	26	13	2	0	0	0	259
Mercedes	162	143	228	176	37	18	2	0	0	0	766
M.C.Rondon	426	428	615	595	177	51	15	1	0	0	2.308
N.S. Rosa	115	146	169	159	30	11	4	0	0	0	634
P. Bragado	142	92	77	59	14	11	3	0	0	0	398
Q. Pontes	83	84	127	128	35	9	1	0	0	0	467
Total a	973	951	1.272	1.176	319	113	27	1	0	0	4.832
Paraná	103.643	61.870	81.907	66.193	22.303	12.402	10.314	2.396	950	241	362.219

Fonte IBGE Censo Agropecuário 2006.

Quadro adaptado pelo autor.

Do universo de 4.832 propriedades, 309 (6,4%) foram pesquisadas, o que representa, em relação ao Paraná, 0,09% das propriedades.

Dos 309 proprietários pesquisados, no município de M.C.R foram 115, representa 37,2%, que é percentual alto (em relação aos demais municípios selecionados), em função do tamanho do município e da quantidade de propriedades.

Na Tabela 7, identificam-se os números de pessoas ocupadas, as faixas etárias e os laços de parentesco com o produtor rural, dos municípios em estudo, da Região Oeste do Paraná e do Estado do Paraná.

Tabela 7. Paraná: Pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco com o produtor, por idade e principais características nos Municípios Selecionados - 2006

Municípios Região Oeste do Pr. e Estado do Pr.	Pessoal ocupado nos estabelecimentos em 2006 com laço de parentesco com o produtor (1)												
	Principais características em relação ao total do pessoal ocupado											Trabalhavam somente em atividade não- agropecuária	
	Total		Residiam no estabelecimento		Sabiam ler e escrever		Recebiam salário		Tinham qualificação profissional		Total		De 14 anos
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos	Total	De 14 anos	Total	De 14 anos	Total	De 14 anos			
E. R. Oeste	674	656	637	619	635	621	4	4	8	8	3	3	
M.C.R.	5.750	5.504	5.050	4.814	5.101	4.898	87	87	887	885	139	131	
Mercedes	2.336	2.038	2.024	1.748	2.069	1.853	145	144	49	47	51	51	
N.S. Rosa	1.589	1.543	1.466	1.420	1.507	1.470	25	25	20	20	25	24	
P. Bragado	900	864	766	730	840	809	26	26	4	4	23	23	
Q. Pontes	1.066	1.013	882	834	1.000	961	16	16	42	42	24	24	
Tot. Munic.	12315	11618	10825	10165	11152	10612	303	302	1010	1006	265	256	
Oeste Pr.	127289	118775	101788	93614	110574	104369	4508	4475	8192	8181	2328	2286	
Paraná	876090	813854	694835	635643	706758	666353	43441	43179	37161	37078	18412	18022	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 Acessado 06/12/2011
Quadro adaptado pelo autor.

Das pessoas que residem nos estabelecimentos rurais dos municípios objeto da pesquisa somam 10.825, acima de 14 anos, 660 (6,1%), menores de 14 anos. De um total de 11.152 pessoas, 540 (4,8%) não sabem ler e escrever. De um total de 12.315 pessoas, são 303 (2,5%) as que recebem salário, 1.010 (8,2%) as que possuem qualificação profissional, e 265 (2,2%) trabalhavam somente em atividades não agrícolas.

No Oeste do Paraná são 127.289 pessoas ocupadas nos estabelecimentos com vínculos de parentesco. Desses, 8.514 (6,7%) são menores de 14 anos. De um

total de 101.788 pessoas que residem nos estabelecimentos rurais, 8.174 (8,0%) são menores de 14 anos, 6.205 (5,6%) não sabem ler e escrever, 4.508 (3,5%) recebem salário, 8.192 (6,4%) tinham qualificação profissional, 2.328 (1,8%) trabalhavam somente em atividades não agrícolas.

No Paraná, são 876.090 pessoas ocupadas nos estabelecimentos com vínculos de parentesco. Desses, 62.236 (7,1%) são menores de 14 anos. De um total de 694.835 pessoas que residem nos estabelecimentos rurais, 59.192 (8,5%) são menores de 14 anos, 40.405 (4,6%) não sabem ler e escrever, 43.441 (5,0%) recebem salário, 37.161 (4,2%) tinham qualificação profissional, 18.412 (2,1%) trabalhavam somente em atividades não agrícolas. Esses dados foram calculados com base na Tabela 7.

Já o pessoal ocupado nos estabelecimentos por gênero (masculino e feminino), nos municípios estudados, Região Oeste e do Estado do Paraná, consta na Tabela 8.

Tabela 8. Paraná: Pessoal ocupado nos estabelecimentos por sexo nos Municípios Estudados, 2006

Município/Oeste Paraná/Est.Paraná	Total H + M	14 anos e mais	Homens		Mulheres	
			Total	14 anos e mais	Total	14 anos e mais
Entre Rios do Oeste	879	861	558	557	321	314
Mercedes	2.497	2.198	1.442	1.282	1.055	916
M.C.Rondon	6.406	6.160	3.875	3.747	2.531	2.413
Nova Santa Rosa	1.748	1.702	969	941	779	761
Pato Bragado	981	944	582	556	399	388
Quatro Pontes	1.259	1.206	787	758	472	448
Total	13.770	13.071	8.213	7.841	5.557	5.240
Oeste do Paraná	147.233	138.403	97.166	92.417	50.067	45.986
Paraná	1.117.084	1.051.938	756.667	721.457	360.417	330.481

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Acesso 06/12/2011
Quadro adaptado pelo autor.

Da população rural ocupada dos municípios estudados, num total de 13.770 e 13.071, 94,9% possuem mais de 14 anos, 59,6% são homens e 40,4% são mulheres. No Oeste do Paraná, do total de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, população de 147.233 e 138.403, 94,0% possuem mais de 14 anos, 66% são homens e 34% são mulheres. No Paraná, 1.117.084 e 1.051.938 era a população rural ocupada em 2006, sendo que 94,2% desses possuem idade superior a 14 anos e 67,7% são do sexo masculino e 32,3%, do feminino.

Nesta análise, o maior percentual em relação à população ocupada superior a 14 anos é dos municípios estudados (94,9%), o menor é do Oeste do Paraná (94%). O maior percentual da população feminina é dos municípios estudados, com 40,4% e a menor é do Oeste do Paraná, com 34%.

No próximo capítulo analisam-se os resultados da pesquisa, os quais têm referência aos dados de estudos feitos pelos dados primários levantados junto aos proprietários através de questionário.

5 AS PEQUENAS PROPRIEDADES NO OESTE DO PARANÁ

Na análise dos resultados observaram-se as dificuldades, os benefícios, as consequências e as tendências a curto e longo prazo.

A análise dos resultados tem como base os dados primários da pesquisa de campo, pesquisa essa realizada entre julho e novembro/2011, e os resultados foram transcritos em tabelas e analisadas as questões individualmente, destacando o município pelos pontos positivos ou negativos e observando as variações com e sem o município de Marechal Cândido Rondon.

Inicia-se com a dificuldade e a insegurança na aprovação do Código Florestal Brasileiro, o que remete a uma redução das áreas disponibilizadas para o plantio e pastagem, conseqüentemente reduzindo a receita. Outra limitação é a saturação de atividades, como a suinocultura em algumas regiões dentro de alguns dos municípios estudados.

As conseqüências de longo prazo fazem prever uma tendência de concentração fundiária, a inviabilidade econômica e social de inúmeras mini e pequenas propriedades e o êxodo rural. Havendo o êxodo, essa população que migrar do campo estará à procura de alternativas nos ambientes urbanos, desta forma buscando novas opções econômicas e sociais.

Nos questionários aplicados preliminarmente constataram-se as exigências ambientais impostas ao produtor rural e ao habitante urbano. Ao primeiro, exige-se a conservação do solo e da água, mais a manutenção de reservas florestais, matas ciliares e nativas; ao segundo, não há nenhuma exigência, nem na conservação da água, permitindo-se grandes áreas contínuas de calçadas e construções que impedem que as águas pluviais sejam absorvidas pelo solo.

O produtor rural com o cumprimento da legislação ambiental em vigor deixa de usufruir aproximadamente 30% a 40% de sua área total, enquanto ao habitante urbano não são impostas obrigações de percentuais de preservação com o meio ambiente.

A Tabela 9, demonstra há quanto tempo (número de anos) os pequenos proprietários estão atuando na atividade agropecuária, fator esse identificado por município e o total geral com os dados de MCR, bem como o total geral sem MCR.

Isso é apresentado em percentuais com e sem MCR e a variação existente com e sem MCR.

A análise com e sem os dados do município de MCR, tem por objetivo detectar se há influência da maior industrialização do município de Marechal Cândido Rondon em relação aos demais municípios, e observar as tendências dos municípios essencialmente agrícolas, com populações menores.

Tabela 9. Tempo de Atuação na Agricultura dos Pequenos proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011

1	Quanto tempo o/a senhor/a atua na agricultura:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/ MCR	% S/MCR	Var. c e s MCR
	menos de 1 ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	de 01 a 05 anos	2	0	0	0	0	0	2	0	1%	0%	1%
	de 06 a 10 anos	2	0	0	1	0	0	3	1	1%	1%	0%
	de 11 a 15 anos	3	1	2	1	0	0	7	4	2%	2%	0%
	de 16 a 20 anos	5	0	1	5	0	1	12	7	4%	4%	0%
	de 21 a 25 anos	7	2	1	4	3	1	18	11	6%	6%	0%
	de 26 a 30 anos	7	2	4	3	2	5	23	16	7%	8%	-1%
	de 31 a 35 anos	15	8	6	7	4	7	47	32	15%	16%	-1%
	de 36 a 40 anos	14	8	4	7	9	3	45	31	15%	16%	-1%
	acima de 40 anos	60	18	10	16	27	21	152	92	49%	47%	2%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados coletados pelo autor na pesquisa de campo.

O tempo de atuação dos pequenos proprietários rurais nas suas atividades, permite algumas análises na estrutura e continuidade do segmento pesquisado (pequenos proprietários) nos municípios estudados.

Entre Rios do Oeste, este, 80% dos pequenos proprietários possuem uma experiência acima de 36 anos e não há proprietários até 20 anos de experiência, e de 21 a 35 anos de experiência encontramos 20% dos proprietários, a falta de proprietários até 20 anos de experiência, fato que compromete a continuidade das pequenas propriedades rurais. A melhor situação é de Nova Santa Rosa, onde o tempo de atuação está melhor distribuído, pois de 36 ou mais anos de experiência encontrou-se 52%, de 1 dia a 20 anos encontrou-se 15% e, enfim, de 21 a 35 anos encontrou-se 32%.

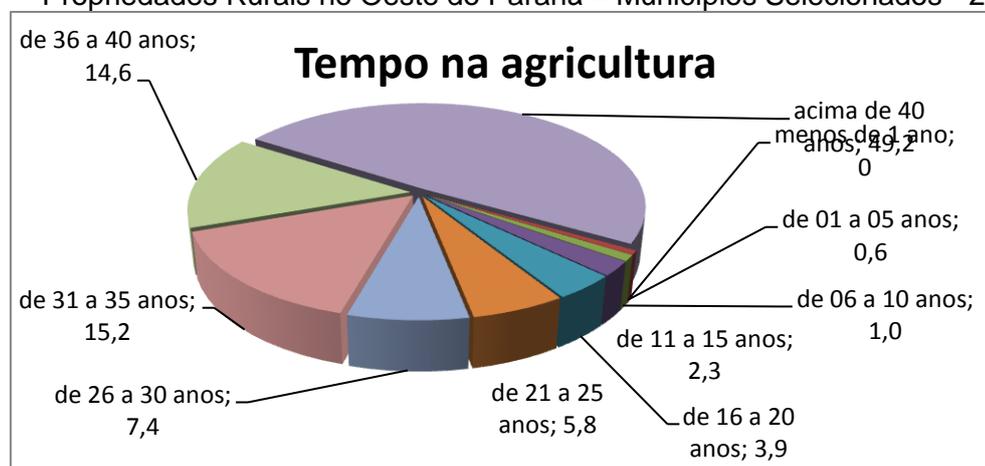
Já em relação à média dos municípios pesquisados, 64% possuem uma experiência igual ou superior a 36 anos e de um dia a 20 anos encontramos 8%. Entre 21 e 36 anos há 28% do universo pesquisada.

Excluindo o município de MCR, por ser um município mais industrializado, a situação pouco se altera em relação à experiência dos produtores, pois 63% possuem experiência de 36 ou mais anos, enquanto que de um dia a 20 anos encontramos 7% e entre 21 a 35 anos há 30%.

Percebe-se que as faixas em períodos de atuação dos produtores são relativamente altas. O município que possui a menor experiência na faixa superior é Q.P., com 50% de 36 anos ou mais e Entre Rios Oeste, com 80%, e, na base da tabela até 20 anos, está o município de Entre Rios do Oeste, com 0% (zero) e 15% de Nova Santa Rosa. Os percentuais por município estão disponibilizados no Apêndice B.

Os Gráficos 1 e 2 representam em percentual os dados do tempo de atuação, com e sem os dados do município de MCR.

Gráfico 1. Tempo de Atuação na Agricultura dos Pequenos Proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011

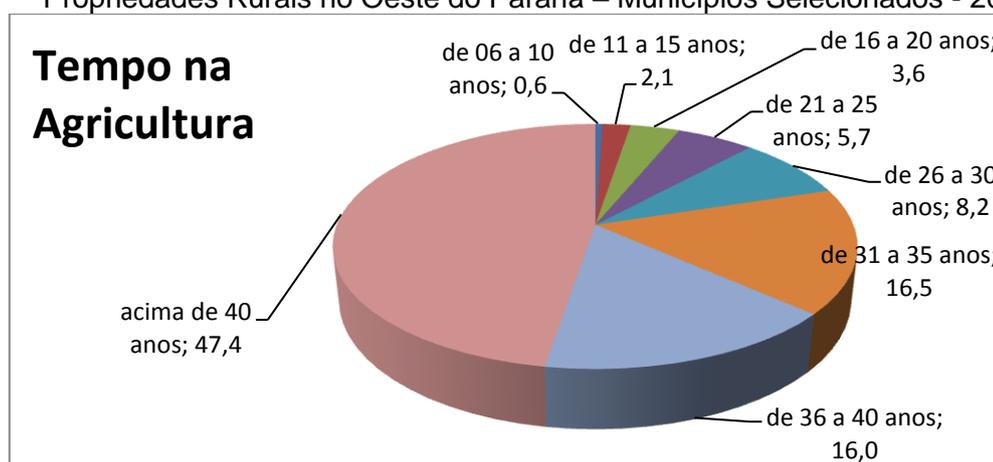


Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

O Gráfico 1 apresenta, em percentuais, a distribuição das faixas em anos de atuação dos pequenos proprietários em propriedades rurais. Percebe-se, pelo gráfico, que o maior percentual se encontra na faixa de tempo na agricultura na atividade agrícola acima de 40 anos (49,2%).

O segundo percentual mais significativo está na faixa de 31 a 35 anos de experiência com 15,2%; e o terceiro percentual mais significativo está na faixa de 36 a 40 anos de experiência com 14,6%.

Gráfico 2. Tempo de Atuação na Agricultura dos Pequenos Proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborados pelo autor..

O Gráfico 2 destaca, em percentuais, a distribuição das faixas em anos de atuação dos pequenos proprietários rurais, excluídos os dados de MCR. Percebe-se que o maior percentual se encontra na faixa de tempo acima de 40 anos na atividade agrícola, com 47,4%. O segundo percentual mais significativo está na faixa de 31 a 35 anos de experiência, com 16,5%. O terceiro percentual está na faixa de 36 a 40 anos de experiência com 16,0%.

A Tabela 10 indica a idade dos proprietários pesquisados, a partir dos 18 anos, e os respectivos percentuais com e sem MCR.

Tabela 10. Faixas Etárias dos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011

2	Idade:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C./MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	18 a 25 anos	1	0	0	1	0	0	2	1	1%	1%	0%
	26 a 35 anos	6	1	3	5	0	2	17	11	6%	6%	0%
	36 a 45 anos	16	7	7	8	5	6	49	33	16%	17%	-1%
	46 a 55 anos	31	16	8	14	15	9	93	62	30%	32%	-2%
	56 a 65 anos	33	9	5	7	11	8	73	40	24%	21%	3%
	mais de 65 anos	28	6	5	9	14	13	75	47	24%	24%	0%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor

Na Tabela 10 constam as faixas etárias dos proprietários do universo pesquisado. Quanto aos agricultores que possuem 56 ou mais anos, os municípios de Entre Rios do Oeste e Pato Bragado são os detentores dos maiores percentuais (55%) e Nova Santa Rosa e Quatro Pontes são detentores dos maiores percentuais na faixa etária de 18 a 35 anos (14% e 11%, respectivamente).

É importante ressaltar que os percentuais na faixa etária de 18 a 25 anos, incluindo MCR ou não, permanecem em 7%. Na faixa etária superior a 56 anos, com MCR o percentual é de 48% e sem MCR, de 45%.

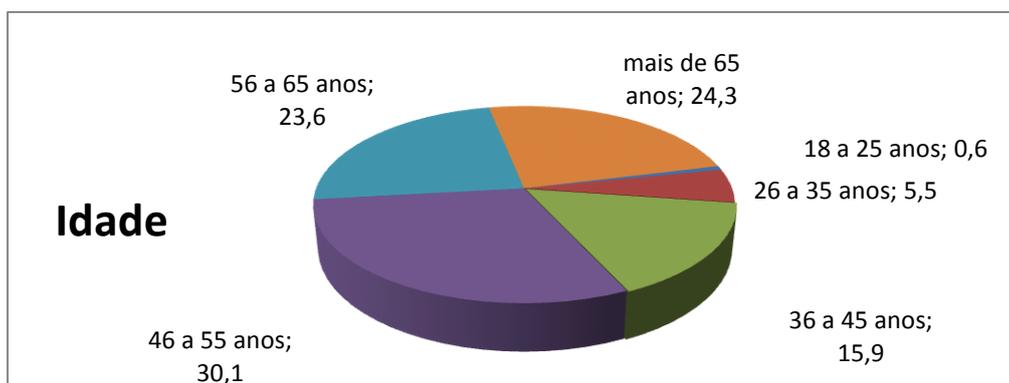
Na faixa etária entre 46 a 55 anos, a maior concentração encontra-se no município de Mercedes, com 41% dos pequenos produtores, e Pato Bragado, com apenas 24%, sendo que a média de todos os municípios pesquisados é de 30%, e, excluindo MCR, aumenta para 32%.

Em relação a faixa etária de 36 a 45, os municípios com maior percentual são Quatro Pontes e Nova Santa Rosa (com 25% e 18%, respectivamente) e os municípios com o menor percentual são os de Entre Rios do Oeste (com 11%) e de MCR (com 14%). A média de todos os municípios pesquisados é de 16% e, excluindo Marechal Cândido Rondon, aumenta para 17% da população entrevistada.

Ainda em relação à faixa etária, os acima dos 65 anos são de 24%, representando quase um quarto da população, sinal de envelhecimento dos pequenos proprietários. Considerando a idade a partir dos 35 anos, o percentual chega a 94% da amostra e a faixa etária abaixo dos 36 anos é de 7% e, excluindo o município de MCR continua o mesmo percentual, e entre 18 e 45 anos são 23% e 24%, com e sem MCR respectivamente.

O Gráfico 3 apresenta os dados em percentuais das faixas etárias com o município de MCR, tornando-se uma análise importante para saber-se qual a faixa etária predominante na agricultura.

Gráfico 3. Faixas Etárias dos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

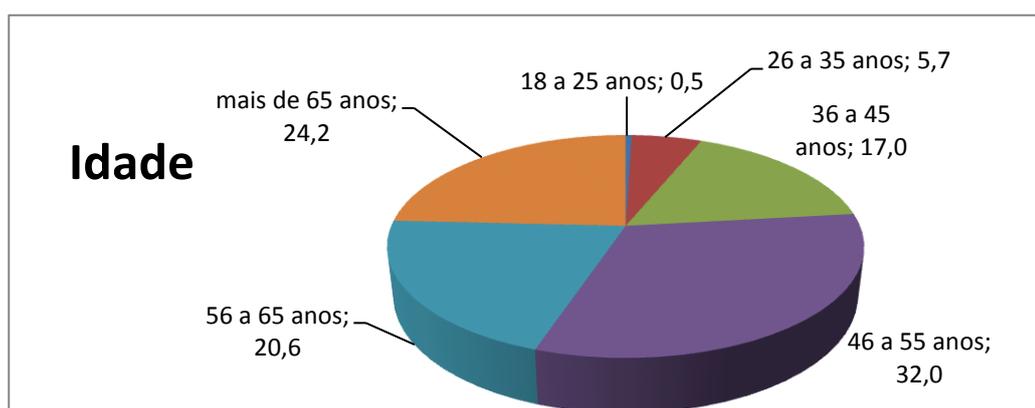


Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

O Gráfico 3 destaca em percentuais a distribuição das faixas etárias dos pequenos proprietários rurais. Pela imagem, percebe-se que o maior percentual encontra-se na faixa entre 46 e 55 anos (30,1%). O segundo maior percentual encontra-se na faixa acima de 65 anos (com 24,3%). O terceiro percentual mais significativo está na faixa de 56 a 65 (com 23,6%).

O Gráfico 4 contempla apenas os dados dos demais municípios, excluídos os dados de MCR.

Gráfico 4. Faixas Etárias dos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor..

O Gráfico 4 apresenta em percentuais a distribuição das faixas etárias dos pequenos proprietários rurais excluindo os dados do município de MCR. O maior percentual encontra-se na faixa etária entre 46 a 55 anos (com 32%), o segundo

percentual mais significativo está na faixa acima de 65 anos (com 24,2%) e o terceiro percentual está na faixa de 56 a 65 anos (com 20,6%).

A Tabela 11 mostra dados sobre a responsabilidade do empreendimento *versus* gênero masculino ou feminino.

Tabela 11. Sexo/gênero dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011

3	Sexo:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G c/MCR	T.G.s/MCR	% c.MCR	%s/MCR	Var.c e s MCR
	Masculino	104	34	24	40	39	34	275	171	89%	88%	1%
	Feminino	11	5	4	4	6	4	34	23	11%	12%	-1%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa, de campo elaborado pelo autor.

A análise sobre a questão gênero masculino ou feminino reflete a realidade brasileira. A responsabilidade do sexo masculino no trabalho agrícola é de 89% das propriedades, mas o avanço do sexo feminino é considerável. A média dos municípios soma 11% da população entrevistada. O maior percentual é de 14% no município de Quatro Pontes e o menor percentual é de 9% em Nova Santa Rosa (conforme Anexo B).

Importante é ressaltar a predominância do sexo masculino na responsabilidade das propriedades agrícolas, o que implica também a responsabilidade na execução do serviço e o controle financeiro da família.

Sem os dados de MCR, esse percentual aumenta de 11% para 12% das propriedades sob a responsabilidade do sexo/gênero feminino, e masculino reduz de 89% para 88%, uma variação em percentual de 1%.

Na Tabela 12, analisa-se a escolaridade desses proprietários. São algumas análises importantes, não conclusivas, mas contribuem para o entendimento da (in)sustentabilidade do pequeno proprietário rural.

Tabela 12. Escolaridade dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

4	Escola-ridade	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	1º grau	90	34	25	35	42	35	261	171	85%	88%	-3%
	2º grau	21	4	3	9	3	1	41	20	13%	10%	3%
	3º grau	3	1	0	0	0	2	6	3	2%	2%	0%
	outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total	114	39	28	44	45	38	308	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Em relação à escolaridade entre os pequenos proprietários, evidencia-se o baixo grau de instrução, pois 85% dos entrevistados completaram no máximo o quarto ano do primeiro grau e, se excluirmos o município de MCR, aumenta para 88%. Em destaque, o município de Entre Rios do Oeste apresenta situação superior a 93% e Pato Bragado é o segundo município (com 92,1%) em que a maioria dos entrevistados não chegaram a completar até o quarto ano de estudos. Para eles, o primeiro grau refere-se da 1ª à 4ª série (antigo primário).

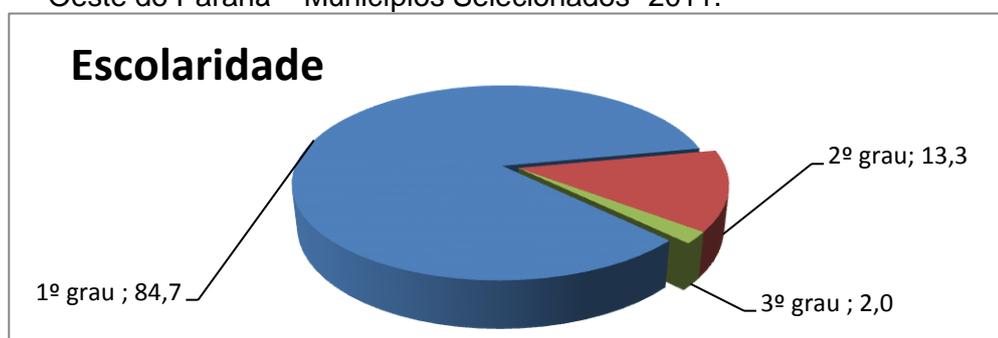
Em relação aos que ingressaram no segundo grau (atual ensino médio), alguns concluíram, outros não, entre os pequenos proprietários (13%) e, se excluirmos o município de MCR, reduz-se o percentual para 10%. Os municípios com o maior percentual são Nova Santa Rosa e MCR (com 20,5% e 18,4%, respectivamente) e os municípios com menores índices são Pato Bragado e Entre Rios do Oeste (com 2,6% e 6,7%, respectivamente).

Importante é observar que os municípios de Quatro Pontes, Nova Santa Rosa e Entre Rios não possuem pequenos proprietários com formação a nível de terceiro grau (superior) e Pato Bragado possui 5,3%, enquanto MCR e Mercedes possuem 2,6% cada.

Esses fatos contribuem para a permanência ou não de jovens no meio rural, questões enfocadas em relação aos jovens e o nível de educação.

A escolaridade dos pesquisados, em percentuais, com o município de Marechal Cândido Rondon, destaca-se no Gráfico 5.

Gráfico 5. Escolaridade dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



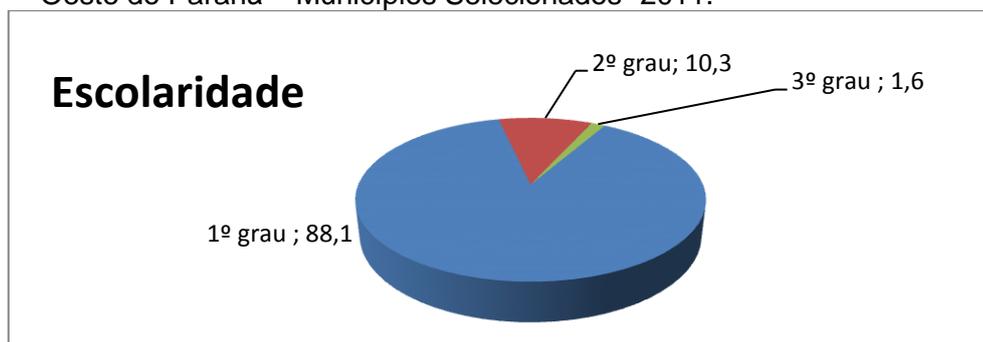
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor

A escolaridade observada no resultado apresentado no Gráfico 5, incluídos os dados do município de MCR, é vista como fator importante no desenvolvimento econômico e social. Marechal Cândido Rondon, que possui um *Campus*

Universitário e mais duas Faculdades, e apenas 2% dos entrevistados cursaram curso superior e 84,7% cursaram o 1º grau (completo ou não, pois na pesquisa não foi observado esse detalhe), e os demais, somente o segundo grau.

Nessa questão é importante ressaltar que a população pesquisada respondeu que todos frequentaram um tempo de escola, alguns apenas meses e, nesse caso, consideramos essa escolaridade como primeiro grau.

Gráfico 6. Escolaridade dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto à escolaridade dos proprietários rurais sem MCR representada no Gráfico 6, observa-se que apenas 1,6% possuem nível universitário (o índice reduziu em 0,4%). Também reduziu o índice dos que frequentaram o segundo grau, de 13,3% para 10,3% e o primeiro grau aumentou de 84,7% para 88,1%, apresentando uma variação de 3,4%. Percebe-se uma menor escolaridade nos municípios com menores recursos, e uma maior dependência da agricultura.

Já em relação ao estado civil dos proprietários representado na Tabela 13, evidencia-se o trabalho dos casais no cuidado das propriedades.

Tabela 13. Estado Civil dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

5	Estado Civil	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S//MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Casado	103	33	22	36	37	31	262	159	85%	82%	3%
	Solteiro	4	1	4	2	2	1	14	10	5%	5%	-1%
	Viúvo	5	5	2	3	5	5	25	20	8%	10%	-2%
	Separado	1	0	0	3	1	1	6	5	2%	3%	-1%
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total	113	39	28	44	45	38	307	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

O estado civil dos pequenos proprietários também se reflete nas uniões. Verifica-se que 85% são casados e, excluindo-se os dados do município de MCR, esse índice cai para 82%, apresentando uma variação de 3%. O município de MCR é o detentor do maior índice de casados (91,2%) e o menor índice é de Quatro Pontes (78,6%).

Os/as viúvos/as (8% e 10% com e sem MCR) apresentam uma variação de 2%, compensando parcialmente a variação dos casados. O município de Pato Bragado apresenta o maior percentual de viúvos/as (13,2%) e o menor percentual é o de MCR (4,4%).

Os solteiros somam 5%, com ou sem MCR (percentual sem variação). Destaca-se, de um lado, o município de Quatro Pontes, que possui 14,3% de solteiros, e, de outro lado, o menor percentual é dos municípios de Pato Bragado e Mercedes (ambos com 2,6% de solteiros).

Os moradores com estado civil de "separados", com e sem os dados de MCR, apresentam os índices de 2% e 3%, respectivamente. O município com o maior percentual (6,8%) é o de Nova Santa Rosa, enquanto que os municípios de Mercedes e de Quatro Pontes apresentaram o índice 0% (zero) para separados.

Os casados, solteiros e as viúvas (os), encontramos 98% e 97% com e sem os dados de MCR respectivamente. Os percentuais por município conforme Apêndice B.

Tabela 14. Pessoas que Residem e Trabalham na propriedade dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

6	Pessoas da família que residem e trabalham na propriedade:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Cônjuge	102	33	22	36	36	31	260	158	50%	51%	1%
	Filhos, quantos:	64	23	13	19	18	18	155	91	30%	29%	2%
	Filhas, quantas:	27	4	11	8	5	6	61	34	12%	11%	1%
	Outros/qtos	8	8	5	0	8	8	37	29	7%	9%	-2%
	Total	201	68	51	63	67	63	513	312	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Os trabalhos desenvolvidos na pequena propriedade conforme Tabela 14, passam pela necessidade da ajuda do cônjuge, que é a principal mão de obra disponível, além da força de trabalho do próprio responsável pela propriedade, a

mão de obra dos filhos e filhas é necessária mas normalmente esta disponível apenas em um período.

Dos que trabalham e residem na propriedade, o cônjuge representa 50% e 51% com e sem MCR, os filhos aproximadamente 30% e 29%, e filhas 12% e 11% com e sem MCR. Dentre os filhos, há os menores de idade que poderão ou não permanecer na propriedade, após completarem o primeiro ou o segundo grau. Esses são considerados, atualmente, o segundo contingente da força de trabalho disponível e utilizada na condução da propriedade.

Destaca-se o município de Quatro Pontes, no qual a mão de obra das filhas representa 21,6% do total dos que residem e trabalham nas pequenas propriedades. Em contraste, o município de Mercedes apresenta o menor percentual de filhas trabalhando (5,3%) (ver Apêndice B).

Percebe-se, pois, que o trabalho nas pequenas propriedades é familiar, em que o cônjuge é o primeiro que faz parte desse trabalho, em segundo vêm os filhos e, em terceiro, as filhas, perfazendo um percentual de 92,8%; os outros 7,2% são trabalhadores que residem na propriedade, não são filhos ou cônjuges, mas fazem parte dos laços familiares (nora, sogro, sogra, tia, genro). A análise inclui o município de MCR.

Sem os dados de MCR, nos demais municípios, 50,6% da mão de obra é constituída de cônjuges, 29,2% é constituída de filhos e o percentual de filhas e outros é de 20,2%.

Na complementação dos que trabalham nas propriedades, empregados/colaboradores estão disponíveis na Tabela 15, e identificados entre fixos e temporários.

Tabela 15. Quantidade de Empregados nas Propriedades dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.

7	Empregados que trabalham na atividade operacional	M.C.R	MERC	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C//MCR	T.G.S//MCR	% C//MCR	%S//MCR	Var.C / e S/ MCR
	Fixos	14	3	1	1	6	5	30	16	43%	48%	-5%
	Temporários	22	3	4	4	1	5	39	17	57%	52%	5%
	Total	36	6	5	5	7	10	69	33	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na média, 43% e 48% dos empregados/colaboradores são permanentes e 57% e 52% são temporários. Importante é frisar que, dos 309 entrevistados, apenas 30 e 16 são colaboradores fixos, 39 e 17 são colaboradores temporários do total de propriedades pesquisadas com e sem MCR, respectivamente.

O município que contratou a maior quantidade de colaboradores fixos em percentual é Entre Rios do Oeste, com 85,7%, absorvidos pela suinocultura. Os municípios que se destacam na contratação de mão de obra temporária são Quatro Pontes e Nova Santa Rosa, com 50% cada um (Apêndice B).

A seguir, na Tabela 16, apresentam-se dados sobre o associativismo/cooperativista dos proprietários.

Consideram-se cooperativas de produção empresas a exemplo da COPAGRIL, COAMO, COOPERATIVA LAR, COATOL, entre outras.

Tabela 16. Sócios de uma Cooperativa dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

8	É sócio de uma cooperativa agropec.:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	77	28	16	23	25	23	192	115	63%	60%	3%
	Não	37	10	12	21	19	15	114	77	37%	40%	-3%
	Qto tempo (anos)	1721	479	370	429	505	529	4033	2312			
	Total	114	38	28	44	44	38	306	192	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

As respostas são, 63% e 60% são sócios com e sem o município de MCR, enquanto os não sócios são 37% e 40% com e sem MCR, respectivamente. Em relação ao tempo de ser sócio, a média é de 21 anos com MCR e sem MCR reduz para 20 anos.

Já em relação aos filhos, o percentual de serem sócios ou não se altera significativamente, 15% são e 85% não são, como se comprova na Tabela 17.

Tabela 17. Filhos Sócios de Cooperativa dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

9	Filhos também são sócios:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	11	1	1	5	2	5	25	14	15%	16%	-1%
	Não	69	16	11	19	21	8	144	75	85%	84%	1%
	Quantos são sócios	11	1	1	5	2	5	25	14			
	Total	80	17	12	24	23	13	169	89	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Os filhos, apesar de uma parcela não possuir 18 anos, mas apenas 15% e 16% são sócios e 85% e 84% não são, considerando e não o município de MCR. Percebe-se uma tendência de os filhos não assumirem a propriedade e os negócios de seus pais. Assim, em MCR, 13,8% dos filhos são sócios de cooperativa e em Mercedes apenas 5,9%.

Na Tabela 18 constam os motivos de não ser sócio de cooperativa, e 12 proprietários não responderam.

Destaca-se que todos os municípios possuem estruturas instaladas de uma ou mais cooperativas, a exemplo de Nova Santa Rosa, COPERVALE, COAMO e COPAGRIL.

Tabela 18. Motivos de não ser Sócio em Cooperativa dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.

10	Se não é cooperado, porque não é?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/e S/MCR
	1- Não compensa, é inviável	11	3	11	7	11	1	44	33	57%	63%	-6%
	2- Área muito pequena	1	0	0	3	1	0	5	4	6%	8%	-1%
	3- Medo de perder dinheiro (falência)	0	0	0	1	0	0	1	1	1%	2%	-1%
	4- Não precisa / não há interesse	13	3	0	0	0	11	27	14	35%	27%	8%
	Total	25	6	11	11	12	12	77	52	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

As justificativas de não ser cooperado foram diversas, podendo-se destacar: “não compensa/inviável”, resposta que ficou com 57% e 63% e, a segunda, “não precisa, não interessa”, que ficou com 35% e 27%, e, em terceiro, “área muito pequena”, que ficou com 6% e 8%, com e sem MCR respectivamente.

Dadas as tendências em percentuais e os motivos apresentados pelos entrevistados, considerando o município de MCR, é importante ressaltar que “não compensa/inviável” foi a resposta preponderante, com 57%. Se considerarmos os esforços e os benefícios concedidos às cooperativas pelo governo federal, tentando mostrar a importância do associativismo e os benefícios oferecidos pelas cooperativas, essa proposta não está sendo convincente para os pequenos proprietários rurais.

Excluindo os dados de MCR, a resposta preponderante dos que não são sócios continua sendo “não compensa/inviável”, aumentando o percentual para 63%. A segunda alternativa com destaque foi “não precisa/não interessa”, o que denota pouco interesse pelo associativismo.

O armazenamento de informações e como meio de entretenimento, o uso dos recursos tecnológicos (computador), para facilitar e reduzir os custos de transporte e tempo aos proprietários e seus familiares, especialmente aos filhos em idade escolar, esse assunto visualiza-se na Tabela 19.

Tabela 19. Estrutura Tecnológica (computador) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

11	Possui computador:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C//MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	% S//MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	53	20	13	20	18	17	141	88	46%	46%	0%
	Não	62	19	15	22	27	21	166	104	54%	54%	0%
	Total	115	39	28	42	45	38	307	192	100%	100%	

Fonte: dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na estrutura de recursos tecnológicos nas propriedades (como o uso de computador), percebeu-se que esse benefício chegou, em média, a 46%, sendo que o município de Mercedes se apresenta com 51,3%, enquanto o município de Entre Rios do Oeste se apresenta com o menor percentual (40,0%). Assim, falta computador, em média, em 54% das propriedades e os municípios com maior deficiência são Entre Rios do Oeste (60,0%) e Pato Bragado (55,3% das propriedades).

A Tabela 20 complementa a Tabela 19 com relação à possibilidade de acesso às informações externas à propriedade como ferramenta importante para o proprietário e seus familiares; também como meio de consultas para aprimoramento do uso da tecnologia na produção e acesso às informações necessárias aos filhos (em idade escolar) nos seus deveres escolares, controle de custos e para aumentar os conhecimentos e aplicação de inovações tecnológicas na sua propriedade.

Tabela 20. Estrutura Tecnológica (internet) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

12	Possui Internet na propriedade	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	%C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Sim	44	18	13	20	13	16	124	80	40%	41%	-1%
	Não	71	21	15	23	32	22	184	113	60%	59%	1%
	Total	115	39	28	43	45	38	308	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Percebe-se que, em média (com e sem MCR) 40% e 41% das propriedades possuem acesso à internet, sendo o município com o maior índice o de Nova Santa Rosa (com 46,5%) e o de menor é Entre Rios do Oeste (com 28,9%).

As propriedades que não possuem acesso à internet, em média (com e sem MCR) são 60% e 59%, em que o maior índice é dos municípios de Entre Rios do Oeste (com 71,1%) e Marechal Cândido Rondon (61,7%).

Estes percentuais comparado com o Brasil (2% da população rural possuía acesso a internet em 2010) é significativo, por outro lado comparado com as sedes dos municípios então é baixo.

A Tabela 21 mostra a estrutura de comunicação pelo uso do telefone fixo ou móvel, com ou sem os dados de Marechal Cândido Rondon.

Tabela 21. Estrutura Tecnológica (Telefone fixo ou móvel) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.

1 3 :	Possui telefone/celular na propriedade	M.C.R	MERC	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MC R	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	109	38	27	43	45	36	298	189	97%	98%	-1%
	Não	5	1	1	0	0	2	9	4	3%	2%	1%
	Total	114	39	28	43	45	38	307	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Em relação à comunicação via telefone (fixo ou móvel), está ao alcance de 97% e 98% com e sem MCR, respectivamente. Os municípios com o maior índice são Nova Santa Rosa e Entre Rios do Oeste e que apresentam 100% e o menor, Pato Bragado, apresenta-se apenas com 94,7%.

As propriedades que não possuem acesso ao telefone (com e sem MCR), em média, são 3% e 2%. O maior índice é do município de Pato Bragado, com 5,3%.

Importante é ressaltar que, da análise desse índice, poucos se encontram isolados sem comunicação alguma, item tão necessário no mundo pós-moderno. Esse meio de comunicação permite agilidade na tomada de decisões e é o mais utilizado na busca de informações, sendo o telefone ainda a via mais rápida e acessível à maioria dos pequenos proprietários rurais.

Na Tabela 22, destacam-se informações gerais com o objetivo de obter um maior conhecimento sobre comercialização, novas tecnologias, e em programas específicos, sistemas de criação apresentados nas diversas emissoras de televisão.

Tabela 22. Estrutura Tecnológica (Televisão) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

14	Possui televisão	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	113	39	28	42	44	37	303	190	99%	98%	0%
	Não	1	0	0	1	1	1	4	3	1%	2%	0%
	Total	114	39	28	43	45	38	307	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A televisão, atualmente, está ao alcance de 99% e 98% da população estudada com e sem MCR, respectivamente. Apesar de ser um veículo de comunicação de acesso relativamente de baixo custo, observou-se que de 1% e 2% não possuem aparelho de televisão.

Na Tabela 23, a pesquisa permitiu mais de uma opção de resposta. Nessas respostas encontram-se dados sobre relacionamento motivados por vínculos econômicos, sociais e culturais.

Não foram identificados, na pesquisa, os motivos que levaram a ser sócio de uma entidade de classe.

Tabela 23. Associativismo dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

15	E sócio de outra entidade de classe qual.	M.C.R.	MERC	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MC R	% C/MCR	%S/MC R	Var.C/ e S/MCR
	Sindicato Rural	54	12	8	13	3	7	97	43	17%	13%	4%
	Associação de Moradores	59	25	15	7	28	28	162	103	28%	30%	-3%
	Assoc. de produtores agro ecológicos	0	2	0	0	0	0	2	2	0%	1%	0%
	Assoc. de produtores de leite	6	2	0	1	0	0	9	3	2%	1%	1%
	Assoc. dos suinocultores	2	0	0	1	0	0	3	1	1%	0%	0%
	Assoc. de piscicultores	0	0	0	1	0	0	1	1	0%	0%	0%
	Cooperativa de eletrificação rural	47	21	19	2	1	7	97	50	17%	15%	2%
	-Sicredi	70	27	19	23	32	31	202	132	35%	39%	-4%
	-Outros	5	0	0	3	0	0	8	3	1%	1%	0%
	Total	243	89	61	51	64	73	581	338	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A análise da Tabela 23 foi realizada por item, do maior para o menor percentual.

O primeiro item a aparecer foi ser sócio da SICREDI, com 35% e 39% com e sem MCR. Percebeu-se que, sem MCR, aumenta o percentual de sócios em 4% e o município de Entre Rios do Oeste atinge 50,0%, enquanto MCR atinge apenas 28,8%. Assim se destaca a associação de maior expressão econômica entre os citados.

A associação de moradores foi a segunda associação mais citada, com 28% e 30% com e sem os dados do município de MCR. O município de Entre Rios do Oeste tem o maior percentual (43,8%) e o com o menor percentual foi Nova Santa Rosa (13,7%).

A terceira associação citada foi a Cooperativa de Eletrificação Rural – CERCAR, com 17% e 15% com e sem MCR, respectivamente. O município de Quatro Pontes tem o maior percentual (31,1%) e o menor, Entre Rios do Oeste (1,6%).

As associações ou entidades de classe são importantes para a permanência do pequeno proprietário na atividade para compartilhar os benefícios e as dificuldades encontradas nas diversas atividades. Também procurar os benefícios dessas associações pode ser útil, podendo ser financeiro ou não.

Na Tabela 24, destacam-se dados referentes às atividades econômicas dos proprietários em estudo. Ali, conforme cada propriedade, foi apontada uma opção ou mais opções de atividade, como, por exemplo: soja, suinocultura e bovinocultura de leite.

Tabela 24. Principais Atividades Econômicas dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

16	Principais atividades econômicas:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Soja	75	24	23	36	38	30	226	151	28%	29%	-1%
	Milho	92	33	24	38	38	37	262	170	32%	33%	-1%
	Trigo	3	0	3	0	0	0	6	3	1%	1%	0%
	Hortaliças	0	0	0	1	0	0	1	1	0%	0%	0%
	Fruticultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Piscicultura	2	1	0	0	0	2	5	3	1%	1%	0%
	Suinocultura	17	2	8	9	12	16	64	47	8%	9%	-1%
	Avicultura	10	2	1	3	0	3	19	9	2%	2%	1%
	Bovinicultura de leite	68	24	16	15	20	23	166	98	20%	19%	1%
	Outras	28	19	2	5	2	4	60	32	7%	6%	1%
	Gado corte	1	1	1	0	1	2	6	5	1%	1%	0%
	Total	296	106	78	107	111	117	815	519	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

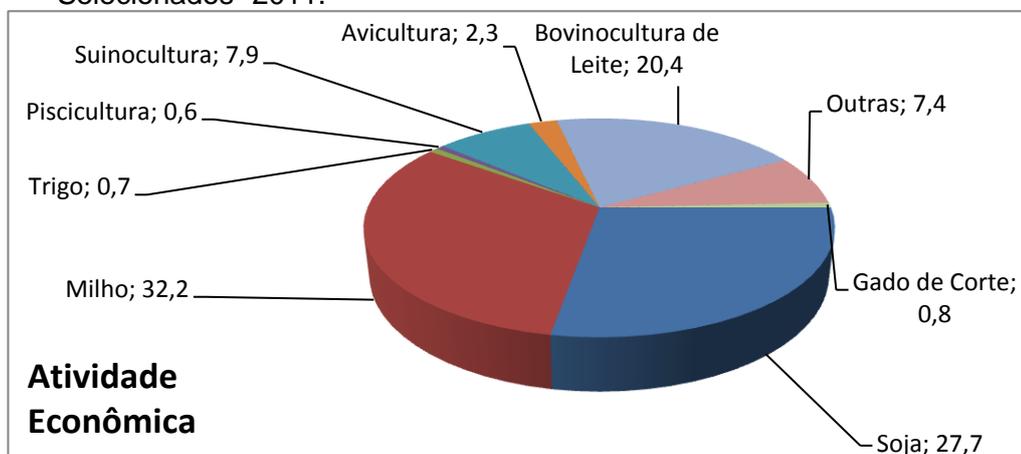
Analisa-se tendo como base o maior percentual indicado e os principais produtos na composição da renda, sendo, em primeiro, o milho, produto mais plantado pelos pequenos proprietários, com 32% e 33%. O soja vem em segundo lugar, com 28% e 29%. Em terceiro, bovinocultura de leite, com 20% e 19%. Em quarto está a suinocultura, com 8% e 9%. Os percentuais referem-se com e sem MCR, respectivamente.

As quatro atividades representam 88% e 90% do total com e sem MCR. Os municípios que se destacam na plantação do milho são Nova Santa Rosa e Entre Rios do Oeste, sendo os maiores em quantidade de produtores num percentual de 35,5% e 34,2%; soja se destaca em Entre Rios do Oeste e Nova Santa Rosa, com 34,2% e 33,6%, respectivamente; na produção de leite, Marechal Cândido Rondon e Mercedes, com 23% e 22,6%; e suinocultura tem destaque em Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, com 13,7% e 10,8%.

Importante é salientar que, mesmo nas pequenas propriedades, a soja é fator importante para os pequenos produtores. O milho tem percentual maior em função do safrinha. Os produtos como hortaliças, fruticultura, piscicultura e gado de corte representam pouco em percentuais (cerca de 1%). As demais atividades representam 7% e 6%, respectivamente, com e sem MCR.

O Gráfico 7 retrata melhor, em percentuais, as principais atividades econômicas que são objeto desta pesquisa, incluídos os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

Gráfico 7. Principais Atividades Econômicas (em percentuais) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

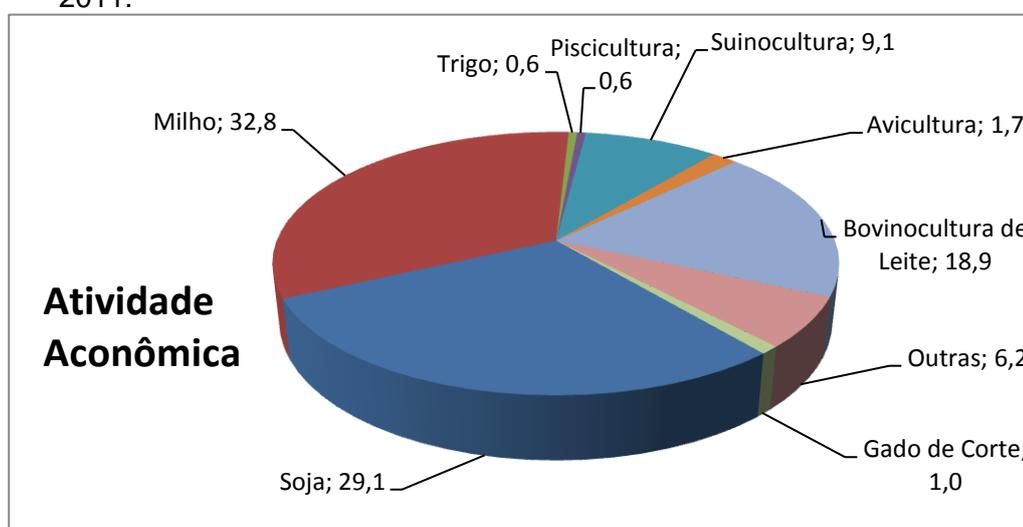
As atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários estudados são atividades tradicionais na região, sendo substituído o trigo, como cultura de inverno, pela cultura de milho safrinha.

O gado de corte não é expressivo (0,8%), considerado percentual baixo, mas pode ser uma alternativa no futuro de gado confinado, porque há matéria-prima na região, podendo-se citar o cultivo do milho (com 32,2%) e soja (27,7%), sendo consideradas fontes de alimento importantes para o gado.

A avicultura reporta a 2,3%, sendo um segmento que exige investimentos maiores e as garantias para um financiamento bancário normalmente são insuficientes para os pequenos proprietários rurais.

No Gráfico 8 apartou-se os números do município de Marechal Cândido Rondon e são apresentadas as principais atividades, sendo o milho a principal atividade.

Gráfico 8. Principais Atividades Econômicas (em percentuais) dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Analisando os dados do gráfico, observa-se um percentual de 32,8% do total de atividade indicadas que é milho e, em segundo, soja, com 29,1%. A bovinocultura de leite reduz para 18,9% (com Marechal Cândido Rondon, para 20,4%). As quatro atividades mais indicadas somam 89,9% e as quatro menores, 3,9%. A base das atividade mais desenvolvidas são atividades tradicionais.

Na Tabela 25 estão relacionados a quantidade de proprietários, os níveis dos valores em reais do patrimônio e o tipo de patrimônio. Por exemplo: no município de

Quatro Pontes, 03 proprietários possuem um patrimônio somando terra + trator + equipamentos + benfeitorias avaliado entre 0 e R\$ 50.000,00.

Tabela 25. Patrimônio dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

17	Valor do Patrimônio:	M.C. R.	MER C.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/M CR	T.G. S/M CR	% C/MC R	% S/MC R	Var.C e S/ MCR
	Terra\ trator e equipamentos\edificações											
a)	benfeitorias:											
	até R\$ 50.000,00	0	0	4	10	0	0	14	14	4%	7%	-3%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	19	3	16	15	3	0	56	37	18%	19%	-1%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	33	17	5	11	24	11	101	68	33%	35%	-2%
	acima de R\$ 500.001,00	63	19	3	8	18	27	138	75	45%	39%	6%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	
b)	Aviário:											
	até R\$ 50.000,00	1	0	0	0	0	2	3	2	25%	40%	-15%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	2	1	0	0	0	0	3	1	25%	20%	5%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	3	1	0	1	0	0	5	2	42%	40%	2%
	acima de R\$ 500.001,00	1	0	0	0	0	0	1	0	8%	0%	8%
	Total	7	2	0	1	0	2	12	5	100%	100%	
c)	Pocilga para suínos:											
	até R\$ 50.000,00	10	0	1	3	0	3	17	7	23%	14%	10%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	11	2	6	6	8	12	45	34	62%	67%	-5%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	1	0	1	2	5	1	10	9	14%	18%	-4%
	acima de R\$ 500.001,00	0	1	0	0	0	0	1	1	1%	2%	-1%
	Total	22	3	8	11	13	16	73	51	100%	100%	
d)	Estábulo\ ordenhadeira\refrigerador\ gado leiteiro\ plantel:											
	até R\$ 50.000,00	35	14	6	9	7	7	78	43	42%	41%	1%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	37	10	11	6	16	14	94	57	51%	54%	-3%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	7	3	0	0	0	3	13	6	7%	6%	1%
	acima de R\$ 500.001,00	1	0	0	0	0	0	1	0	1%	0%	1%
	Total	80	27	17	15	23	24	186	106	100%	100%	
e)	Piscicultura tanque\maquinas e equipamentos:											
	até R\$ 50.000,00	6	2	0	1	5	0	14	8	93%	100%	-7%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	1	0	0	0	0	0	1	0	7%	0%	7%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	acima de R\$ 500.001,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total	7	2	0	1	5	0	15	8	100%	100%	
f)	Total: a+b+c+d+e											
	até R\$ 50.000,00	0	0	1	7	0	0	8	8	3%	4%	-2%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	8	2	13	11	1	0	35	27	11%	14%	-3%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	35	15	10	14	21	7	102	67	33%	35%	-1%
	acima de R\$ 500.001,00	72	22	4	12	23	31	163	92	53%	47%	5%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pela análise da Tabela 25, observa-se o valor do patrimônio considerado pelos pequenos proprietários agrícolas, contabilizando terras, casa e galpões para maquinários. Assim, 45% e 39% são propriedades com patrimônio superior a R\$ 500 mil; 33% e 35% possuem um patrimônio avaliado entre R\$ 200 e 500 mil; entre R\$ 50 e 200 mil são 18% e 19%; e abaixo de 50 mil são apenas 4% e 7%. Esses percentuais referem-se, respectivamente, aos patrimônios com e sem o município de Marechal Cândido Rondon.

Quanto a investimentos realizados em aviários, encontraram-se sete em MCR, 2 em Mercedes, 2 em Pato Bragado e 1 em Nova Santa Rosa.

Quanto a investimentos no setor de suinocultura, registraram-se 22 em MCR, 3 em Mercedes, 8 em Quatro Pontes, 11 em Nova Santa Rosa, 13 em Entre Rios e 16 em Pato Bragado.

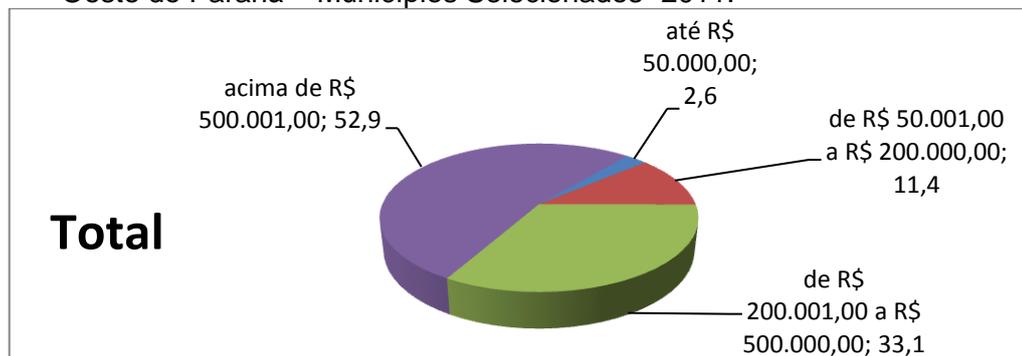
Quanto ao setor leiteiro, há 80 investimentos em MCR, 27 em Mercedes, 17 em Quatro Pontes, 15 em Nova Santa Rosa, 23 em Entre Rios e 24 em Pato Bragado. Foi na piscicultura o menor investimento observado, com somente 7 em MCR, 2 em Mercedes, 0 (zero) Quatro Pontes, 1 em Nova Santa Rosa, 5 em Entre Rios e 0 (zero) em Pato Bragado.

Somando todos os investimentos em terra e atividades produtivas, 53% e 47% dos proprietários possuem um patrimônio superior a R\$ 500 mil; 33% e 35% possuem entre R\$ 200 e 500 mil; 11% e 14% entre R\$ 50 e 200 mil, e, abaixo de R\$ 50, são 3% e 4%.

O patrimônio dos pequenos proprietários agrícolas é considerável, mas baixo considerando que a construção de um aviário ultrapassa os R\$ 250 mil, ou um alqueire de terra é comercializado a 1.800 sacas de soja, vezes o preço a R\$ 42,00 a saca, o que é igual a R\$75.600,00. Desse ponto de vista, 2 aviários são R\$ 500 mil, ou menos de 7 alqueires ultrapassam os R\$ 500 mil.

Os Gráficos 9 e 10 evidenciam melhor os percentuais do patrimônio total (terra, edificações, tratores, benfeitorias, aviários, pocilgas, estábulos, piscicultura, animais), com e sem os dados de Marechal Cândido Rondon.

Gráfico 9. Patrimônio dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.



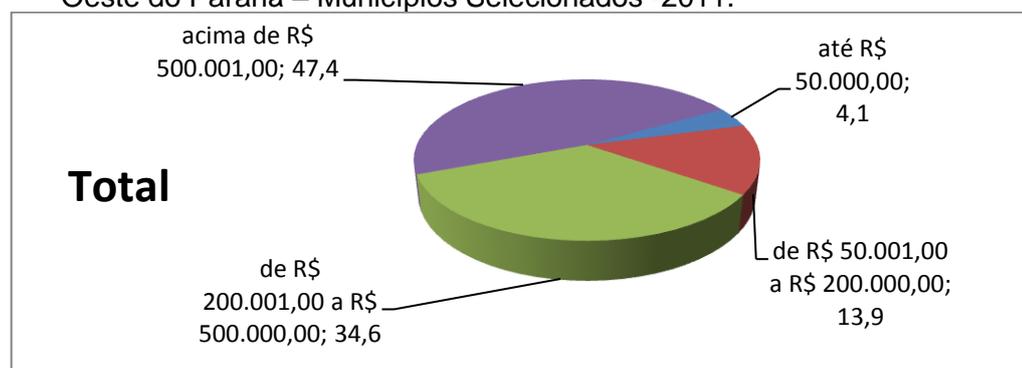
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Nessa representação gráfica percebe-se que 52,9% das propriedades possuem um patrimônio superior a R\$ 500 mil reais, destacando-se que o valor principal, conforme a Tabela 25 acima apresentada, é a terra com benfeitorias e tratores. Assim, para ter um valor de 500 mil reais são necessários aproximadamente 15 hectares de terra.

Das propriedades com patrimônio de 200 mil a 500 mil reais, há 33,1%. Se essas propriedades forem consideradas apenas pela quantidade de terra, são minifúndios. De 50 a 100 mil reais há 11,4% e até 50 mil reais há 14%, também fazendo parte do minifúndio.

No Gráfico 10, sem os dados de MCR, evidencia-se melhor esse percentual com patrimônio acima de 500 mil reais caindo para 47,4%, numa diferença de 5,5% maior com MCR; entre 200 e 500 mil reais a diferença é de 1,5% maior sem MCR, e entre 50 e 200 mil reais a diferença é de 2,5% maior sem MCR, e até 50 mil reais a diferença é de 1,5% maior sem MCR.

Gráfico 10. Patrimônio dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na Tabela 26 estão relacionados a quantidade de proprietários rurais pesquisados e o nível/faixas de receita.

Tabela 26. Receita Operacional 2009 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

18	Receita Operacional 2009:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S//MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var. C/ e S/ MCR
	até R\$ 10.000,00	6	3	0	5	2	0	16	10	5%	5%	0%
	de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	12	3	4	4	9	0	32	20	10%	10%	0%
	de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	13	4	3	7	6	4	37	24	12%	12%	0%
	de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	12	4	1	9	0	2	28	16	9%	8%	1%
	de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	11	2	1	4	6	5	29	18	9%	9%	0%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	34	15	12	12	15	16	104	70	34%	36%	-2%
	de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	19	5	6	3	3	8	44	25	14%	13%	1%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	6	3	1	0	3	3	16	10	5%	5%	0%
	acima de R\$ 500.001,00	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Total	114	39	28	44	44	38	307	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

No município de Marechal Candido Rondon existem 6 proprietários rurais que obtiveram receita de até R\$ 10.000,00 no ano de 2009.

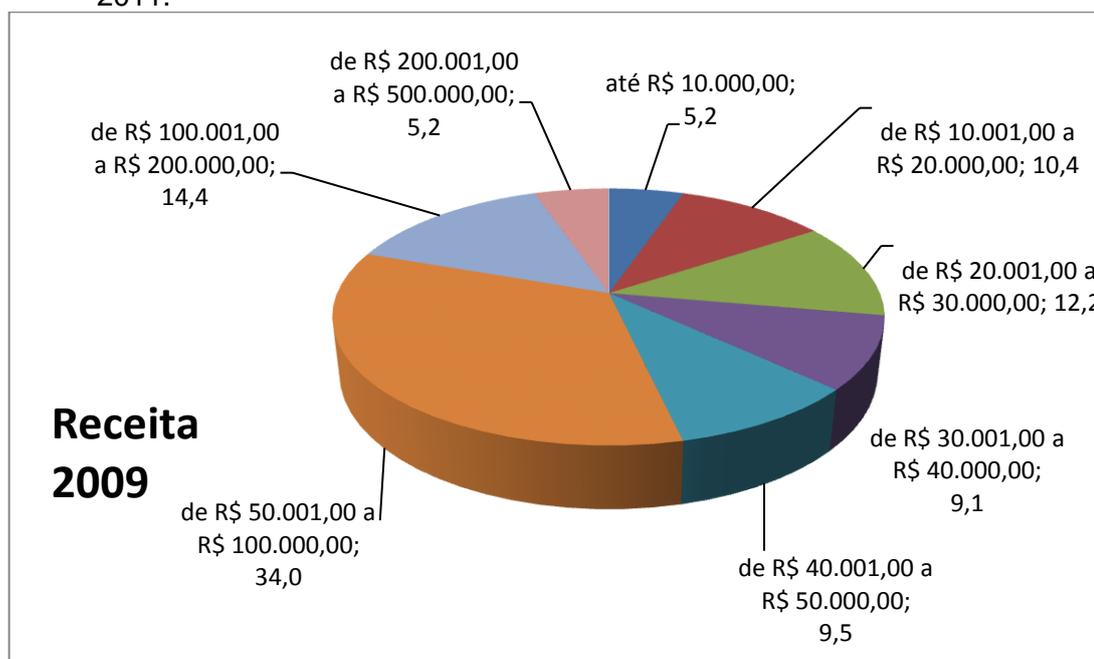
As receitas operacionais em relação aos custos operacionais foram analisadas apenas na primeira faixa de valor, onde 5% possuem uma receita operacional até R\$ 10.000,00 em 2009 e o mesmo percentual em 2010; o custo operacional é de 15% e 14% e de 13% e 12%, aproximadamente, com e sem MCR, podendo-se afirmar que existe resultado operacional positivo. Neste estudo não foi incluída a depreciação das máquinas, dos equipamentos e das benfeitorias.

O maior percentual de receita em 2009 e 2010 está na faixa de R\$ 50 e 100 mil reais; os percentuais são 34% e 36% em 2009 e 32% e 34% em 2010 considerando com e sem MCR, dos quais os custos nessa mesma faixa em 2009 e 2010 foram 24% e 26% e 27% e 29% com e sem MCR, respectivamente.

Importante é salientar que, em 2009, apenas um pequeno proprietário teve receita operacional superior a R\$ 500 mil; em 2010 foram dois. Em 2009 também um teve custo superior a R\$ 500 e, em 2010, nenhum proprietário teve custo superior aos R\$ 500 mil.

Os Gráficos 11 e 12 mostram uma visualização melhor das receitas operacionais referentes ao ano de 2009, com e sem os dados de MCR, respectivamente.

Gráfico 11. Receita Operacional 2009 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.



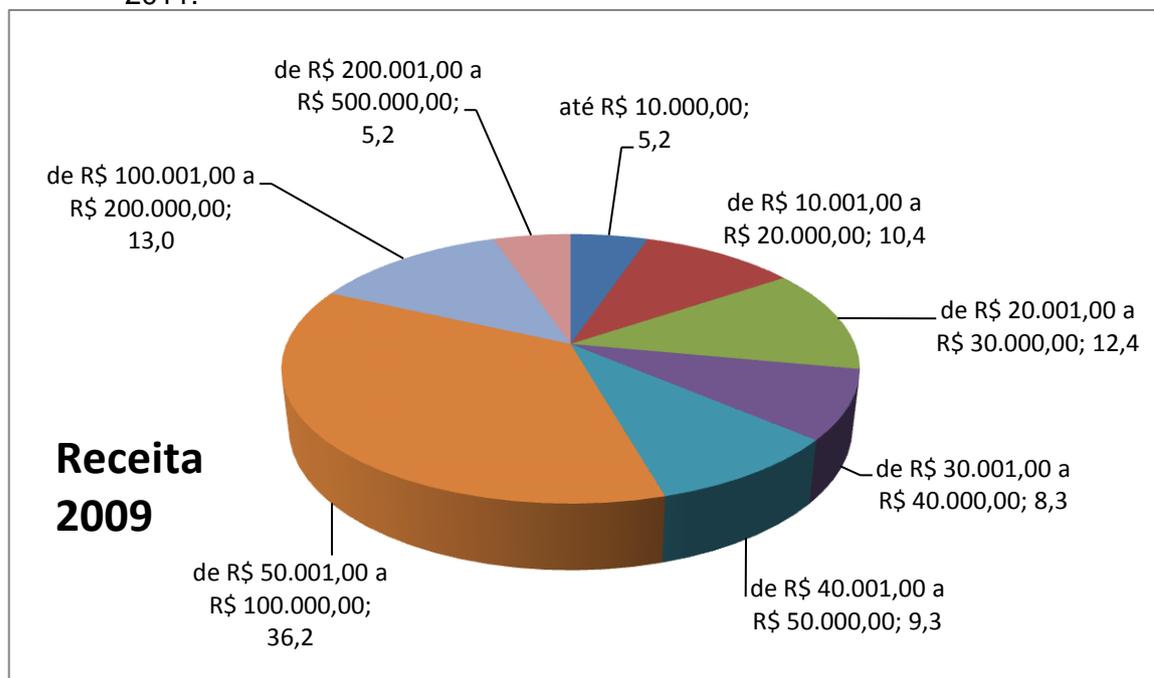
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto à receita operacional em 2009, 34% dos proprietários possuem uma receita compreendida entre 50 mil e 100 mil reais, acima de 100 mil reais há 19,6% e, destes, 14,4% estão abaixo dos 200 mil reais, e 5,2% estão acima de 200 mil, e com receita até 100 mil reais há 46,4%.

Delineando um comparativo entre a receita 2009 e 2010 e sem observar a inflação no período, verifica-se uma variação com os dados de MCR de 5,26% (2009) para 4,6% (2010) no nível de receita entre 200 e 500 mil reais.

No nível de receita de 100 a 200 mil reais há uma variação de 14,4% para 20,8%, sendo significativa, conforme Gráficos 11 e 13.

Gráfico 12. Receita Operacional 2009 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto à receita operacional em 2009, o gráfico mostra que 36,2% dos proprietários possuem uma receita compreendida entre 50 mil e 100 mil reais, 13% possuem uma receita compreendida entre 100 mil e 200 mil reais, dos quais 12,4% estão compreendidos entre 20 mil e 30 mil reais; abaixo de 20 mil reais há 15,6%, e acima de 100 mil reais há 18,2%, sem considerar os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

Em outra análise sem os números de Marechal Cândido Rondon e entre a receita de 2009 e 2010, desconsiderando a inflação do período, há uma variação de 10,4% em (2009) para 9,1% em (2010) no nível de receita entre 10 e 20 mil reais.

No nível de receita de 50 a 100 mil reais há uma variação de 36,2% para 32,2%, uma variação significativa, conforme Gráficos 10 e 12.

Na Tabela 27, estão relacionados a quantidade de proprietários rurais pesquisados e o nível/faixas de receita, exemplo: no município de Mercedes há 3 proprietários que obtiveram receita até R\$ 10.000,00 no ano de 2010.

Tabela 27. Receita Operacional 2010 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

19	Receita Operacional 2010:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S//MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	até R\$ 10.000,00	5	3	0	4	2	0	14	9	5%	5%	0%
	de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	9	4	2	4	9	0	28	19	9%	10%	-1%
	de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	12	3	5	9	3	2	34	22	11%	11%	0%
	de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	11	4	0	5	5	3	28	17	9%	9%	0%
	de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	10	2	2	7	1	2	24	14	8%	7%	1%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	34	11	11	7	16	20	99	65	32%	34%	-1%
	de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	26	10	7	8	5	8	64	38	21%	20%	1%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	6	2	1	0	2	3	14	8	5%	4%	0%
	acima de R\$ 500.001,00	1	0	0	0	1	0	2	1	1%	1%	0%
	Total	114	39	28	44	44	38	307	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

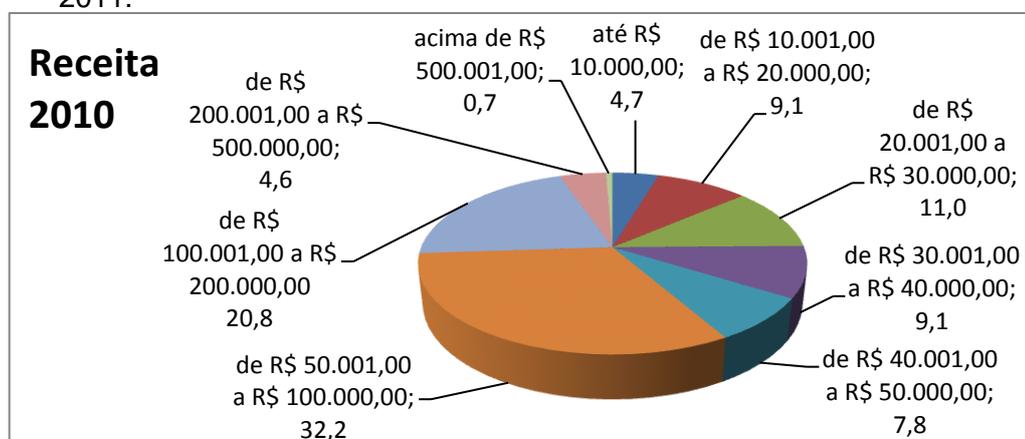
Na análise da tabela 27, verifica-se quanto de receita e quantos estão em cada faixa.

Dos que recebem uma receita operacional bruta entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 há 28 proprietários (9%) ou 19 (10%); entre R\$ 20.001,00 e R\$ 30.000,00 há 34 proprietários (11%) ou 22 (11%); entre R\$ 30.001,00 e R\$ 40.000,00 há 28 proprietários (9%) ou 17 (9%); entre R\$ 40.001,00 e R\$ 50.000,00 há 14 proprietários (8%) ou 7 (7%); entre R\$ 50.001,00 e R\$ 100.000,00 há 65 proprietários (32%) ou 34 (34%) nessa faixa. Dos proprietários que possuem receita operacional entre R\$ 100.001,00 e R\$ 200.000,00 há 38 proprietários (21%) ou 26 (20%), com e sem os dados do município de Marechal Cândido Rondon

As 5 menores faixas de receita operacional bruta, que variam de 0 (zero) a R\$ 50.000,00, são 42% dos proprietários. As outras 4 faixas (R\$ 50.001,00 a R\$ 500.000,00 ou mais), há 58% dos pequenos proprietários (Gráfico 13).

O Gráfico 13 indica em percentuais os dados da receita operacional em 2010, e sua distribuição em cada faixa operacional.

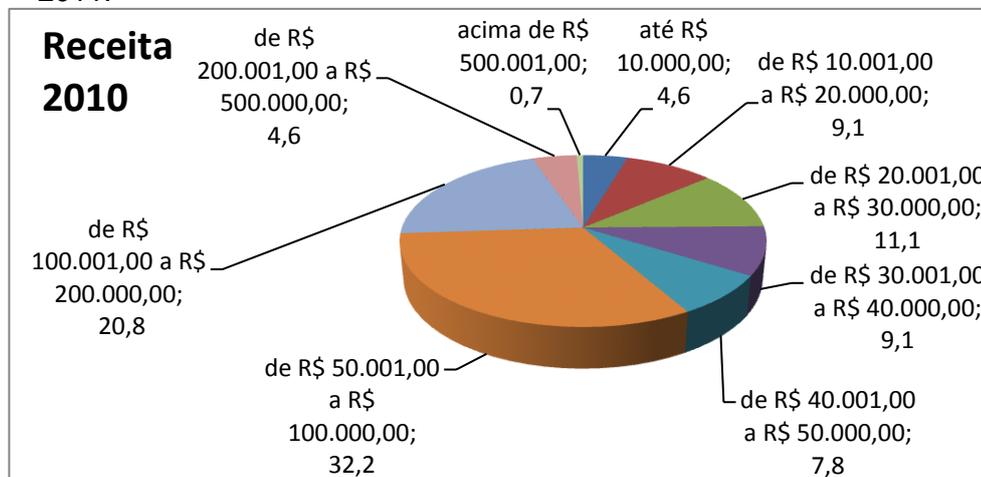
Gráfico 13. Receita Operacional 2010 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

No Gráfico 14 os percentuais não contemplam os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

Gráfico 14. Receita Operacional 2009 em percentuais dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pela representação do gráfico acima, sem os dados de Marechal Cândido Rondon, as cinco menores faixas de receita operacional bruta, variando de 0 (zero) a R\$ 50.000,00, constituem 42% dos proprietários. As outras quatro faixas (R\$ 50.001,00 à R\$ 500.000,00 ou mais) constituem 58% dos pequenos proprietários.

Comparado com e sem Marechal Cândido Rondon, não houve diferença em percentuais, percebendo-se que há homogeneidade nas receitas dos pequenos proprietários nos seis municípios estudados.

Na Tabela 28 estão relacionados a quantidade de proprietários rurais pesquisados e o nível/faixas de custo.

Exemplo: no município de Marechal Cândido Rondon há 17 proprietários que tiveram um custo até R\$ 10.000,00 no ano de 2009.

Tabela 28. Custo Operacional 2009 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

20	Custos Operacionais 2009:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	até R\$ 10.000,00	17	5	2	10	10	1	45	28	15%	15%	0%
	de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	18	7	4	9	11	2	51	33	17%	17%	0%
	de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	14	5	3	11	2	5	40	26	13%	14%	0%
	de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	16	3	3	2	4	10	38	22	13%	12%	1%
	de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	16	5	2	3	5	3	34	18	11%	9%	2%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	23	9	11	9	8	13	73	50	24%	26%	-3%
	de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	7	5	3	0	2	2	19	12	6%	6%	0%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	2	0	0	0	2	2	6	4	2%	2%	0%
	acima de R\$ 500.001,00	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Total	114	39	28	44	44	38	307	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pela observação da Tabela 28, pode-se verificar quanto de custo tem cada propriedade e quantas propriedades estão em cada nível ou faixa.

Assim, verifica-se que os que tiveram um custo operacional entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 há 51 proprietários (17%) e 33 (17%); entre R\$ 20.001,00 e R\$ 30.000,00 há 40 proprietários (13%) e 26 (14%); entre R\$ 30.001,00 e R\$ 40.000,00 são 38 proprietários (13%) e 22 (12%); entre \$40.001,00 e R\$ 50.000,00 são 34 proprietários (11%) e 18 (9%); e entre \$50.001,00 e R\$ 100.000,00 são 73 proprietários (24%) e 50 (26%).

Dos que possuem custo operacional entre R\$ 100.000,00 e R\$ 200.000,00 há 19 proprietários (6%) e 12 (6%). Os demais são 6 e 4 proprietários (2%). Todas as quantidades e os percentuais estão com e sem os dados do município de Marechal Cândido Rondon, respectivamente.

As cinco menores faixas de custo operacional, que variam de 0 (zero) a R\$ 50.000,00, são 67,8% dos proprietários. Das outras quatro faixas (R\$ 50.001,00 R\$ 500.000,00 ou mais) há 32,2%.

Sem considerar os dados do município de Marechal Cândido Rondon, as 5 menores faixas de custo operacional, que varia de 0 (zero) a R\$ 50.000,00, são 65% dos proprietários. Das outras 4 faixas (R\$ 50.001,00 a R\$ 500.000,00 ou mais) há 35%. O maior percentual está entre R\$ 50.001,00 e R\$ 100.000,00, com 26%.

A variação com e sem MCR está na faixa de 40 e 50 mil reais com 2% de variação maior com MCR., e 50 mil e 100 mil reais com variação de 3% menor com MCR.

A Tabela 29 relaciona a quantidade de proprietários rurais pesquisados e o nível/faixas de custo. Exemplo: no município de Mercedes há 5 proprietários que tiveram um custo até R\$ 10.000,00 no ano de 2010.

Tabela 29. Receita Operacional 2010 dos Pequenos Proprietários de Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

21	Custos Operacionais 2010:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	%S/ MCR	Var.C/ e S/ MCR
	até R\$ 10.000,00	16	5	2	10	6	0	39	23	13%	12%	1%
	de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	16	7	5	8	15	3	54	38	17%	19%	-2%
	de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	12	3	1	8	2	3	29	17	10%	9%	1%
	de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	11	5	4	3	4	9	36	25	12%	13%	-1%
	de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	19	1	2	4	4	6	36	17	12%	9%	3%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	28	15	11	11	7	12	84	56	27%	29%	-2%
	de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	9	3	3	0	4	3	22	13	7%	7%	0%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	3	0	0	0	2	2	7	4	2%	2%	0%
	acima de R\$ 500.001,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total	114	39	28	44	44	38	307	193	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A Tabela 29 indica quanto de custo e quantos proprietários estão em cada faixa ou nível em 2010. Os que tiveram um custo operacional até R\$ 10.000,00 há 39 proprietários (13%) e 23 (12%); entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 há 54 proprietários (17%) e 38 (19%); entre R\$ 20.001,00 e R\$ 30.000,00 há 29 proprietários (10%) e 17 (9%); entre R\$ 30.001,00 e R\$ 40.000,00 são 36 proprietários (12%) e 25 (13%); entre R\$ 40.001,00 e R\$ 50.000,00 são 36 proprietários (12%) e 17 (9%). Entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00 são 84 proprietários (27%) e 56 (29%); os que possuem custo operacional entre R\$ 100.001,00 e R\$ 200.000,00 há 22 proprietários (7%) e 13 (7%).

Os demais são 7 e 4 proprietários (2%). Todas as quantidades e os percentuais estão com e sem os dados do município de Marechal Cândido Rondon, respectivamente, com base na Tabela 29.

As cinco menores faixas de custo operacional em 2010, variando de 0 (zero) a R\$ 50.000,00, são 63% dos proprietários; das outras quatro faixas (de R\$ 50.001,00 a R\$ 500.000,00 ou mais) há 38% dos pequenos proprietários, indicado em percentuais os dados dos custos operacionais em 2010, e sua distribuição em cada faixa operacional.

As 5 menores faixas de custo operacional, que varia de 0 (zero) a R\$ 50.000,00, são 62% dos proprietários. Das outras 4 faixas (R\$ 50.001,00 a R\$ 500.000,00 ou mais) há 38% dos pequenos proprietários. O maior percentual está entre R\$ 50.001,00 e R\$ 100.000,00, com 29%.

A variação com e sem MCR está na faixa de 40 mil e 50 mil reais com 3% de variação maior com MCR, e 50 mil e 100 mil reais com variação de 2% menor com MCR. A mesma variação (2%) ocorre na faixa entre 10 mil e 20 mil reais

O tamanho das propriedades, medido em hectares e em faixas, encontra-se na Tabela 30, e varia de 0,01 a 50 hectares.

Tabela 30. Tamanho das Propriedades dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

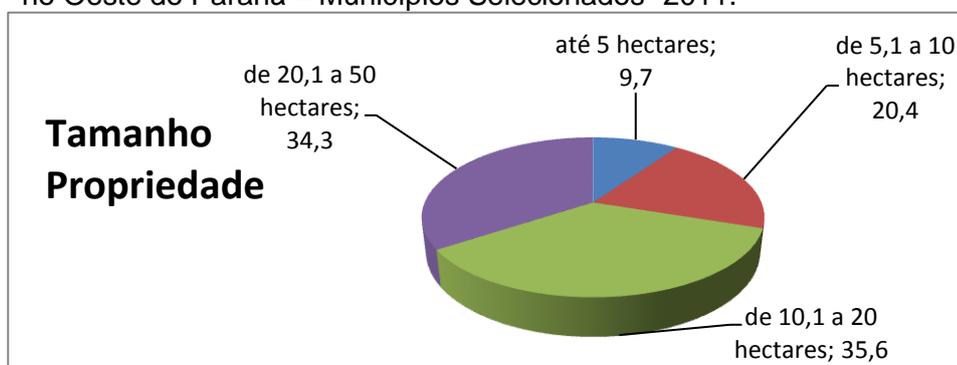
22	Tamanho da propriedade:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	até 5 hectares	10	3	0	11	4	2	30	20	10%	10%	-1%
	de 5,1 a 10 hectares	21	8	7	10	14	3	63	42	20%	22%	-1%
	de 10,1 a 20 hectares	38	13	9	13	16	21	110	72	36%	37%	-2%
	de 20,1 a 50 hectares	46	15	12	10	11	12	106	60	34%	31%	3%
	de 50,1 a 100 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	mais de 100,1 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Essa Tabela destaca o tamanho das propriedades e observa-se que 10% delas possuem até 5 hectares; entre 5,1 e 10 hectares há 20% e 22%; entre 10,1 e 20 hectares há 36% e 37%; entre 20 a 50 há 34% e 31%, sabendo-se que os percentuais foram considerados com e sem os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

Os Gráficos 15 e 16 mostram, de forma mais clara, em percentuais, as propriedades e o tamanho em hectares e compreendidas por faixas.

Gráfico 15. Tamanho das Propriedades em percentual dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

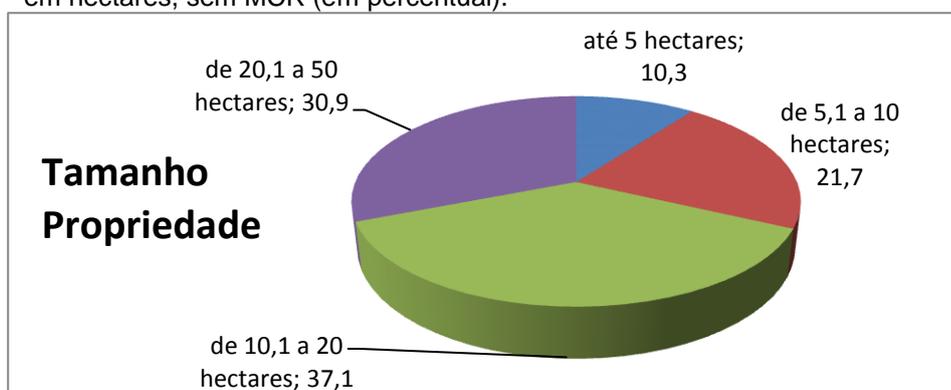
Verifica-se que os proprietários que possuem menos de 20 hectares são 65,7% e, entre 20,1 e 50,0 hectares, são 34,3%.

A primeira faixa, a de até 5 hectares, subtraindo 20% (mata, reservas e APPs), em média sobram, para efetivo uso de área, 2 hectares ($0 + 5 = 5$ $5 : 2 = 2,5$ $2,5 \times 20\% = 0,5$ $2,5 - 0,5 = 2,0$), que pode ser utilizado pelo produtor.

Na segunda faixa, a de 5,1 a 10 hectares, sobram, no máximo, 6 hectares para cultivo e pastagem. Esta análise considerou os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

No Gráfico 16, representa-se o tamanho das propriedades, excluídos os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

Gráfico 16. Tamanho das Propriedades em percentual dos Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011 Tamanho das propriedades em hectares, sem MCR (em percentual).



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Verificou-se que os que possuem menos de 20 hectares são 69,1% e os que possuem área superior a 20 limitado a 50 hectares são 30,9%.

Numa análise da longevidade da vida e a manutenção dos laços familiares, a tendência das pequenas propriedades é desaparecerem ou reduzirem de tamanho. Exemplo: Se um casal tiver seu primeiro filho com 22 anos de idade, quando tiverem 44 anos, o filho terá 22 anos e, também, se casasse com 22 anos, haveria duas famílias a serem sustentadas pela mesma área até a morte dos pais, incluindo a saída de irmãos, caso existam.

Se a morte dos pais/avós ocorrer aos 75 anos ambos precisam viver 31 anos na mesma terra com os mesmos recursos. Pergunta-se: É sustentável?

Na Tabela 31 pode-se observar o quanto é utilizado do total de hectares dos 309 proprietários pesquisados, quantos hectares são cultivados, pastagem e reservas.

Tabela 31. Utilização das Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná em hectares – Municípios Selecionados -2011. Utilização das propriedades em hectares.

22a	Tipo de cultivo	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	cultivada	1512	431,5	374	457	447	457	3678	2166	66%	66%	-1%
	pastagem	348	119,7	77	64,6	94,1	97	800,4	452,4	14%	14%	0%
	mata reserva legal	327	100,7	94	84,6	97,3	132	835,6	508,6	15%	16%	-1%
	outros	150	29	12	30,8	44,4	2	268,2	118,2	5%	4%	1%
		6,68	2	2	16,3	3,63	0	30,61	23,93	1%	1%	0%
	Total	2343,7	682,9	559	653,3	686	688	5612,81	3269,13	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Do total de 5.612,81 hectares, são cultivados 3.678 hectares (66%), sendo 800,4 hectares em pastagem (14%) e 1.134,4 hectares são reservas e outros (20%). Sem os dados de Marechal Cândido Rondon, de 3.269,13 hectares são cultivados 2.166 hectares (66%) e 452,4 hectares em pastagem (14%) e 650,73 hectares são as diversas formas de reservas (20%).

Essa era a situação verificada nas propriedades pesquisadas.

Percebeu-se também que várias propriedades não possuem ainda as reservas obrigatórias por lei. Do total cultivado e pastagem haverá uma redução da área cedendo para reservas ou outras finalidades de preservação.

A Tabela 32 complementa a Tabela 31, mostrando a quantidade de proprietários e como está sendo ocupada a terra.

Tabela 32. Quantidade de Proprietários e utilização da Terra das Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

Proprietários	M.C.R.	MERC.	Q.P.	N.S.R.	E.R.	P.B	T.G.C/MCR	T.G.S/MCR
Com lavoura	108	39	27	42	43	38	297	189
Com pastagem	99	38	23	34	39	35	268	169
Com mata	91	34	22	31	30	38	246	155
Com reserva legal	40	7	4	9	11	1	72	32
Outros	5	1	1	5	1	0	13	8
Total							896	553

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

As 309 propriedades pesquisadas possuem 5.612,81 hectares ou uma média de 18,2 hectares. Desse total, 66% são cultivadas ou 3.678 hectares, em média 12,4 hectares são cultivadas por proprietário e 800,4 hectares (14%) são utilizados para pastagem. Em média, 3,0 hectares são utilizados para pastagem por produtor. Quanto ao restante da área, 1.134,41 de hectares (20%) são compostos pela mata, reserva legal e outros, numa média de 3,7 hectares por propriedades.

Então, enfim, efetivamente explorados são apenas 4.478,4 hectares, totalizando uma média de 14,5 hectares, análise elaborada com os dados de MCR.

Se não considerados os dados de MCR, as 194 propriedades pesquisadas possuem 3.269,13 hectares ou uma média de 16,9 hectares, destes, são cultivadas 2.166,0 hectares (66%), ou seja, em média 11,5 hectares são cultivadas por proprietário e 452,4 hectares (14%) são utilizados para pastagem, em média 2,7 hectares são utilizados para pastagem por produtor, e 650,73 hectares (20%) é área composta pela mata, reserva legal e outros.

Assim, efetivamente explorados são apenas 2.618,4 hectares, uma média de 13,5 hectares.

A Tabela 33 relaciona e identifica as principais fontes de renda e a quantidade de propriedades que atuam na atividade.

Nessa tabela, as respostas puderam ser formuladas em mais de uma alternativa. Exemplo: proprietário que cultiva milho também cultiva soja ou cultiva milho e possui gado leiteiro.

Tabela 33. As Principais Fontes de Renda dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

23	Quais são as principais fontes de renda:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Soja	63	22	16	30	30	22	183	120	30%	31%	-1%
	Milho	65	25	16	31	26	23	186	121	31%	31%	-1%
	Trigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Hortaliças	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Fruticultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Piscicultura	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Suinocultura	14	1	8	8	11	16	58	44	10%	11%	-2%
	Avicultura	8	2	1	2	0	3	16	8	3%	2%	1%
	Bovinocultura de Leite	60	20	13	13	13	22	141	81	23%	21%	2%
	Outras	6	6	1	2	0	1	16	10	3%	3%	0%
	Gado de Corte	1	1	0	0	1	1	4	3	1%	1%	0%
	Aposentadoria	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Total							607	387	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

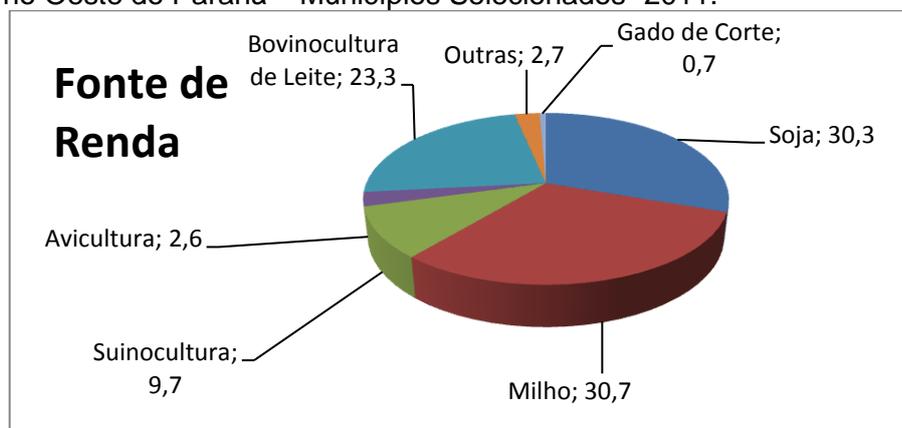
Pela análise das respostas às principais fontes de renda, dos 309 proprietários verificou-se que o milho foi indicado por 186, revelando a importância dessa cultura. A soja ficou em segundo, com 183 respostas. A terceira foi a atividade pecuária leiteira, com 141. Em quarto ficou a suinocultura com 58 propriedades.

Percebeu-se que os 309 proprietários indicaram 607 ou, em média, 1,96 atividades desenvolvidas em cada propriedade.

Sem os dados de MCR, as principais fontes de renda dos 194 proprietários, o milho foi indicado por 121, revelando a importância dessa cultura; a soja ficou em segundo, com 120; a terceira foi a atividade pecuária leiteira, com 81; e em quarto ficou a suinocultura, com 44 propriedades. Percebe-se que os 194 proprietários indicaram 387 atividades ou 1,99 de média por propriedade.

Os Gráficos 17 e 18 apresentam as principais opções de fonte de renda, indicadas pelos pequenos proprietários rurais pesquisados, com e sem os dados do município de Marechal Cândido Rondon.

Gráfico 17. Principais Fontes de Renda em percentual dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

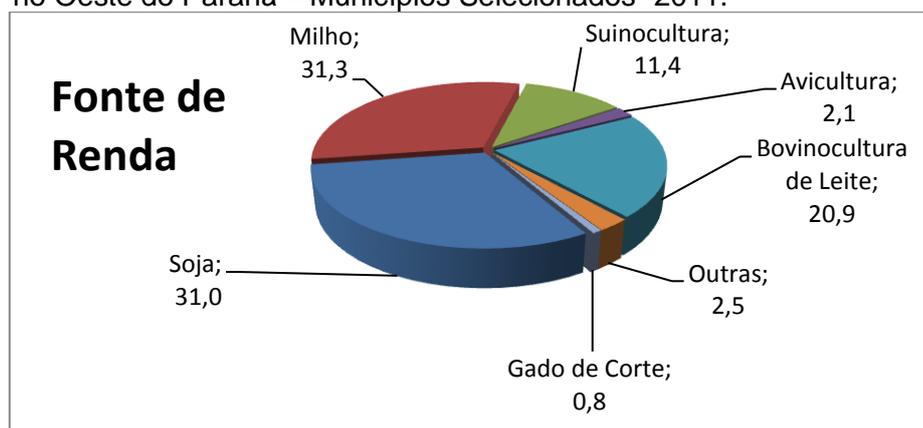


Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na análise das principais fontes de renda, do total dos 309 proprietários pesquisados, 60,2% cultivam milho, 59,2% cultivam soja, 45,6% desenvolvem a atividade pecuária leiteira, 18,8% desenvolvem a atividade pecuária suína, e as demais atividades somam 6,0%.

No Gráfico 18 não estão incluídos os dados de Marechal Cândido Rondon, mas é prudente observar a variação com e sem MCR.

Gráfico 18. Principais Fontes de Renda em percentual dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pela análise das principais fontes de renda, do total dos 194 proprietários pesquisados, conclui-se que 62,3% cultivam milho, 61,72% cultivam soja, 41,6% desenvolvem a atividade pecuária leiteira, 22,7% desenvolvem a atividade pecuária suína e as demais atividades somam 10,7%.

A Tabela 34 indica a quantidade de salários mínimos recebidos pelos proprietários e quantos recebem. Exemplo: no município de Mercedes há 10 proprietários que recebem 1 (um) salário mínimo.

Tabela 34. Renda Complementar dos Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

24	Renda complementar (aposentadoria, pensão, outros)	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MC R	Var.C/ e S/MCR
	1 salário mínimo	17	10	2	3	9	3	44	27	31%	31%	0%
	2 salários mínimos	37	9	6	10	17	16	95	58	67%	67%	-1%
	3 salários mínimos	2	0	0	0	0	1	3	1	2%	1%	1%
	4 salários mínimos ou mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total							142	86	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A renda complementar observada, considerada renda que não vem diretamente da agricultura, como aposentadoria ou pensão, ou outro benefício, dos 309 pesquisados, 142 (46%) recebem benefícios e, desses, 31% recebem um salário e 67% recebem dois salários, e 2% recebem três salários mínimos. Incluindo MCR ou excluindo MCR, o que altera é apenas o de três salários mínimos, que passa de 2% para 1%. E, nesse item, 54% não possuem renda complementar.

A Tabela 35 mostra o que motiva os pequenos proprietários rurais a investirem nos plantios vindouros, sendo as perguntas foram claras e objetivas, mas nem todos responderam, e alguns consideraram 2 (duas) alternativas válidas.

Tabela 35. Motivos que Direcionam os Investimentos dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.

25	Informações que influenciam na decisão de invest. para próx. Safra:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Preço	102	34	28	40	38	38	280	178	90%	92%	-1%
	Mercado	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Rotação de culturas	4	2	1	4	1	0	12	8	4%	4%	0%
	Pq.o vizinho plantou ou o técnico agrícola falou que	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Condições do terreno	0	0	0	0	1	0	1	1	0%	1%	0%
	Outros	9	2	0	2	3	0	16	7	5%	4%	2%
	Total							310	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto às decisões que influenciam para plantio para as próximas safras, na pesquisa foram aceitas uma ou mais respostas por questão. Dos entrevistados que responderam, num total de 280 (90%), são influenciados pelo preço ou pela perspectiva de preço do produto e 12 procuram observar a rotação de cultura e 16 por outros motivos, 1 pela condição do terreno, 1 porque o vizinho o faz ou por indicação do técnico.

Sem MCR, 178 proprietários (92%) são influenciados pelo preço ou perspectiva de preço do produto, 8 procuram observar a rotação de cultura, 7 por outros motivos, 1 pela condição do terreno.

A Tabela 36 refere-se ao planejamento nas propriedades e, nesse sentido, as respostas predominantes foi sim em 69% e 70%, respectivamente, com e sem MCR.

Tabela 36. Planejamento dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

26	É feito planej. p/diversif. de culturas na propriedade:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	75	28	22	21	32	33	211	136	69%	70%	-1%
	Não	37	11	6	23	13	5	95	58	31%	30%	1%
	Total	112	39	28	44	45	38	306	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

O planejamento faz parte de qualquer atividade, e o que está sendo feito pelos pequenos proprietários são planos frágeis, que não dão sustentação para a tomada de decisão. Existem também aqueles que são coerentes e completos, mas são poucos os que conseguem realizar.

Na Tabela 36 é visível que não há consistência nas respostas.

Existe um planejamento no momento do financiamento. Neste caso se limita normalmente à apuração da capacidade de pagamento e à viabilidade do empreendimento e não toda a atividade do produtor.

No município de Nova Santa Rosa, 52,3% não fazem planejamento e 47,7% fazem. Em Pato Bragado, 13,2% não fazem planejamento, enquanto 86,8% fazem. Há extremos nessas respostas dos municípios pesquisados.

Apenas 3 proprietários não quiseram responder à questão.

Na Tabela 37 estão elencados os principais motivos para a diversificação de cultura ou de alternar as culturas a serem implantadas.

Tabela 37. Critérios para Diversificação de Cultura dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.

27	Critérios para diversificação de cultura:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S//MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	-Maior rentabilidade	58	24	20	15	29	29	175	117	39%	39%	0%
	-Maior utilização de mão de obra	24	15	12	6	16	17	90	66	20%	22%	-2%
	-Linha de financiamento	4	0	2	1	0	0	7	3	2%	1%	1%
	-Preservação do solo	12	2	1	1	4	1	21	9	5%	3%	2%
	-Utilização de infraestrutura já existente	28	13	14	8	10	19	92	64	20%	22%	-1%
	-Afinidade e/ou experiência pessoal	25	8	10	6	8	3	60	35	13%	12%	2%
	-Outro	1	0	1	1	0	1	4	3	1%	1%	0%
	Total							449	297	100%	100%	

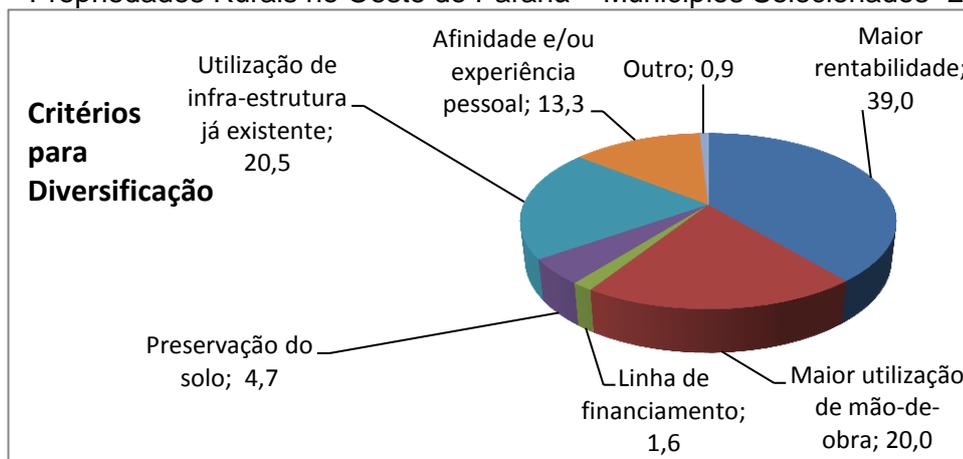
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto aos critérios considerados no planejamento para a diversificação de cultura, 39% não têm interesse em diversificar e, pelas respostas, a diversificação depende de maior rentabilidade, não sendo um critério, mas uma condição. Ficou entendido que 20% dos entrevistados têm como base a maior utilização de mão de obra, a qual também é uma condição, e 20% também diversificam, mas desde que possam utilizar a estrutura já existente e 13% pela afinidade com a cultura, experiência pessoal, domínio da tecnologia, no entanto apenas 5% procuram diversificar para preservar o solo.

O Gráfico 19 destaca os critérios para a diversificação de cultura como fator importante para reduzir a exaustão da terra, mas poucos proprietários estão dispostos em renunciar a uma receita para a preservação, já que as sobras são limitadas e insuficientes para as famílias.

Das resposta obtidas, 4,7% procuram diversificar para preservar o solo, pois a necessidade e condição da propriedade os obrigam; dos que procuram diversificar, 31% não têm interesse.

Gráfico 19. Planejamento (em percentuais) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

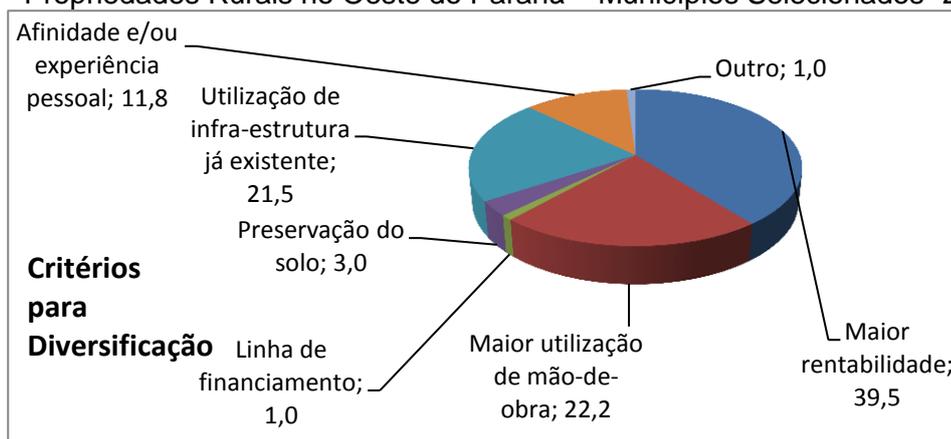


Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Observou-se que a base para a diversificação reside na procura de uma maior rentabilidade, esse critério totalizando 39%; o segundo item está baseado na maior utilização de mão de obra, igualmente com a utilização de infraestrutura existente cada uma com 20%.

Como resposta interessante dos entrevistados, 13% responderam que é a afinidade e ou experiência pessoal com a cultura.

Gráfico 20. Planejamento (em percentuais) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na análise das respostas, mesmo sem MCR, o maior critério continua sendo maior rentabilidade (com 39,5%), em segundo, mão de obra (com 22,2%), em terceiro a utilização da infraestrutura (21,5%) e afinidade (11,8%) e apenas 3% procuram diversificar para preservar o solo.

Na Tabela 38 aborda o assunto da existência de controles dos gastos de produção por atividade, e tipo de controle.

Tabela 38. Existência e Tipo de Controle dos Gastos dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.

28 e 29	Controle dos gastos de produção de cada atividade:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C e S/MCR
	Não possui	63	26	12	29	29	32	191	128	62%	66%	-4%
	Anota num caderno	43	8	16	15	16	4	102	59	33%	30%	3%
	Planilha de Excel	9	4	0	0	0	1	14	5	4%	3%	2%
	Possui um sistema de controle de custos (informatizado)	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Possui contador próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Escritório de Contabilidade	0	0	0	0	0	1	1	1	0%	1%	0%
	Outro	0	1	0	0	0	0	1	1	0%	1%	0%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pela análise do controle dos gastos de produção de cada atividade, comprovou-se que 62% não possuem controle dos gastos, e que 33% possuem um controle precário, como anotações em cadernos, e 4% possuem anotações em planilha eletrônica, como Excel, ou realizado por escritório contábil. O custo integrado à contabilidade perfaz somente 1%.

Ao excluirmos os dados de MCR, 66% não possuem controle, 30% possuem um controle precário, 3% um controle planilha eletrônica e 1% por meio de escritório de contabilidade.

A Tabela 39 mostra os proprietários que possuem um controle mais efetivo.

Tabela 39. Benefícios com a Implantação de um Controle Efetivo dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

30	Quais foram os benefícios obtidos após a implantação do controle/assessoria	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Maior controle dos custos de produção; Informações precisas para tomada de decisão;	2	1	0	0	0	0	3	1	19%	14%	5%
	Possibilitou redução de custos;	2	1	0	0	0	1	4	2	25%	29%	-4%
	Possibilidade de planejamento com base no lucro;	3	1	0	0	0	0	4	1	25%	14%	11%
	Outros	2	1	0	0	0	1	4	2	25%	29%	-4%
		0	1	0	0	0	0	1	1	6%	14%	-8%
	Total	9	5	0	0	0	2	16	7	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

As respostas para essa questão apontaram diversos benefícios com a implantação do sistema, como informações mais precisas para tomada de decisões, redução de custos e possibilidade de planejamento com base no lucro. As três respostas tiveram, cada uma 25%. A alternativa de maior controle dos custos de produção teve 19%. As demais opções ficaram com 6%, conforme Tabela 39.

Dos benefícios que foram indicados, na visão dos que responderam, promover o controle dos gastos de produção é importante para melhorar a atividade e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos proprietários, como também saber os limites da capacidade, para aproveitamento melhor dos recursos existentes na propriedade. Em relação aos que buscaram financiamentos, a Tabela 40 demonstra que a maioria buscou, em algum momento, ajuda financeira.

Tabela 40. Financiamentos dos Pequenos Proprietários para as Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

31	Buscou financiamentos para investimentos para sua propriedade	M.C.R	MERC	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G. C/MCR	T.G.S/MC R	% C/MCR	%S/MC R	Var.C/ e S/MCR
	Sim	87	32	24	34	40	35	252	165	82%	85%	-3%
	Não	28	7	4	10	5	3	57	29	18%	15%	3%
	Total	115	39	28	44	45	38	309	194	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Observa-se que, com os dados de MCR, em média, 82% buscaram financiamento, contra 18% que não. Excluindo MCR, 85% buscaram e 15% não. Os proprietários que buscaram percentualmente mais financiamentos foram os dos municípios de Pato Bragado (92,1%) e os que menos buscaram foram os de MCR (75,7%).

A Tabela 41 mostra quantos proprietários possuem dívidas e o nível do endividamento.

Tabela 41. Endividamento dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

32	Valor do saldo do financiamento	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	sem saldo	18	7	3	1	15	8	52	34	21%	21%	0%
	até R\$ 10.000,00	10	6	4	13	4	6	43	33	17%	20%	-3%
	de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	36	11	7	11	11	10	86	50	34%	30%	4%
	de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	8	4	4	5	5	11	37	29	15%	18%	-3%
	de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	10	3	5	2	5	0	25	15	10%	9%	1%
	de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	4	0	1	1	0	0	6	2	2%	1%	1%
	acima de R\$ 500.001,00	1	1	0	1	0	0	3	2	1%	1%	0%
	Total	87	32	24	34	40	35	252	165	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pelas respostas dos entrevistados, verificou-se que a quantidade de proprietários que buscaram financiamento (agora sem saldo devedor/dívida) junto às instituições financeiras ou empresas fornecedoras de insumos foi de 52 (21%). Os que possuem dívidas até R\$ 10.000,00, foram 43 proprietários (17%). Dos com dívidas de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00 há 86 proprietários (34%). Dívidas de R\$ 50.001,00 a R\$100.000,00 há 37 proprietários (15%). Dívidas de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00 há 25 proprietários (10%). Dívidas de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00 há 6 proprietários (2%). E 3 proprietários (1%) possui dívida superior a 500.001,00.

Não considerando o município de MCR, há 34 proprietários (21%) que não possuem mais dívidas; dívidas até R\$ 10.000,00 há 33 proprietários (20%); dívidas de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00 há 49 proprietários (30%), dívidas de R\$ 50.001,00 a R\$100.000,00 há 29 proprietários (18%); dívidas de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00 há 15 proprietários (9%); dívidas de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00 há 2 proprietários (1%). E 2 proprietários (1%) possuem dívida superior a 500.001,00,

O município de Entre Rios do Oeste tem o maior percentual, sendo que 37,5% dos proprietários não possuem mais saldos (dívidas) financiamento, e Quatro Pontes possui o maior percentual (87,5%) de proprietários com dívidas junto às instituições. Base de dados Tabela 41.

Tabela 42. Motivos da busca de financiamentos dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -201.

33	Porque buscou recursos no banco para aplicar/investir na propriedade:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G S//MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Melhoria na atividade	35	9	11	10	7	13	85	50	26%	25%	2%
	Recursos com taxas de juros atraentes	2	1	0	0	1	2	6	4	2%	2%	0%
	Ampliar receita da família e/ou ter mais que uma alternativa de renda	6	4	0	0	0	1	11	5	3%	2%	1%
	Necessidade/alternativa para se manter na atividade	14	1	3	5	3	1	27	13	8%	6%	2%
	Implantação de nova atividade	18	11	6	7	8	8	58	40	18%	20%	-2%
	Custeio/ Insumos	40	12	17	22	16	20	127	87	39%	43%	-4%
	Outro	6	1	1	0	0	1	9	3	3%	1%	1%
	Total	121	39	38	44	35	46	323	202	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A Tabela 42 apresenta os motivos que levaram os proprietários a buscar financiamentos. Nesse quesito foram observados diversas razões, sendo que a mais indicada foi o custeio agrícola ou pecuário. Alguns buscaram mais de um tipo de financiamento.

Quanto às razões, é importante observar que 85 proprietários (26%) buscaram financiamento com o objetivo de melhorar a atividade; 6 proprietários (2%) buscaram recursos por influência dos juros (considerados, por alguns, baixos); 11 (3%) buscaram financiamento para aumentar a receita da família; 27 (8%) relataram a necessidade para se manter na atividade; 58 (18%), para a implantação de novas atividades; 127 (39%) alegaram que foi para custeio; e as demais alternativas foram somente de 9 proprietários (3%).

Excluindo os dados de MCR, em alguns itens são significativos os percentuais, pois 50 proprietários (25%) tiveram como objetivo melhorar a atividade; 4 proprietários (2%) disseram ter tido a influência dos juros (considerados, por alguns, baixos); 5 (2%) buscaram financiamento para aumentar a receita; 13 (6%) alegaram razões de necessidade para se manter na atividade; 40 (20%), para implantação de novas atividades; 87 (43%), custeio; e 3 proprietários (1%) apresentaram as demais alternativas.

A procura por financiamento de custeio agrícola nos municípios menos industrializados teve um percentual maior 43% (39 proprietários), conforme a base de dados da Tabela 38.

A Tabela 43 apresenta os anos em que os proprietários buscaram recursos. Observa-se que, nos últimos anos, houve uma procura maior por financiamentos, e pelas, respostas obtidas, vários proprietários buscaram recursos em diversos anos.

Tabela 43. Ano que os pequenos proprietários buscaram financiamento para as pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

34	Períodos em que buscou financiamento para investir	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	2010	38	17	16	21	13	20	125	87	39%	41%	-2%
	2009	15	3	3	7	2	5	35	20	11%	10%	1%
	2008	16	4	2	8	5	8	43	27	13%	13%	1%
	2007	12	4	1	8	8	5	38	26	12%	12%	0%
	2006	9	5	3	7	0	3	27	18	8%	9%	0%
	2005	10	6	3	7	4	1	31	21	10%	10%	0%
	outros	9	2	1	2	6	0	20	11	6%	5%	1%
	Total	109	41	29	60	38	42	319	210	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Em 2010, 125 proprietários (39%) buscaram financiamentos; em 2009 foram 35 proprietários; em 2008, 43 proprietários buscaram financiamento; em 2007, 38 proprietários.

Nesta análise, também foi possível pesquisar quais foram os motivos das oscilações, já que houve variações nos anos indicados.

A Tabela 44 complementa a 39, indicando o período do primeiro investimento ou custeio realizado na propriedade através de financiamento.

Tabela 44. Período do primeiro financiamento dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

35	Quando realizou o primeiro financiamento	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	de 1970 a 1980	34	10	6	8	15	12	85	51	34%	30%	4%
	de 1981 a 1990	17	7	3	7	11	9	54	37	21%	23%	-2%
	de 1991 a 2000	16	5	5	7	6	9	48	32	19%	19%	-0%
	de 2001 a 2010	20	10	10	12	8	5	65	45	26%	28%	-2%
	Total	87	32	24	34	40	35	252	165	100%	100%	
	FINALIDADE											
	Destoca/invest.	20	5	2	4	9	6	46	26	16%	14%	2%
	Custeio	86	27	24	33	35	35	240	154	84%	86%	-2%
	TOTAL	106	32	26	37	44	41	286	180	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Pelas análises, observou-se que 85 proprietários (34%) financiaram pela primeira vez entre os anos de 1970 e 1980, e entre os anos 1981 e 1990 foram 54 proprietários (21%). Entre 1991 e 2000 foram 48 proprietários (18%), com o número voltando a crescer no período compreendido entre 2001 a 2010, sendo 65 proprietários (26%).

Desses financiamentos, 16% foram destinados a destoca/investimento e 84% para custeio, tendo também havido alguns casos que financiaram destoca/investimento com custeio.

Os itens destacados na Tabela 45 indicam em quais atividades foram aplicados os recursos financiados, ficando assim: 192 proprietários (53%) aplicaram na agricultura; 6 proprietários (2%) na avicultura; 29 proprietários (8%) na suinocultura; 55 proprietários (15%) na pecuária leiteira; 74 proprietários (21%) em máquinas e equipamentos; 3 proprietários (1%) em outras atividades. Na análise estão incluídos os dados de Marechal Cândido Rondon.

A seguir destaca-se a alocação dos recursos emprestados pelos proprietários, Tabela 45.

Tabela 45. Aplicação dos Recursos Financiados dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011

36	Atividades que os recursos foram investidos	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Agricultura	63	25	20	27	30	27	192	129	53%	55%	-2%
	Avicultura	4	2	0	0	0	0	6	2	2%	1%	1%
	Suinocultura	6	3	1	2	10	7	29	23	8%	10%	-2%
	Pecuária leiteira	22	9	6	5	8	5	55	33	15%	14%	1%
	Piscicultura	0	0	0	0	0	1	1	1	0%	0%	0%
	Horticultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Fruticultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Máquinas e equipamentos	29	5	11	9	7	13	74	45	21%	19%	1%
	Outros	1	0	1	0	1	0	3	2	1%	1%	0%
	Total	125	44	39	43	56	53	360	235	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Os municípios que se destacaram neste item foram: Nova Santa Rosa, 62,8% aplicaram na agricultura; Mercedes 4,2% na avicultura; suinocultura, Entre Rios do Oeste com 17,9%; na pecuária leiteira Mercedes com 20,5%; em piscicultura, Pato Branco com 1,9%; em máquinas e equipamentos, Quatro Pontes com 28,2%.

Para a aplicação dos recursos, percebeu-se que o destaque foi para a agricultura, como também, os recursos aplicados em máquinas e equipamentos, que são utilizados pela agricultura.

Com o município de Marechal Cândido Rondon (MCR) temos 53% e sem MCR, é de 55%. É importante esse destaque nas demais aplicações. A avicultura é mais concentrada no município de Marechal Cândido Rondon.

Na visão dos proprietários, se eles obtêm lucros ou não, observa-se que 91% e 90% consideram que sua(s) atividade(s) são viável(is), e essa visão torna-se importante para permanecerem na atividade, e 9% e 10% consideram que obtiveram prejuízo, apesar de ter sido um ano com boa produção, em vista do clima favorável. A base da análise na Tabela 46 considera os dados de MCR.

Tabela 46. Visão de Lucro dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

37	O senhor considera que na sua atividade obteve lucro em 2010:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	98	33	23	33	33	37	257	159	91%	90%	1%
	Não	7	2	1	7	8	0	25	18	9%	10%	-1%
	Total	105	35	24	40	41	37	282	177	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Sem os dados de MCR na questão de obtenção de lucro, dos 177 entrevistados que responderam, 159 proprietários afirmaram que obtiveram lucro no ano de 2010 e 18 afirmaram negativamente, mas foi um ano bom para a agricultura na região, especialmente safra de verão.

A Tabela 47 apresenta o resultado da pesquisa no recebimento de assistência técnica por empresas com profissionais especializados ou cooperativas, entidades governamentais.

Tabela 47. Assistência Técnica aos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

38	A cooperativa, associação ou entidade disponibiliza ass. Técnica:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Sim	91	35	26	25	36	37	250	159	92%	95%	-3%
	Não	14	3	1	1	3	0	22	8	8%	5%	3%
	Parcial	9	5	3	4	5	11	37	28			0%
	Integral	35	30	21	18	29	27	160	125			0%
	Total	105	38	27	26	39	37	272	167	100%	100%	272

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Importante é observar a assistência técnica recebida das empresas prestadoras desse serviço, como cooperativas ou entidades como a Emater. Então, segundo as entrevistas, 92% receberam assistência (contra 8%, que não receberam a devida assistência) e desses que receberam assistência, 14,8% receberam, mas parcialmente, e 64% integralmente, e outros 21,2% dos entrevistados não se manifestaram sobre essa particularidade.

Sem MCR, a assistência atingiu um percentual maior (de 95%) e 5% se manifestaram sem assistência.

Tabela 48. Preservação do Meio Ambiente dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

3 9	Programa que a cooperativa/associação possui sobre preservação do meio ambiente:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G. C/MCR	T.G. S//MCR	% C/MC R	% S//MC R	Var.C / e S/ MCR
	Recolhimento de embalagens	93	37	25	26	37	38	256	163	42%	40%	2%
	Licenciamento ambiental	32	9	11	4	12	17	85	53	14%	13%	1%
	Programa de reflorestamento	36	15	13	6	20	24	114	78	19%	19%	0%
	Programa de mata ciliar	39	31	17	8	25	34	154	115	25%	28%	-3%
	Total	200	92	66	44	94	113	609	409	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Tratando-se de programas de preservação ambiental, a Tabela 48 demonstra quais setores estão sendo contemplados, e, para alguns proprietários, os programas foram benéficos em diversas áreas, e, optaram por mais de uma alternativa.

Importante é ressaltar a manifestação em relação a programas sobre meio ambiente, destacando-se o recolhimento de embalagens utilizadas em 256 proprietários. O segundo item, citado por 154 proprietários, é o de auxílio recebido na adequação e observação da mata ciliar. Em terceiro lugar, com 114 proprietários, aparecem os programas de reflorestamento e licenciamento. E, em quarto, com 85 proprietários, aparece licenciamento ambiental.

Sem os dados de MCR, o recolhimento de embalagens em primeiro lugar, por 163 propriedades; o segundo item foi em relação ao auxílio recebido na adequação e observação da mata ciliar, por 115 proprietários; em terceiro, os programas de reflorestamento e licenciamento, com 78 proprietários; e, em quarto, licenciamento ambiental, por 53 proprietários.

Os programas de preservação ambiental, atualmente, são vitrine para o mundo e influenciam na venda de produtos, razão de vários esforços para melhorar

o meio ambiente em que vive o pequeno proprietário. Nesse ambiente de cuidado, o recolhimento do lixo das embalagens de agrotóxicos tem prioridade na ação das empresas que comercializam os produtos agropecuários.

A mata ciliar também tem seu ponto positivo e importância para a proteção das nascentes e evitar o assoreamento dos rios e prejudicar a flora e fauna, considerado a preservação mínima no meio em que o produtor vive e exerce seu trabalho, sendo uma exigência da lei de preservação ambiental.

Uma questão importante que se coloca é o que fazer para destruir menos ou como repor as florestas que possam ser utilizadas no futuro, que são os programas de reflorestamento.

Outro ponto de apoio que foi dado aos pequenos proprietários é como fazer certo nas questões das licenças ambientais para contaminar menos, mesmo promovendo com uma produção maior. São os casos de licenças para construir um aviário, uma pocilga e outros.

Sem os dados do município de MCR, os municípios menores, população menor e menos industrializados. Os programas de preservação ambiental, o lixo das embalagens de agrotóxico tem prioridade das empresas que comercializam os produtos agropecuários, em que 40% são atendidos por esse programa, 2% a menos que com MCR. Em segundo lugar vem a mata ciliar, sobre a qual 28% dos proprietários recebem orientação.

Como fazer que a propriedade não sofra o colapso em termos de energia para produzir, por exemplo, aves, por causa da necessidade de madeira para aquecimentos dos ambientes? Este programa de reflorestamento é citado por 19,1% dos proprietários. Em quarto, licenças ambientais são citadas, com 13%.

A Tabela 49 apresenta as sugestões que os proprietários consideram importantes para a agropecuária e a própria sobrevivência nas propriedades. Nessa parte da entrevista, apenas uma parte dos entrevistados respondeu e outros apresentaram mais de uma sugestão.

Tabela 49. Ações para Melhorar a Agropecuária e Qualidade de Vida dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

40	Sugestões sobre questões da agropec.	M.C.R	MERC	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MC R	% C/MC R	% S/MC R	Var.C/ e S/MCR
	preço mínimo; Ajuda órgãos governamentais s p/ diversificação; Seguro da lavoura;	13	7	15	20	11	9	75	62	27%	29%	-2%
	Preço justo dos insumos;	6	4	3	11	2	2	28	22	10%	10%	0%
	Excesso de burocracia para financiamentos ;	4	0	6	0	2	0	12	8	4%	4%	1%
	Prazos de financ. compatíveis p/ investimentos; Juros compatíveis;	4	1	0	0	4	2	11	7	4%	3%	1%
	Valorização do produtor;	3	2	1	1	2	0	9	6	3%	3%	0%
	Excesso de reserva legal deveria ser indenizada/ não deveria ter reserva legal em pequenas propriedades;	0	0	0	3	1	0	4	4	1%	2%	0%
	Ter reserva legal onde não é possível produzir;	1	0	2	3	1	0	7	6	3%	3%	0%
	Não concorda com reflorest., res. Legal em áreas produtivas;	4	1	4	4	2	0	15	11	5%	5%	0%
	Todos devem cumprir a lei;	6	8	4	1	8	5	32	26	12%	12%	-1%
	É importante conservar o meio ambiente;	0	3	0	0	0	9	12	12	4%	6%	-1%
	É inviável.	6	1	0	0	0	7	14	8	5%	4%	1%
		6	6	0	0	5	2	19	13	7%	6%	1%
		5	7	0	0	7	7	26	21	10%	10%	0%
		3	1	0	2	3	0	9	6	3%	3%	0%
	Total	61	41	35	45	48	43	273	212	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto ao que desejam os pequenos proprietários para melhorar a agropecuária e a qualidade, suas sugestões indicam: primeiro, preço mínimo para os produtos (27% das sugestões); segundo, preocupação com as leis ambientais em andamento e exclusão da reserva legal das pequenas propriedades (12%); terceiro, falta de ajuda governamental para a diversificação (10%); e também a importância de preservar o meio ambiente (10%).

Como outros pontos apontados, apareceram: valorização do produtor, é inviável ser pequeno proprietário, preços justos dos insumos, entre outros.

Quanto à importância da conservação do meio ambiente, 9,5% dos entrevistados se manifestaram a favor e, nessa questão, a conscientização existe, sendo a terceira sugestão mais lembrada. Sugeriram que o meio ambiente seja preservado, mas sem transferir todo o ônus ao proprietário rural.

A ajuda dos órgãos governamentais para a diversificação agrícola foi mencionada por 10,3% dos entrevistados. Sugeriram que esse é um parâmetro prudente e aplicável, mas que a diversificação necessita de recursos para investimentos, a serem providos e garantidos pelo governo em condições de viabilidade econômica.

Uma outra observação, dado que não consta na pesquisa, mas foi citada por um produtor em relação à diversificação, é a criação do bicho-da-seda, que havia dado um impulso inicialmente na renda e atualmente desapareceu, recursos aplicados e perdidos posteriormente.

Outra sugestão diz respeito à falta de valorização do pequeno proprietário rural. Nesse item, entendem que há discriminação. Os filhos não querem que seus colegas na escola saibam que são “colonos”, percebendo-se que essa questão influencia também um maior êxodo rural.

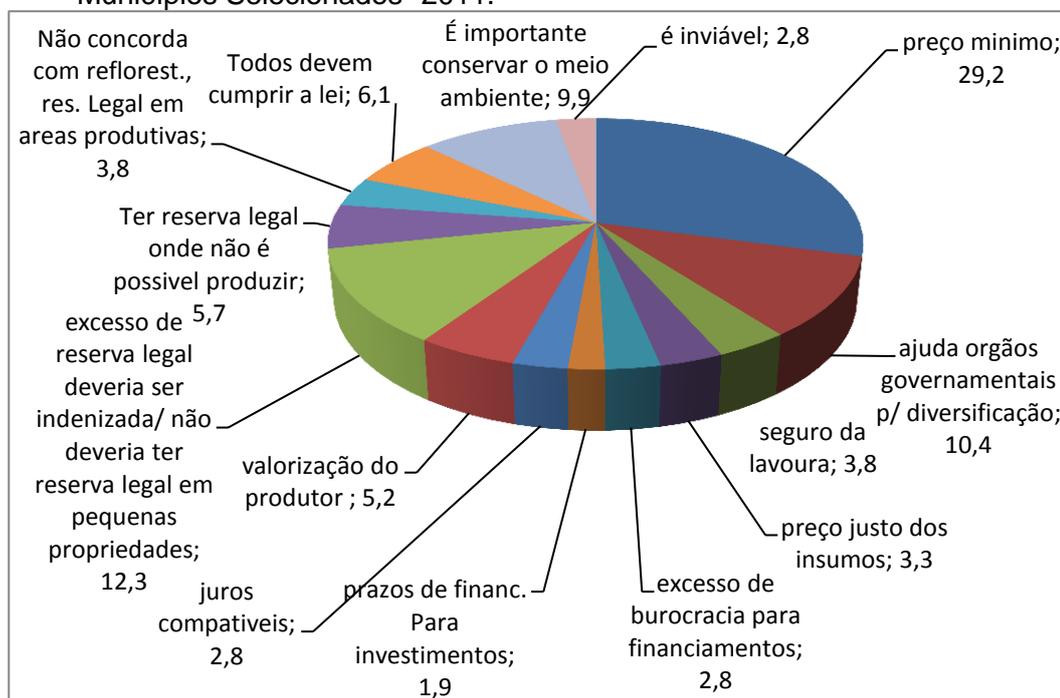
Outras sugestões são indicadores de insatisfação dos pequenos proprietários rurais:

- todos devem cumprir a lei (ambiental);
- preços justos dos insumos;
- é inviável ser pequeno produtor;
- excesso de burocracia nos financiamentos;
- reserva legal apenas nos locais em que não se pode produzir;
- seguro da lavoura; prazos de financiamentos inadequados;
- clamor por juros compatíveis com a atividade”.

No Gráfico 22 não estão incluídos os dados do município de Marechal Cândido Rondon, também trata das sugestões dos pequenos proprietários rurais.

No gráfico analisam-se variações e sugestões com e sem MCR.

Gráfico 22. Ações para Melhorar a Agropecuária e Qualidade de Vida dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

No Gráfico 22, verificam-se as sugestões sem os dados de MCR, no qual percebe-se que o preço mínimo tem o maior percentual (29,2%). Variação maior de 1,8% aumenta o percentual de proprietários que se sentem inseguros em relação à prática dos preços.

A questão da reserva legal e se ela deve ser aplicada aos pequenos proprietários rurais foi mencionada por 12,3% dos entrevistados, um aumento de 0,6%. A importância da conservação do meio ambiente foi mencionada por 9,9%, um aumento de 0,4%.

Quanto à valorização do pequeno produtor, o percentual de 5,2% cai em 0,3%, e em diversos itens não houve uma variação significativa quando considerado com e sem MCR. Isso significa que os problemas e benefícios são semelhantes para todos.

A Tabela 50 mostra quantos concordam ou não com a preservação nos moldes atuais, e qual seria o percentual ideal.

Menos da metade respondeu a essa questão. Dos 309 pesquisados, apenas 175 responderam, ou seja, 56,6% dos entrevistados.

E um percentual menor ainda optou por um percentual ideal.

Tabela 50. Concordância com a conservação e o percentual ideal de preservação dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

40 a b	Em relação à conservação do ambiente:	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
		Concorda	21	16	14	0	18	16	85	64	49%	48%
Discorda	22	19	13	0	14	22	90	68	51%	52%	0%	
Total	43	35	27	0	32	38	175	132	100%	100%		
Qual percentual												
10%	1	0	9	0	0	0	10	9	45%	56%	-11%	
20%	4	1	4	0	1	0	10	6	45%	38%	8%	
30%	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	
2%	0	0	1	0	0	0	1	1	5%	6%	-2%	
0%	1	0	0	0	0	0	1	0	5%	0%	5%	
Total	6	1	14	0	1	0	22	16	100%	100%		

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Os entrevistados que concordam com a questão de preservação somam 49% e 51% e os que discordam nos moldes atuais, quando questionados na determinação de um percentual de preservação, 22 proprietários se manifestaram e, 45% indicaram 10% e 45% indicaram 20%. Outros 5% optaram por 2% de preservação e 5% se manifestaram por 0% de preservação.

Percebe-se, dos que optaram por um percentual, de 90% concordam com preservação entre 10% e 20% da área ser preservada.

Se excluirmos os dados de MCR, os percentuais se alteram. Os que optaram por 10% de preservação são 56%, sendo que 20% de preservação cai para 38%. E 2% de preservação são 6% de proprietários.

Na Tabela 51 apresentam-se dados da quantidade de terra adquirida pelos pioneiros e quantos proprietários são em cada faixa.

Tabela 51. Quantidade de Hectares Adquiridas da Colonizadora pelas Famílias Pioneiras, Pequenos Proprietários Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.

41	Quantos hectares sua família adquiriu	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
		até 5 hectares	0	2	0	3	0	0	5	5	5%	8%
de 6 a 10 hectares	4	2	0	7	4	2	19	15	17%	23%	-6%	
de 11 a 20 hectares	19	1	3	1	8	4	36	17	33%	26%	7%	
de 21 a 30 hectares	13	6	3	3	2	6	33	20	30%	31%	0%	
acima de 31 hectares	8	1	1	0	3	3	16	8	15%	12%	2%	
Total	44	12	7	14	17	15	109	65	100%	100%		

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Em relação aos entrevistados, no total de 109 pioneiros, 5% adquiriram até 5 hectares, 17% adquiriram 6 a 10 hectares, 33% adquiriram entre 11 e 20 hectares e 30% adquiriram entre 21 a 30 hectares. Acima de 31 hectares foram 15%.

Não considerando os dados de MCR, os percentuais são que 8% adquiriram até 5 hectares, e 23% adquiriram 6 a 10 hectares, 26% adquiriram entre 11 e 20 hectares e 31% adquiriram entre 21 a 30 hectares. Acima de 31 hectares foram 12%. O maior percentual com e sem MCR está na faixa de 11 a 20 hectares, uma variação em percentuais de 7% com MCR.

Percebeu-se que o tamanho das propriedades adquiridas é do tipo pequena propriedade. Dos 15% que adquiriram mais de 31 hectares, nenhum passou dos 50 hectares. E 63% adquiriram entre 11 e 30 hectares. No caso de excluir os dados de MCR, 57% adquiriram entre 11 e 30 hectares, o que resulta numa variação de 7%.

Os pioneiros pesquisados e a geração de filhos constam da Tabela 52, que representa com detalhes filhos e filhas e por município, e total com e sem os dados do município de MCR .

Tabela 52. Quantidade de filho(a)s dos Pioneiros dos Pequenos Proprietários nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná - Municípios Selecionados – 2011.

42	Quantos filhos tiveram?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G. C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Filhos	88	18	11	18	40	31	206	118	52%	49%	3%
	Filhas	69	11	12	19	45	37	193	124	48%	51%	-3%
	Total	157	29	23	37	85	68	399	242	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Dos 399 filhos/as, apenas 91 (22,8%) permaneceram nas propriedades. Os pesquisados tiveram um total de 399 filhos e, destes, 206 (52%) são filhos e 193 (48%) são filhas com os dados de MCR. E, sem os dados de MCR, são 118 filhos (49%) e 124 (51%) são filhas.

Tabela 53. Quantidade de Filhos(as) (dos pioneiros) que Permaneceram na Propriedade) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

43	Quantos permanecem na propriedade?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G. C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	Filhos	27	7	3	9	13	9	68	41	75%	77%	-3%
	Filhas	11	1	2	4	2	3	23	12	25%	23%	3%
	Total	38	8	5	13	15	12	91	53	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A quantidade de filhos que permaneceram na propriedade são 68 filhos e 23 filhas (75% e 25%), considerando MCR. Sem MCR, 41 filhos (77%) e 12 filhas (23%).

A Tabela 54, complementa dados da Tabela 53. São dados importantes para a análise. Trata-se da quantidade de hectares transferidos para os/as filhos/as e a quantidade de filhos que receberam herança.

Tabela 54. Área em Hectares Transferidos dos Pioneiros para os Herdeiros dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

44	Quantos hectares cada filho recebeu como herança?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G S/MCR	%	%	Var.C/ e S/MCR
	Filhos hect.	124	16	6	58	8,2	56	268,2	144,2	53%	54%	-1%
	Filhas hect.	111	16	6	33	8,2	59,5	233,7	122,7	47%	46%	1%
	Total hect.	235	32	12	91	16,4	115,5	501,9	266,9	100%	100%	0%
	Qt.Filhos	31	3	1	12	1	2	50	19	57%	50%	7%
	Qt, Filhas	19	4	1	4	2	8	38	19	43%	50%	-7%
	Total filhos.	50	7	2	16	3	10	88	38	100%	100%	0%
	Hect./filho	4	5,3	6	4,8	8,2	28	5,4	7,6			0%
	Hect./filha	5,8	2,1	6	8,25	4,1	7,4	6,2	6,6			0%
	Média Hect	4,7	4,6	6	5,7	5,5	11,6	5,7	7	100%	100%	0%

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto aos filhos que receberam herança, em média foram 5,3 hectares por filho e as filhas que receberam herança receberam 6,15 hectares por filha. A média total foi de 5,7 hectares que cada filho ou filha recebeu.

Sem os dados de MCR, os filhos receberam 7,6 hectares e as filhas 6,5 hectares.

A Tabela 55, a seguir, indica para onde foram os filhos que não permaneceram na propriedade. Nem todos os pais responderam para onde foram seus filhos, mas os que informaram estão indicado na Tabela 55.

Tabela 55. Destino dos Filhos dos Pioneiros dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

45	Para onde foram os filhos que não permaneceram na propriedade?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G S/MCR	%	%	Var.C/ e S/ MCR
	Cidade	38	8	3	3	13	10	75	37	60%	50%	10%
	Permanecem na agricultura em outras regiões	10	2	2	6	10	11	41	31	33%	42%	-9%
	Foram para outros países	3	2	1	1	2	0	9	6	7%	8%	-1%
	Total	71	12	6	10	25	21	125	74	100%	100%	

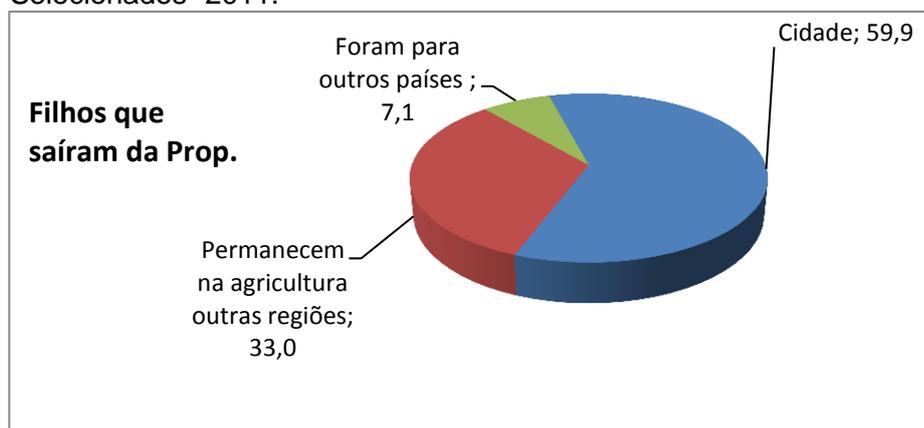
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto ao destino dos filhos que não permaneceram na propriedade, 60% foram para as cidades e 33% permaneceram na atividade agrícola mas em outras regiões do país e 7% foram para outros países, como Paraguai, Bolívia, entre outros.

Sem os dados de MCR, há uma redução no êxodo rural com destino para as cidades de 10% (60% com MCR e 50% sem MCR) e há um aumento do número dos que permanecem na propriedade sem MCR em 9% (33% com MCR e 42% sem MCR). E com destino para outros países a variação de 1%.

O Gráfico 23 trata do destino dos filhos dos pioneiros que não continuaram na propriedade, com MCR (em percentuais).

Gráfico 23. Destino dos Filhos dos Pioneiros (em percentuais) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



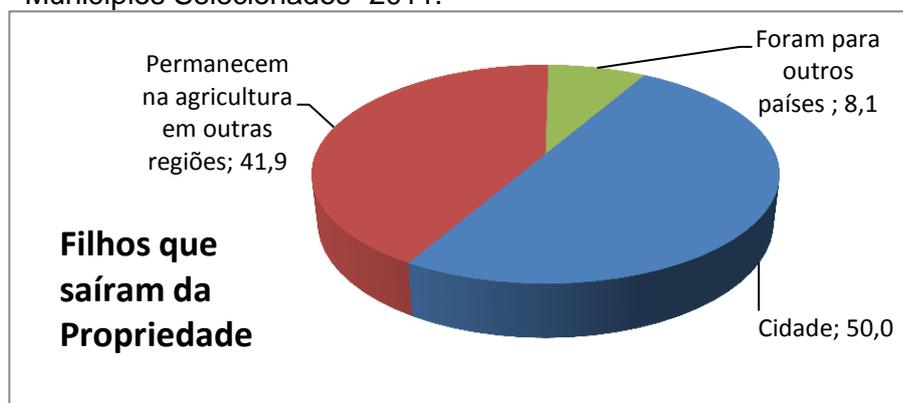
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pelas análises realizadas, o caminho escolhido pelos filhos (59,9%) foi procurar a cidade, ainda jovens, e com isso há uma redução da mão-de-obra e, pode interferir na manutenção e desenvolvimento da propriedade rural.

Os que permanecem na agricultura em outras regiões ou países somam 40,1% e saem numa fase mais madura e de comum acordo entre pais normalmente.

No Gráfico 24 destaca-se o destino dos filhos dos pioneiros que não continuaram na propriedade, sem contar com os dados de MCR (em percentuais).

Gráfico 24. Destino dos Filhos dos Pioneiros(em percentuais e sem os dados de MCR) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Quanto ao caminho escolhido pelos filhos, 50% escolheram ir para a cidade e 50% escolheram o caminho da continuidade, mas procuraram melhorar suas condições de vida em outras regiões ou países.

A Tabela 56, apresenta a quantidade de pioneiros que recebem auxílio ou renda financeira como aposentadoria ou pensão, renda não oriunda da atividade agropecuária.

Tabela 56. Renda não Agrícola ou Pecuário dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011

Em relação a renda quantos sal. mínimos recebem de aposentadoria?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
1 salário	6	6	1	1	4	0	18	12	22%	24%	-1%
2 salários	24	4	5	4	11	14	62	38	77%	75%	2%
3 salários	0	0	0	0	0	1	1	1	1%	2%	-1%
4 salários ou mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total							81	51	100%	100%	

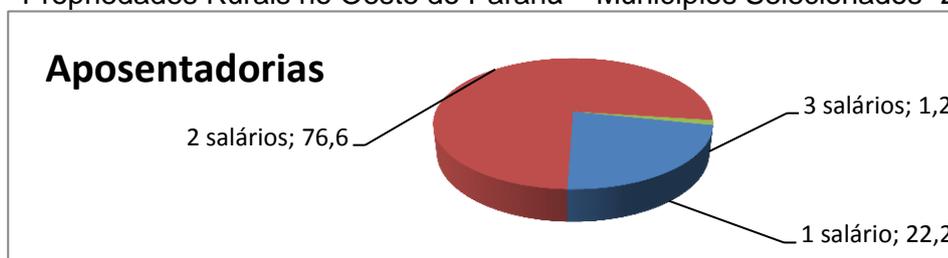
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Esta Tabela demonstra que 81 proprietários recebem aposentadoria ou pensão e, destes, 18 (22%) recebem o equivalente a um salário mínimo e 62 (77%) recebem o equivalente a dois salários mínimos. Enfim, 1 (1%) recebe mais de 2 salários. Excluindo os dados MCR, as variações são mínimas.

O Gráfico 25, mostra em percentuais a renda não agrícola e 81 propriedades recebem algum benefício, percebe-se que 38 propriedades recebem 2 salários mínimos ou 77% do total de propriedades que recebem aposentadoria, e 12

propriedades recebem um salário mínimo ou 22% do total, uma propriedade recebe 3 Salários mínimos.

Gráfico 25. Renda não Agrícola ou Pecuário dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



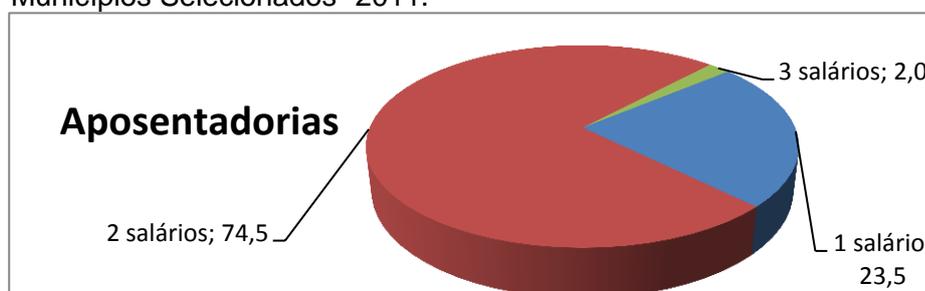
Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Os proprietários com um salário mínimo são 22,2% ou 18 domicílios rurais recebem aposentadorias ou pensões, os que recebem 2 salários mínimos 76,6% ou 62 domicílios normalmente o proprietário e cônjuge estão aposentados ou é viúvo(a), o percentual que recebe três salários 1,2% ou 1 domicílio rural.

A renda advinda das aposentadorias é importante para a família, pois quando as pessoas se aposentam, os filhos já decidiram sua vida profissionalmente. Nesse sentido, a aposentadoria dos pais não influencia na permanência dos filhos na propriedade.

Os dados do Gráfico 26 permitem uma visão melhor em percentuais dos 51 proprietários pioneiros que recebem aposentadorias e a quantidade em salários mínimos, sendo considerado renda complementar ou renda não oriunda da atividade agrícola, sem os dados de MCR.

Gráfico 26. Renda não Agrícola ou Pecuário(sem os dados de MCR) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.



Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

No Gráfico 26 não estão incluídos os dados de MCR e os percentuais pouco se alteraram, pois os que recebem 2 salários mínimos são 74,4%, e um salário mínimo são 23,5%, e 2,0% com 3 salários.

As tabelas 47 a 52 demonstram dados referentes aos pioneiros.

As seguintes Tabelas de 53 a 56 apresentam dados referentes aos não pioneiros de forma mais específica.

A Tabela 57 mostra quantos filhos os não pioneiros tiveram. Os filhos dos pioneiros têm poucos filhos menores, enquanto os não pioneiros os têm.

Tabela 57. Não Pioneiros, número de filhos nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

47	Quando não for mais imigrante	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S//MCR	Var.C/ e S/MCR
	Quantos filhos tiveram?											
	Filhos	102	36	23	33	33	29	256	154	54%	51%	3%
	Filhas	70	32	19	36	37	24	218	148	46%	49%	-3%
	Total	172	68	42	69	70	53	474	302	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Em relação aos não pioneiros, havia 200 proprietários que tiveram um total de 474 filhos e, destes, 54% filhos e 46% filhas. Sem os dados de MCR, 154 (51%) filhos e 148 (49%) filhas.

A Tabela 58 mostra quantos filhos permaneceram na propriedade. Nessa questão deve-se contemplar que os filhos de menor idade não foram contemplados na pesquisa.

Tabela 58. Quantidade de Filhos(as) (não pioneiros) que Permaneceram na Propriedade) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

48	Quantos permanecem na propriedade?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Filhos	57	21	16	22	14	18	148	91	65%	63%	2%
	Filhas	26	7	11	14	14	8	80	54	35%	37%	-2%
	Total	83	28	27	36	28	26	228	145	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Levado em consideração os dados de MCR, a tabela indica que 228 filhos ainda permanecem na propriedade e, desses, 148 (65%) são do sexo masculino e 80 (35%) são do sexo feminino.

Sem os dados de MCR, 91 (63%) do sexo masculino e 54 (37%) são do sexo feminino, podendo-se observar que as filhas num percentual maior se encontram ainda na propriedade.

A Tabela 59 apresenta os dados em relação a quantos filhos não possuem herança e quantos receberam herança em terra. A pesquisa contempla ainda quanto de terra recebeu.

Tabela 59. Área em Hectares Transferidos (não Pioneiros) para os herdeiros dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

49	Quantos hectares cada filho tem hoje?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S MCR
Filhos												
	não possuem terra	53	18	15	22	19	16	143	90	96%	97%	-1%
	até 5 hectares	1	0	0	0	0	0	1	0	1%	0%	1%
	de 6 a 10 hectares	2	0	0	2	0	1	5	3	3%	3%	0%
	de 11 a 20 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	de 21 a 30 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	acima de 31 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total							149	93	100%	100%	
Filhas												
	não possuem terra	43	19	10	23	20	14	129	86	97%	97%	0%
	até 5 hectares	0	0	1	1	0	0	2	2	2%	2%	-1%
	de 6 a 10 hectares	1	0	0	0	0	1	2	1	2%	1%	0%
	de 11 a 20 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	de 21 a 30 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	acima de 31 hectares	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Total							133	89	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Os filhos que não receberam herança da propriedade são 143 filhos e 129 filhas e os que receberam herança foram 6 filhos e 4 filhas. Em relação ao tema, apenas 148 filhos e 80 filhas continuam na propriedade.

Dos filhos que receberam herança, é somente um que recebeu até 5 hectares e 5 receberam entre 5 e 10 hectares, e, das filhas que receberam herança, 2 receberam até 5 hectares e 2 entre 5 e 10 hectares.

Percebe-se que o percentual é baixo, sendo um indicativo de que a possibilidade de permanecerem na propriedade é pequena.

Em relação à renda vinda de outras fontes, como aposentadoria ou pensão ou outros benefícios dos proprietários que não são pioneiros, considerados não

pioneiros aqueles que não compraram as terras diretamente da Colonizadora ou intermediadores da colonizadora, na Tabela 60 a seguir podem-se verificar esses dados.

Tabela 60. Renda não Agrícola ou Pecuária (não Pioneiros) dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados - 2011.

50	Em relação à renda, quantos salários mínimos recebem de aposentadoria?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	% S/MCR	Var.C/ e S/ MCR
	não é aposentado;	49	17	12	21	16	14	129	80	67%	68%	-1%
	1 salário	12	4	2	2	5	3	28	16	15%	14%	1%
	2 salários	12	5	2	6	6	3	34	22	18%	19%	-1%
	3 salários	2	0	0	0	0	0	2	0	1%	0%	1%
	4 salários ou mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total								193	118	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

A tabela acima destaca que 129 proprietários não são aposentados dos 193 que responderam e 64 recebem aposentadoria ou pensão e, desses, 28 (44%) recebem o equivalente a um salário mínimo e 34 (53%) recebem o equivalente a dois salários mínimos, 2 (3%) recebem mais de 2 salários, incluídos os dados de MCR.

Excluindo os dados de MCR, tem-se que 38 pequenos proprietários possuem renda complementar e, desses, 16 (42%) recebem um salário mínimo e 22 (58%) 2 salários.

A Tabela 61 descreve o desejo de permanecer ou não na propriedade e na segunda parte da tabela estão elencados os motivos da permanência ou não. São pontos positivos e negativos que ajudam a permanecer na propriedade e podem-se perceber, nas respostas, as dificuldades e a motivação em querer morar nas pequenas propriedades rurais.

Na análise da vontade de permanecer na propriedade, dos 244 proprietários que responderam, 41 (17%) responderam negativamente e 203 (87%) gostariam de permanecer na sua propriedade.

Quanto aos motivos que os levam a permanecer na propriedade: 24% disseram que gostam do que fazem; 20%, que falta outra opção; 25%, porque consegue produzir o que é necessário; e 7% indicaram qualidade de vida (consideram qualidade de vida a liberdade que eles possuem).

Tabela 61. Permanência do pequeno proprietário nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

51	O Senhor gostaria de sair da agricultura?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G. C/MCR	T.G. S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Sim	18	9	0	7	6	1	41	23	17%	15%	1%
	Não	77	22	25	34	25	20	203	126	83%	85%	-1%
	Total	95	31	25	41	31	21	244	149	100%	100%	
	Motivos:											
	Gosta do que faz;	24	9	3	8	9	5	58	34	24%	23%	2%
	Falta de outra opção;	20	5	5	8	5	6	49	29	20%	19%	1%
	Não gosta do que faz;	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Renda suficiente para viver;	3	2	3	4	1	0	13	10	5%	7%	-1%
	Problemas de saúde;	1	1	0	0	1	1	4	3	2%	2%	0%
	Falta de estudo;	2	0	0	1	0	0	3	1	1%	1%	1%
	Excesso de trabalho;	1	5	0	4	2	0	12	11	5%	7%	-2%
	Na cidade é melhor;	4	2	0	0	0	0	6	2	3%	1%	1%
	Falta de reconhecimento;	4	1	0	2	0	1	8	4	3%	3%	1%
	Inviável, sem lucro;	1	1	0	0	0	1	3	2	1%	1%	0%
	Atividade rentável;	0	0	0	0	1	0	1	1	0%	1%	0%
	Renda muito baixa;	0	1	0	1	3	1	6	6	3%	4%	-2%
	No sítio produz p/ consumo próprio;	29	0	2	12	10	7	60	31	25%	21%	4%
	Qualidade de vida.		6	10				16	16	7%	11%	-4%
	Total							240	150	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Sem os dados do município de MCR, o que se altera significativamente é a produção para o próprio consumo, que, de 25% cai para 21%, e o item qualidade de vida, de 7% aumenta para 11%. É a visão dos pequenos proprietários rurais dos municípios menores. Apenas 4 proprietários não opinaram.

Continuando a análise das informações da pesquisa e os pontos positivos e negativos elencados, incluso os dados do município de Marechal Cândido Rondon, em percentuais, chamam a atenção alguns itens elencados, por exemplo, excesso de trabalho chega a 5% como ponto negativo; outro item, renda suficiente para viver, apontado por 5,4% como ponto positivo; ao contrário, renda muito baixa, apontado por 2,5% como outro ponto negativo; inviável, sem lucro, apontado por 1,25% como ponto negativo; na cidade é melhor, outro negativo, sendo que todos os que apontaram esses pontos negativos, inclusive os que indicaram falta de outra opção, se pudessem sair da propriedade, sairiam, chegando ao total de 38,2% os que estão a fim de sair, e não apenas os 17% inicialmente respondidos.

Excluídos os dados de MCR, o excesso de trabalho chega a 7,3% como ponto negativo; o de renda muito baixa chega 4,0% como outro ponto negativo; inviável, sem lucro, chega a 1,3% como ponto negativo; na cidade é melhor, chega a 1,3% como outro negativo. Todos os pontos negativos, incluindo a falta de outra opção, somam 38,6%, percentual superior comparado com os dados com MCR.

A Tabela 62 mostra a vontade dos pais e avós que os filhos ou netos permaneçam na propriedade, e os motivos que os levam a desejar a permanência deles na propriedade.

Tabela 62. Permanência dos filhos ou netos permanecessem nas Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Seleccionados -2011.

52	Gostaria que os filhos e netos permanecessem na agricultura?	M.C.R.	MERC.	Q. P.	N. S. R.	E. R.	P. B.	T.G C/MCR	T.G.S/MCR	% C/MCR	%S/MCR	Var.C/ e S/MCR
	Sim	63	21	19	23	20	17	163	100	67%	68%	-1%
	Não	34	10	4	19	11	4	82	48	33%	32%	1%
	Total	97	31	23	42	31	21	245	148	100%	100%	
	Motivos:											
	Gostam do que fazem;	6	0	1	3	1	0	11	5	5%	3%	1%
	Excesso de trabalho;	3	2	0	1	0	0	6	3	3%	2%	0%
	Estudar para ajudar na atividade/ajudar na atividade;	22	9	8	3	7	6	55	33	23%	23%	0%
	Falta de reconhecimento;	0	0	0	1	1	0	2	2	1%	1%	-1%
	Inviável, sem lucro em propriedades pequenas;	15	4	0	7	1	2	29	14	12%	10%	3%
	Produção não tem preço justo;	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Atividade é viável	2	1	0	0	1	0	4	2	2%	1%	0%
	Não tem folga, férias e final de semana;	0	2	0	0	2	0	4	4	2%	3%	-1%
	Na cidade tem mais oportunidades;	14	6	3	13	5	4	45	31	19%	21%	-2%
	É o futuro do Brasil;	1	0	0	0	0	0	1	0	0%	0%	0%
	Para cuidar dos avós;	1	0	0	0	1	0	2	1	1%	1%	0%
	Não tiraria o emprego dos pais que morram na cidade;	0	0	0	1	0	0	1	1	0%	1%	0%
	É mais tranquilo de viver/ qualidade de vida	27	9	9	12	10	9	76	49	32%	34%	-2%
	Total	92	33	21	41	29	21	237	145	100%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na questão dos filhos ou netos de permanecerem na propriedade, 67% dos pais ou avós gostariam e 33%, não.

Como principais argumentos a favor e a desfavor à permanência, 32% dos pais/avós são motivados por uma vida mais tranquila; 23% gostariam que os filhos ou netos estudassem e voltassem para a atividade; 19% admitem que na cidade é melhor para eles (mais oportunidades); e 12% não querem que seus filhos permaneçam na pequena propriedade por ser inviável. Outros itens que pesaram desfavoravelmente foram o excesso de trabalho e o fato de não haver folga.

O total dos pontos desfavoráveis em percentual é 38% dos pais/avós, mas se somados os que desejam que os filhos estudem primeiro e depois voltem para trabalhar, o total chega aos 61%.

Em percentuais, os dados reunidos na Tabela 62 com os dados de MCR, alguns itens elencados como pontos negativos são excesso de trabalho (3%), falta de reconhecimento dos pequenos produtores (1%), consideram que na cidade as oportunidades são maiores (19%). Novamente, somando todos os motivos negativos à permanência na propriedade, o percentual é de 60%. Quanto ao desejo dos pais e avós para os filhos/netos ficarem diretamente na propriedade, o percentual é de 40%.

Em percentuais os dados compilados na Tabela 62 sem os dados de MCR, os pontos positivos são: mais tranquilo de viver/qualidade de vida, gostam do que fazem, a atividade é viável, estes somam 39% são considerados como pontos positivos.

Os pontos negativos apontados na pesquisa são variados, como excesso de trabalho, falta de reconhecimento, ser inviável/sem lucro, não haver folga/férias e fim de semana ser necessário trabalhar, ter que cuidar dos avós... Somando todos os motivos negativos, os entrevistados com essas indicações chegam a 61%. Consideram, por consequência, que na cidade as oportunidades são maiores.

A Tabela 63 mostra, de forma apropriada, a quantidade de hectares com os respectivas níveis em percentuais de reserva por município, e a quantidade total em hectares dos proprietários pesquisados.

Observação: nesta análise não foi contemplada a quantidade de propriedades, apenas a quantidade em hectares.

Tabela 63. Quantidade de hectares com os Respectivos Percentuais de Reserva dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados -2011.

Reservas em Hec.	M.C.R	Mercedes	Q.Pontes	N.S.Rosa	E.Rios	P.Bragado	Total
0%	83,56	19,5	28	28,29	84,91	0	244,26
0,1 a 9,99%	332,57	100,2	108	188	64,6	155	948,37
10 a 14,99%	406	117	169,5	103,2	92	146,3	1034
15 a 19,99%	340,8	112	62	124,93	73,8	61,3	774,83
20 ou Mais %	1.180,75	334,2	191	208,88	371,12	325,4	2.611,35
Total de hectares.	2.343,68	682,9	558,5	653,3	686,43	688	5.612,81

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor..

Este cálculo foi realizado com base nos dados da pesquisa. Por exemplo: a soma dos hectares das propriedades que indicaram uma área em reserva entre 0,1% e 9,99% no município de Marechal Cândido Rondon resultou em 332,57 hectares.

Os que possuem matas são apenas 212 propriedades, com reserva legal são 63 e outros são 12 propriedades, em contraposição a 28 propriedades, que não possuem nenhum tipo de preservação.

Outros possuem uma área superior a 20% de preservação da propriedade. Entre os 309 proprietários, há os que não possuem área suficiente, entre APPs e outros.

A Tabela 64 contempla diversos cálculos, a quantidade de hectares, percentual de reserva, aplicação do percentual médio na obtenção da reserva necessária e quantos hectares faltam para completar as reservas para obter no mínimo 20% da área.

Tabela 64. Quantidade de hectares, percentuais de reserva e quantidade de hectares que faltam para completar no mínimo 20% da área dos Pequenos Proprietários em Pequenas Propriedades Rurais no Oeste do Paraná – Municípios Selecionados - 2011.

Prop.c/reser.	M.C.R.	Merc.	Q.P.	N.S.R.	E.Rios	P.B.	Total ha.	% aplic.	Falta ha.
0%	83,56	19,50	28,00	28,29	84,91	0,00	244,26	20,0	48,85
0,01 a 9,99%	332,57	100,20	108,00	188,00	64,60	155,00	948,37	15,0	142,30
10 a 14,99%	406,00	117,00	169,50	103,20	92,00	146,30	1.034,00	7,5	77,50
15 a 19,99%	340,80	112,00	62,00	124,93	73,80	61,30	774,83	2,5	19,37
20 ou mais%	1.180,75	334,20	191,00	208,88	371,12	325,40	2.611,35	0,0	0,00
Total ha	2.343,68	682,90	558,50	653,30	686,43	688,00	5.612,81		288,02
Reser.Exist.	483,68	131,70	108,00	131,70	145,33	134,00	1.134,41		1.422,43

Fonte: Dados da pesquisa de campo elaborado pelo autor.

Na Tabela 64 observam-se os percentuais (0% a 20% ou mais) de reserva existente (mata, reserva legal e APPs) do total de hectares dos proprietários pesquisados, e a necessidade para atingir o percentual mínimo (20%) estabelecido pela legislação.

Esse cálculo levou em consideração o percentual médio. Por exemplo: os proprietários que possuem entre 10% e 14,99% de reserva são 1.034 hectares, foi considerado reserva existente de 12,5% ou 129,3 hectares ($1.034 \times 12,5\% = 129,3$ hectares), para completar 20% ($20\% - 12,5\% = 7,5\%$) faltam 7,5% ou 77,5 hectares para completar o percentual mínimo de 20% ($129,25 + 77,50 = 206,75$ hectares ou $1.034 \times 20\% = 206,8$ hectares).

Nas propriedades questionadas, faltam no mínimo 288,02 hectares, podendo ser superior se houver a necessidade de mais reservas para APPs ou reserva legal ou permanente consideradas obrigatórias.

Assim, portanto, dos municípios pesquisados com produção de milho, soja, gado de leite e suinocultura que estão sob ameaças constantes de clima e preços, bem como não tendo poder de poupança para a inversão e diversificação, quanto aos aspectos da sustentabilidade da pequena propriedade, ficou claro que ela só pode sair do seu ciclo vicioso dos problemas socioeconômicos com a ajuda de políticas públicas atreladas ao mercado de preços mínimos e de controle de preços de matérias-primas e de insumos.

Neste estudo, nas propriedades nos municípios selecionados e pesquisados, a utilização da terra não tem mais o objetivo primordial de produção de alimentos para a sustentabilidade da família, mas para fornecer, com a venda parcial ou total da produção, os recursos necessários nos casos de doenças na família, uma espécie de poupança ou reserva de valor.

Outro problema encontrado é a insuficiência de mão de obra, seja familiar ou contratada, para a ampliação de atividades como avicultura, suinocultura, pecuária leiteira, atividades que possibilitam aumentar a renda.

Essa condição se instalou a partir dos anos 1990, quando as fronteiras agrícolas foram se esgotando ou ficaram mais distantes e onerosos. Atualmente as possibilidades são cada vez menores, com razões identificadas mostrando que a pequena propriedade não suportará esse ônus.

Com base na teoria de Myrdal, pode-se afirmar que as políticas governamentais são ineficientes e, às vezes, prejudiciais economicamente, socialmente e psicologicamente, não só para os pequenos proprietários, como para todo o setor agropecuário.

Percebe-se que está se iniciando uma desigualdade dos grupos sociais fixados na cidade e os remanescentes na agricultura com baixa renda, que estão sendo marginalizados.

As Tabelas 65 e 66 a seguir nos mostram as chances de o pequeno proprietário rural continuar na propriedade tendo resultados desfavoráveis em algumas atividades e empreendimentos.

A Tabela 65 descreve a situação da agricultura, valores dos custos em uma pequena propriedade na produção de soja ou milho. Percebe-se que os custos podem variar de uma propriedade para outra.

Tabela 65. Custo e receita e resultado dos produtos soja e milho - 2009

Custo/Produto(ha) e R\$	Soja (há)	Milho (há)	Custo em R\$ de 10 ha soja	Custo em R\$ de 5 ha de milho
Insumos R\$	1.260,66	1.300,76	12.606,60	6.503,80
Serviços R\$	381,00	720,00	3.810,00	3.600,00
Total R\$	1.641,66	2020,76	16.416,60	10.103,80
Preço/sc/mar/2010 R\$	33,00	14,50	33,00	14,50
Sacas há quantidade	55	120	550	600
Receita total em R\$	1.815,00	1.740,00	18.150,00	8.700,00
Sobra/prejuízo em R\$	173,34	-280,76	1.733,40	-1.403,80

Fonte: EMATER - Quadro adaptado pelo autor e incluído pelo autor preço de venda, receita total e sobra ou prejuízo.

OBS.: Custo (und. comercialização): R\$ 29,85 data da coleta de preços (ano/mês): 2009/05

OBS.: No caso de área infestada de folha larga acrescentar 2,4 D ao custo. Data de emissão: 23/4/2010

Pela representação, percebe-se a dificuldade em obter sobra na pequena propriedade rural que cultiva soja e milho. A produção que a EMATER considerou é uma boa produção, mas o prejuízo é evidente quando os preços dos produtos estão abaixo do praticado normalmente.

Outro exemplo é na produção de leite. Verifica-se que as condições não são diferentes, pois existe a necessidade de alta tecnologia ou alto padrão de produção, conforme a Tabela 66.

A Tabela 66 mostra a produção de leite e o resultado dependendo da tecnologia aplicada ou utilizada, na região de influência da Cooperativa Lar. A propriedade identificada como "01" utiliza alta tecnificação, enquanto a propriedade

"03", baixa. Nesses dois cálculos realizados por profissionais da Cooperativa Agroindustrial Lar, a propriedade "02", com cálculo pelo autor, é considerada de média tecnificação, com base nos dados da Revista Lar.

Tabela 66. Dados referentes à produção de leite - 2011

Área/Custos/Quantidade/Preço	Propriedade 01	Propriedade 02	Propriedade 03
Área	10 hectares	10 hectares	10 hectares
Custos Fixos R\$	0,28	0,38	0,56
Custos Variáveis R\$	0,41	0,44	0,51
Total de Custos R\$	0,69	0,82	1,07
Preço médio venda R\$	0,79	0,79	0,79
Lucro /prejuízo R\$/L	0,10	-0,03	-0,28
Qt. animais/vacas	40	34	28
Lucro /prejuízo %/L	14,50%	-3,70%	-26,20%
Prod.leite vaca Litros /mês	750	563	375

Propriedade 02, considerada média tecnificação, dados calculados pelo autor.

Fonte: Ostapechen (2011)

Na análise da Tabela 66, aplicando a alta tecnificação (propriedade 01) há um lucro de R\$ 0,10/ litro com tecnificação.

O prejuízo chega a R\$ 0,28/ litro com baixa tecnificação (propriedade 03), e com média tecnificação, como calculado pelo autor, continua com prejuízo de R\$0,03/litro, levando, por vezes, os produtores a abandonar a atividade.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar a estrutura das pequenas propriedades de seis municípios: Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes, e verificar se há sustentabilidade ou insustentabilidade nas pequenas propriedades rurais.

Quanto às perspectivas de sustentabilidade ou insustentabilidade e continuidade da pequena propriedade rural (pequeno proprietário rural), algumas indicações que a pesquisa primária permitem afirmar que as perspectivas da sustentabilidade são menores que os da insustentabilidade.

Quanto ao tempo de atuação dos 309 pesquisados, 197 (64%) proprietários possuem uma experiência igual ou superior a 36 anos na atividade. Paralelamente a esse tempo de atuação, quanto à idade dos proprietários, 78% estão acima dos 46 anos. Significa que essa população está envelhecendo ou envelhecida. Por outro lado, entre 18 a 35 anos apenas 7% estão nessa atividade.

O tempo de atuação não traduz proporcionalmente na melhoria da atividade ou absorção de conhecimento. Percebe-se que a introdução de mudanças tecnológicas é lenta ou ignorada nas propriedades.

Ao analisar a faixa etária e o tempo de atividade, essa abordagem do tempo de atividade e faixa etária incide sobre os ascendentes e, num processo de descontinuidade de permanência no campo quanto aos descendentes, esses dois indicadores levam ao esvaziamento da pequena propriedade e ou à condição de insustentabilidade do processo.

O nível de escolaridade dos proprietários apresentado é muito deficitário, pois 85% possuem no máximo o primeiro grau (considerado primeiro grau até a quarta série) e 13% possui no máximo o segundo grau e apenas 2% possuem ou iniciaram o terceiro grau, índices que indicam que as possibilidades de os pequenos proprietários buscarem maiores conhecimentos nas universidades são ínfimas.

Outro índice que também se apresenta de forma contundente é que os filhos ou netos que conseguem completar um curso universitário não voltam mais às propriedades para dar continuidade aos trabalhos na condição de pequenos proprietários ou produtores rurais.

A educação/escolaridade interfere no desenvolvimento e crescimento do saber dos produtores. Nesse caso, a necessidade de um conhecimento é cada vez maior na produção agropecuária, pois compreende-se que a incorporação de novas tecnologias é prejudicada pelo baixo nível de escolaridade, que interfere negativamente na sobrevivência do pequeno proprietário em suas atividades.

Não havendo escolaridade suficiente, a utilização de "novas" tecnologias como o computador fica dificultada e reduzida, quando, porém, deveria servir para planejar e controlar e também para estimular o conhecimento da família. Foi verificado que apenas 46% dos proprietários possuem computadores e 54% não. Por outro lado, a internet ocorre em apenas 40% das propriedades do total dos entrevistados.

Isso demonstra a falta de motivação e de esclarecimentos, bem como falta de acesso ao conhecimento de ideias e práticas para a atualização da produção e como meio de pesquisa e comunicação.

O milho é o produto de maior expressão econômica, sendo de 32%, seguido pela soja, de 28%, e, em terceiro, a produção de leite num total de 20%; a suinocultura (8%) e avicultura de 2%. O milho é o principal produto, por ser plantado na safra de verão, e a alternativa principal de safra de inverno, também conhecido como milho safrinha. O trigo é 1% em função do alto custo, risco e baixo preço do produto, lembrando que, nas décadas de 1970/80, o trigo era uma das principais culturas dos municípios estudados.

Constatou-se que as decisões de investimento estão relacionadas ao preço dos produtos ou lucro.

Quanto à renda não agrícola, é importante salientar que nenhum pequeno proprietário exerce outra atividade a não ser o trabalho em sua propriedade, mas, dos 309 pesquisados, 142 possuem renda complementar como aposentadoria ou pensão e, desses, 67% recebem dois salários mínimos e 31% um salário, o que "muitos" próximos da aposentadoria esperam para melhorar a qualidade de vida e na velhice.

Quanto ao tamanho das propriedades, levando em consideração as leis ambientais, há uma redução de ocupação das áreas. Os que têm 5 hectares têm disponíveis apenas 4 hectares. Os que têm 10 dispõem apenas de 8 hectares. Os que possuem 20 dispõem de apenas 16. Os que têm 30 dispõem apenas de 24

hectares. E os que possuem 50 hectares podem plantar no máximo 40 hectares. Além dessas, outras reduções podem ocorrer, como mata ciliar (beira de rios), declividades acentuadas e mata nativa (mesmo sendo superior a 20% da área) não poder ser explorada.

Observou-se que, do total da área das propriedades, apenas 66% é área plantada, pois 14% da área está ocupada por pastagens e outros 20% da área são reservas florestais. Várias propriedades não possuem nenhuma reserva ou mata ciliar, outras possuem parcialmente suas reservas e algumas possuem excedentes de reservas de mata. Isso mostra uma tendência de que a área ocupada por lavouras e pastagens diminuirá com o tempo.

Quanto ao planejamento, dos 306 produtores que responderam, 211 realizam algum tipo de planejamento e 95 não fazem nenhum planejamento em relação a critérios de diversificação de cultura (449 respostas). Vários proprietários optaram por duas ou mais alternativas. As justificativas para haver esse planejamento incluem 175 indicações por maior rentabilidade, 90 por maior utilização de mão de obra e 92 por utilização da estrutura existente, 60 em função da experiência pessoal, e 21 incluíram a preservação do solo. Isso evidencia que as decisões são tomadas pela maior rentabilidade.

Quanto ao controle dos gastos, dos 309 que responderam, 191 afirmaram não controlam os gastos, 103 fazem apenas anotações em cadernos e 13 fazem registros mais apurados em planilhas eletrônicas (Excel) e um (1) apenas em escritório contábil e um outra forma de controle. Percebe-se a fragilidade das informações. Constatou-se, com base nessa questão, que os dados sobre valores não são totalmente confiáveis por falta de registros confiáveis das movimentações.

Na busca de recursos financeiros, dos 308 que responderam, 81% buscaram financiamento em suas vidas como proprietários rurais e 19% responderam que nunca buscaram financiamento.

As análises dos dados pesquisados evidenciaram que os pequenos proprietários se encontram em faixas etárias elevadas, conseqüentemente não haverá mudanças significativas no sistema de produção nem introdução de novas atividades nas propriedades. As experiências na atividade são um fator importante, mas não estão sendo absorvidas pelas novas gerações, pois poucos filhos se

manifestam pela permanência no negócio dos pais e constatou-se que haverá uma redução das áreas plantadas ou em pastagens.

Na agricultura, as condições de risco e incertezas são elevadas, independentemente do tamanho da propriedade e, para administrá-las, cabe ao produtor rural a responsabilidade de tomar decisões baseadas em informações técnicas e econômicas, e, para alcançar o objetivo, faz-se necessário desempenhar, de forma eficiente e adequadas, as funções de produtor agrícola.

Para isso torna-se fundamental o conhecimento das informações sobre os custos e as receitas do negócio, o que auxilia no gerenciamento e na tomada de decisão e viabilizar economicamente a propriedade.

O pleno conhecimento da viabilidade econômica da propriedade e dos sistemas adotados para a produção contribui para melhorar a tomada de decisão do produtor em continuar na propriedade ou procurar outra(s) alternativa(s), pois, mesmo seguindo as tecnologias disponíveis, não há certeza da colheita por diversos fatores como eventual estiagem, geada, granizo e outros.

As incertezas continuam após a colheita, agora colocadas como o problema dos preços dos produtos agrícolas a serem compatibilizados com os custos de produção. De qualquer forma, as decisões são delegadas ao produtor sobre o que produzir, a tecnologia a ser adotada, conhecer o cenário do agronegócio brasileiro, mas como conciliar todos esses fatores com baixa escolaridade e a maioria sem acesso à internet, ferramenta indispensável no agronegócio para melhorar o conhecimento e decisões a serem tomadas em suas propriedades sobre insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos, etc.

As questões sociais fazem parte da sustentabilidade ou da insustentabilidade e, com a saída dos filhos ou dos vizinhos, as pessoas são desmotivadas a permanecerem nas propriedades. Nos anúncios dos jornais locais, todos os dias há diversas pequenas propriedades rurais à venda.

O conhecimento, a estrutura e os laços familiares estão bastante abalados. Assim, os indícios são cada vez maiores em abandonar a propriedade pela insustentabilidade social da vida nela.

Observou-se que há dificuldades dos pequenos proprietários em conseguirem fixar preços razoáveis para os seus principais produtos (milho, soja, trigo, leite, suínos, aves), pois os preços são estabelecidos pelos intermediadores da

comercialização da produção ou das indústrias que trabalham com custo a retorno, inclusive as cooperativas, que possuem vantagens tributárias que deveriam favorecer o pequeno produtor.

Na análise dos dados encontram-se “fortes” evidências de insustentabilidade da pequena propriedade agrícola nesses municípios.

Nas propriedades pesquisadas, a renda auferida está proporcional à área explorada pela atividade agrícola e há mudanças com a introdução de outras atividades, como a suinocultura, a avicultura de corte e a atividade leiteira. Nessas atividades existe um diferencial na produção dependente da tecnologia adotada, quantidade de animais alojados, quantidade de litros de leite produzidos, aves entregues e os cuidados inerentes a cada atividade.

Percebe-se também que há um círculo vicioso na estrutura das pequenas propriedades, pois identificou-se a existência de um conjunto de atitudes e ações, sejam elas econômicas, comportamentais, culturais ou sociais, que, na soma ou em parte, levam cada nova geração a buscar alternativas. O que se identifica com clareza é a vulnerabilidade econômica e social, cuja consequência é e continuará sendo o êxodo rural dos jovens e o desinteresse dos herdeiros, isso aliado à falta de recursos e à idade avançada dos proprietários. Uma última fase desse processo é a venda das propriedades.

Além da falta de recursos próprios para investimentos, outro problema encontrado é a insuficiência de mão de obra, seja familiar ou contratada, para a ampliação de atividades como avicultura, suinocultura, pecuária leiteira, atividades que possibilitam aumentar a renda.

Identificaram-se também, nas visitas, quatro situações de produtores:

- a) produtores nos quais os filho(s) ou neto(s) dos pioneiros remanescentes continuam na propriedade mesmo em número reduzido;
- b) produtores nos quais os filho(s) ou neto(s) não permaneceram na propriedade;
- c) Nos quais os filhos tentaram ficar na propriedade, mas os recursos são insuficientes para realizar os investimentos necessários e a renda auferida não permite um desenvolvimento na propriedade; e

- d) situação nos quais os filhos saíram para as cidades e nunca mais voltaram para a atividade que aprenderam quando criança, adolescente ou jovem e foram forçados a buscar uma alternativa de sustento.

Nesses quatro pontos se percebe que os pais ou avós poucos argumentos têm para influenciar os filhos ou netos a permanecerem na propriedade, constatando-se que os pais gostariam que um filho continuasse o trabalho na propriedade e não optasse pelo êxodo rural.

Por sua vez, os filhos (os poucos que foram entrevistados) não pretendem continuar o labor na atividade agropecuária em função do trabalho, que é quase ininterrupto por meses, principalmente quando são desenvolvidas diversas atividades na propriedade. Observaram que só a monocultura e a pecuária de corte permite um trabalho pouco asseverado.

Outra questão é que os filhos ou netos dos pioneiros que não abandonaram as propriedades reclamam da burocracia por parte do governo ou instituições financeiras e das exigências de garantias, impedindo os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e sustentabilidade dos pequenos proprietários. Além disso, há o risco de a nova atividade não ter sucesso econômico, a exemplo do que foi com a criação do bicho-da-seda.

Os processos de desenvolvimento da estrutura agrária nos municípios estudados nos anos 1960/70/80 foram eficientes, porém ficaram limitados a partir da década de 1980, em função das famílias numerosas (três filhos ou mais). Também a insuficiência de renda não comportava mais a manutenção dessas famílias. Havia as opções de buscar na cidade a renda necessária ou migrar para outras fronteiras agrícolas.

A modernização da agricultura trouxe benefícios com a monocultura do trigo e soja, porém os produtos antes produzidos e comercializados em pequenas escalas passaram a não mais serem aceitos (ovos, manteiga, nata, suínos), e, nesse período de transição, os pequenos proprietários rurais optaram em produzir os produtos como o trigo e soja.

Para transpor essa dificuldade, os mais eficientes com visão de futuro começaram a agir e procuraram terras nas novas fronteiras agrícolas, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia e até o Paraguai, entre outras. E, nas últimas

duas décadas, iniciou-se uma nova migração para o estados do Maranhão, Piauí, Amazonas e para o país vizinho Bolívia.

A insustentabilidade do pequeno produtor rural foi evidenciada pela questão econômica, apontando problemas de prejuízo com produtos à base da agricultura e da pecuária.

Enfim, o estudo demonstra tendências de instabilidade das pequenas propriedades rurais nos seis municípios pesquisados, bem como foram constatadas preocupações evidentes quanto ao futuro dessas pequenas propriedades ao longo do tempo, as quais poderão se manter ou sustentar-se se forem amparadas por "fortes políticas públicas" para esse setor.

Quanto às questões que se colocam, algumas são sociais, como a idade avançada dos proprietários e os filhos, que não querem mais permanecer na propriedade. Na área econômica, pois as áreas agrícolas que possuem não permitem mais a sobrevivência com produtos tradicionais, como milho e soja; na alternativa da pecuária de leite é necessária uma alta tecnificação e diversificação, também consequência dos preços, do custo de produção e do volume produzido.

Na análise foram identificados os parâmetros entre os principais produtos que foram indicados pelos produtores, sendo milho, soja, pecuária de leite, suinocultura e avicultura, que são produtos de domínio tecnológico, porém com desenvolvimento da tecnologia acentuada, pouca sobra/lucro por unidade produzida, mesmo para aqueles que, em número reduzido, têm acesso a essa tecnologia.

Ao analisar os aspectos referentes à sustentabilidade que mantêm os proprietários na atividade, foi percebido que a sustentabilidade para eles, em suas respostas ou falas, apresentou formas simbólicas de sentimentos, como uma forma de "intangibilidade", ou seja, os pequenos proprietários se manifestaram pelo sentimento de pertencimento, ou seja, "gosto do que faço", "gosto daqui", "aqui tem qualidade de vida", "acredito que vai melhorar", "sonho", entre outros.

A insustentabilidade, para o contingente de pequenos proprietários que gostariam de sair da agricultura, é expressivo, pois, devido ao baixo "lucro" ou "prejuízo", não conseguem investir em inovações que permitam a sustentabilidade.

O resultado da pesquisa demonstrou que as pequenas propriedades estão em dificuldades, por motivos como: a limitação do tamanho das áreas, a falta de interesse dos filhos na continuidade nas pequenas propriedades, falta de recursos

próprios para infraestrutura, carente de uma política do Estado em relação à garantia dos preços mínimos e seguro agrícola, uma política ambiental adequada e sustentável.

Este estudo demonstra, que os pequenos proprietários ou as pequenas propriedades investigadas apresentaram um círculo vicioso de insustentabilidade, tanto nas questões econômicas, sociais, familiares, ambientais e políticas.

Isso revela que a insustentabilidade da pequena propriedade nos municípios estudados está dando sinais de efeitos de processo de causalção circular ou de encadeamento para prejuízos ou sua falência.

Esta pesquisa não encerra o estudo dos pequenos proprietários rurais nos municípios estudados, o caminho perseguido para detectar a sustentabilidade ou a insustentabilidade das pequenas propriedades.

Necessário se faz a continuidade de investigação para detectar outros fatores que levam as pequenas propriedades a ficarem cada vez menores, ou encontrar alternativas viáveis de produção para torná-la sustentáveis por gerações.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo. **Palestra** proferida em 12/11/1990, publicado **A questão Agrária Hoje**, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>>. Acesso em: 23 maio 2011.

ASSENTAMENTOS do Paraná. Disponível em <<http://www.inclusaodigital.gov.br/noticia/assentamentos-do-parana-terao-acesso-a-internet>>. Acessado em 12 dez. 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.629/93**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://agriculturaalternativa.com/agrialternativa/category/legislacao/modulo-fiscal-e-modulo-rural/>>. Acesso em: 05 mar. 2012

CAMARANO, Ana Amelia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro, 1999, Texto para discussão Nº 621 – IPEA.

CENSO Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acessado em 6 dez. 2011

CUSTOS de produção soja e milho. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00002051.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2011.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Salvador: Editora EDUFBA, 2007.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. **O que se entende por agricultura sustentável**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 239-254, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a18.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

FLORES, Edmundo. **Desarrollo agrícola**: Fundo de Cultura Econômica. México, 1ª. Ed. 1972 (texto retirado Wyn F. Owen).

GORENDER, Jacob. **A questão agrária hoje**. 3.ed. organizado por João Pedro Stédile, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Marechal Cândido Rondon**. jan. 2009. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/hinos/arquivos/File/ipardes/marechalcandido_rondon.pdf>. Acessado diversas vezes durante o estudo.

LAMARCHE, Hughes (Coord.) **A agricultura familiar**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, Arlindo Prestes de.; et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijui, 2001.

MYRDAL, Gunnar. **O valor em teoria social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

_____. **Teoria econômica y regiones subdesarrolladas**. 4.ed. México: Fundo de Cultura Econômica, 1968.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OSTAPECHEN, Juliandro. O real custo da produção de leite. **Revista da Lar**, ano 5, n. 29, p. 12-13, set./out. 2011.

ROSTOW, W. W. The take-off into sustained growth. (La arrancada hacia El crecimiento sostenido). **Economic Journal**, p. 25-48, p. 1956.

SATURNINO, Helvécio Mattana. **Agronegócio brasileiro: ciência tecnologia e competitividade**. Brasília: CNPq, 1998. Cap. 16.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. ed. São Paulo: Schwarcz, 2004.

MALTHUS, Thomas Robert. **A economia clássica**. Tradução Fernando Lopes de Almeida e Francisco R. Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SOTO, William Héctor Gomez. **Desenvolvimento sustentável**. Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2002

SOUZA FILHO, Hildo Meireles; BATALHA, Mário Otávio. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Ed. Edufscar, 2005.

VEIGA, José Eli da. **A questão agrária hoje**. Campinas. SP.. Autores Associados, 2002.

VIEIRA, Arnaldo Pereira et al. **Política agrícola**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - Questionário Realizado com Produtores que atuam Exclusivamente na Atividade Agropecuária

I - DADOS PESSOAIS E ECONÔMICOS DO PROPRIETÁRIO

1. Quanto tempo o Senhor(a) atua na agricultura(em anos)?_____
2. Informações básicas do proprietário da empresa rural:
Idade:____.() feminino () masculino. Escolaridade: () 1º Grau () 2º Grau
() 3º Grau outro_____
- () casado () solteiro () viúvo () separado () outro _____
3. Pessoas da família que residem e trabalham na propriedade:
() Cônjuge () filhos Quantos filhos ___Qtas Filhas ___ Outros especificar _____
4. Quantos empregados trabalham na(s) atividade(s) operacional(is) (além dos familiares): Fixos _____Temporários_____
5. É sócio de uma cooperativa agropecuária? () sim () não – Há quanto tempo?
Anos _____. Os filhos também são sócios da cooperativa? () sim () não
Quantos são sócios ? _____
6. Se não é cooperado, porque não é? _____
7. Possui computador? () sim () não - Acesso a Internet? () Sim () Não
telefone/celular na propriedade () sim () não – Possui televisão () Sim () Não
8. É sócio de alguma outra entidade de classe como:
() Sindicato rural () Associação de moradores () Assoc.de produtores agroecológico () Assoc.de produtores de leite () Assoc. de suinocultores
() Assoc. de piscicultores, () Cooperativas de eletrificação rural () SICREDI
() outros? Quais? _____
9. Quais são as principais atividades econômicas? (produtos que cultiva para vender que proporcionam receita)
() soja () milho () trigo () hortaliças () fruticultura
() piscicultura () Suinocultura () avicultura () bovinocultura de leite
() outros Quais_____
- 10.Qual é o valor do seu patrimônio? (em reais)
a) Terra R\$ _____
b) Trator e equipamentos R\$_____
- c) Edificações e benfeitorias R\$_____
- Total (b + c) = R\$ _____

Aviário em m2 _____ R\$ _____

Pocilga para suínos em m2: Ciclo completo m2 _____ R\$ _____

b) Unidades de produção de leitões m2 _____ R\$ _____

c) Terminador m2 _____ R\$ _____

Total (a + b + c) _____

a) Estábulo m2 _____ R\$ _____

b) Ordenhadeira, refrigerador e demais equipamentos em R\$ _____

c) Gado número de vacas _____ R\$ _____

d) Plantel de animais em formação Qt _____ R\$ _____

Total (a + b + c + d) = R\$ _____

a) Piscicultura tanque m2 _____ R\$ _____

b) Máquinas e equipamentos e outras instalações R\$ _____

Total (a + b) = R\$ _____

Outros _____ R\$ _____

11. Receita operacional (receita decorrente da venda de produtos referente 2(dois) últimos anos em R\$)

2009 Soja: _____ Milho _____ Suíno _____ Leite _____ outros _____

2010 Soja: _____ Milho _____ Suíno _____ Leite _____ outros _____

12. Custo operacional (desembolso financeiro) que teve com o cultivo da lavoura e/ou produtos agropecuários referente aos 2 últimos anos:

2009 _____

2010 _____

13. Tamanho da propriedade (em ha)? Início colonização ano _____ há _____

Hoje há _____

Total ____ cultivada ____ pastagem ____ mata ____ reserva legal ____ outros ____

14. Qual é a principal atividade? Tem alguma renda complementar? (principal geradora de renda) a) Principal _____ b) Complementar _____

15. Quais são as informações relevantes que influenciam a decisão de investimentos na propriedade:

() Preço () Obrigatoriedade de rotação de culturas () Porque o vizinho plantou ou o técnico Agrícola falou que (...) Outro? Qual _____

II - GESTÃO

16. É feito planejamento para a diversificação de culturas na propriedade?

Sim Não

Em caso afirmativo: Quais são os critérios considerados para a diversificação de cultura?

maior rentabilidade maior utilização de mão-de-obra linha de financ.

preservação do solo utilização de infra estrutura já existente

afinidade e/ou experiência pessoal Outro? Qual _____

17. Como é feito o controle dos gastos de produção de cada atividade?

não possui anota num caderno planilha de Excel

possui um sistema de controle de custos (informatizado)

possui contador próprio escritório de contabilidade

Outro? Qual _____

18. A propriedade possui um sistema de avaliação de custos? Sim Não

19. Quais foram os benefícios obtidos após a implantação da assessoria?

maior controle dos custos de produção;

informações precisas para tomada de decisão;

possibilitou redução de custos;

possibilidade de planejamento com base no lucro;

Outros? Qual _____

20. Você já buscou financiamentos para investimentos para sua propriedade?

Sim Não

21. Qual é o valor do saldo dos financiamentos em investimentos R\$ _____

22. Porque buscou recursos no banco para investir na sua propriedade?

melhoria na atividade (substituição de maquinas/equipamentos);

recursos com taxas de juros atraentes;

ampliar receita da família e/ou ter mais que uma alternativa de renda;

necessidade/alternativa para se manter na atividade;

implantação de nova atividade;

Custeio/insumos

Outro? Qual _____

23. Quais foram os anos que buscou financiamento para investir?

2010 2009 2008 2007 2006 2005 outro? Qual ano ____

24. Quando realizou o primeiro financiamento:

Ano _____.(Destoca: ____Custeio ____)

25. Em que atividade os recursos foram investidos?

- () Agricultura () Piscicultura
 () Avicultura () Horticultura
 () Suinocultura () Fruticultura
 () Pecuária leiteira () Maquinas e equipamentos
 () Outros? Quais _____

26. O Senhor considera que a sua atividade obteve lucro? () Sim () Não
 Quanto R\$_____

III - SUSTENTABILIDADE

27. A cooperativa, associação ou entidade disponibiliza assistência técnica?

- () Sim () Não () Parcial () Integral

28. Quais são os programas que as cooperativa/associação possui sobre os cuidados com o meio Ambiente?

- () recolhimento de embalagens () programa de reflorestamento
 () licenciamento ambiental () programa de mata ciliar

29. Quanto de área em hectares ou percentual o Sr(a) deixa de plantar em função das exigências ambientais? _____ Hectares ou _____%(percentual)

30. Em relação a conservação do ambiente? (conservação, reflorestamento)

- () concorda () discorda.

Qual seria o percentual mais apropriado 10% () 20% () 30% () ou mais Qto ()

31. Sugestões e/ou comentários sobre questões da agropecuária que não foram abordados.

32. Quando for o imigrante (refere-se a família ou individuo que veio de outra região).

Quantos hectares a sua família adquiriu quando vieram para a região? ha _____

Quantos filhos tiveram? Filhos _____ Filhas _____

Quantos permaneceram na propriedade? Filhos _____ Filhas _____

Quantos hectares cada filho recebeu como herança? Filho _____ Filha _____

Para onde foram os filhos que não permaneceram na propriedade? () Cidade

() permanecem na agricultura em outras regiões () foram para outros países(Paraguai, Bolívia etc)

Em relação a renda quantos salários mínimos recebem de aposentadoria? _____

33. Quando não for mais o imigrante (filho de imigrantes ou pessoas que adquiriram a propriedade)

Quantos filhos o Senhor(a) tem? Filhos _____ Filhas _____

Quantos permanecem na propriedade? Filhos _____ Filhas _____

Quantos hectares tem hoje cada filho ou filha? _____

Em relação a renda quantos salários mínimos recebem de aposentadoria? _____

O Senhor(a) gostaria de sair da agricultura? () Sim () Não

Porque _____

O Senhor(a) gostaria que seus filhos ou netos permanecessem na agricultura?

() Sim () Não Porque _____

34. Quanto o Senhor(a) recebe por ano das suas atividades desenvolvidas R\$ _____

APÊNDICE B – Dados Consolidados da Pesquisa

1 - Quanto tempo o senhor(a) atua na agricultura:

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		total	% c/ MCR	Total s/MCR	%s/ MCR
menos de 1 ano	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
de 01 a 05 anos	2	1,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	1%	0	0%
de 06 a 10 anos	2	1,7%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	3	1%	1	1%
de 11 a 15 anos	3	2,6%	1	2,6%	2	7,1%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	7	2%	4	2%
de 16 a 20 anos	5	4,3%	0	0,0%	1	3,6%	5	11,4%	0	0,0%	1	2,6%	12	4%	7	4%
de 21 a 25 anos	7	6,1%	2	5,1%	1	3,6%	4	9,1%	3	6,7%	1	2,6%	18	6%	11	6%
de 26 a 30 anos	7	6,1%	2	5,1%	4	14,3%	3	6,8%	2	4,4%	5	13,2%	23	7%	16	8%
de 31 a 35 anos	15	13,0%	8	20,5%	6	21,4%	7	15,9%	4	8,9%	7	18,4%	47	15%	32	16%
de 36 a 40 anos	14	12,2%	8	20,5%	4	14,3%	7	15,9%	9	20,0%	3	7,9%	45	15%	31	16%
acima de 40 anos	60	52,2%	18	46,2%	10	35,7%	16	36,4%	27	60,0%	21	55,3%	152	49%	92	47%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	309	100%	194	100%

2 - Idade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %	Total s/ MCR		
18 a 25 anos	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	2	1%	1	1%
26 a 35 anos	6	5,2%	1	2,6%	3	10,7%	5	11,4%	0	0,0%	2	5,3%	17	6%	11	6%
36 a 45 anos	16	13,9%	7	17,9%	7	25,0%	8	18,2%	5	11,1%	6	15,8%	49	16%	33	17%
46 a 55 anos	31	27,0%	16	41,0%	8	28,6%	14	31,8%	15	33,3%	9	23,7%	93	30%	62	32%
56 a 65 anos	33	28,7%	9	23,1%	5	17,9%	7	15,9%	11	24,4%	8	21,1%	73	24%	40	21%
mais de 65 anos	28	24,3%	6	15,4%	5	17,9%	9	20,5%	14	31,1%	13	34,2%	75	24%	47	24%
Total	115	100,0%	39	100,0%	28	100,0%	44	100,0%	45	100,0%	38	100,0%	309	100%	194	100%

3 - Sexo

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %	Total s/ MCR		
Masculino	104	90,4%	34	87,2%	24	85,7%	40	90,9%	39	86,7%	34	89,5%	275	89%	171	88%
Feminino	11	9,6%	5	12,8%	4	14,3%	4	9,1%	6	13,3%	4	10,5%	34	11%	23	12%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	309	100%	194	100%

4 - Escolaridade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
1º grau	90	78,9%	34	87,2%	25	89,3%	35	79,5%	42	93,3%	35	92,1%	261	85%	171	88%
2º grau	21	18,4%	4	10,3%	3	10,7%	9	20,5%	3	6,7%	1	2,6%	41	13%	20	10%
3º grau	3	2,6%	1	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	5,3%	6	2%	3	2%
outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	114	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	308	100%	194	100%

5 - Estado Civil

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Casado	103	91,2%	33	84,6%	22	78,6%	36	81,8%	37	82,2%	31	81,6%	262	85%	159	82%
Solteiro	4	3,5%	1	2,6%	4	14,3%	2	4,5%	2	4,4%	1	2,6%	14	5%	10	5%
Viúvo	5	4,4%	5	12,8%	2	7,1%	3	6,8%	5	11,1%	5	13,2%	25	8%	20	10%
Separado	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	3	6,8%	1	2,2%	1	2,6%	6	2%	5	3%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	113	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	307	100%	194	100%

6 - Pessoas da família que residem e trabalham na propriedade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Cônjuge	102	49,8%	33	43,4%	22	40,0%	36	55,4%	36	47,4%	31	44,3%	260	48%	158	46%
Filhos, quantos:	64	31,2%	23	30,3%	13	23,6%	19	29,2%	18	23,7%	18	25,7%	155	28%	91	27%
Filhas, quantas:	27	13,2%	4	5,3%	11	20,0%	8	12,3%	5	6,6%	6	8,6%	61	11%	34	10%
Outros	8	3,9%	8	10,5%	5	9,1%	0	0,0%	8	10,5%	8	11,4%	37	7%	29	8%
Quantos	4	2,0%	8	10,5%	4	7,3%	2	3,1%	9	11,8%	7	10,0%	34	6%	30	9%
Total	205	100%	76	100%	55	100%	65	100%	76	100%	70	100%	547	100%	342	100%

7- Empregados que trabalham na atividade operacional

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Fixos	14	38,9%	3	50,0%	1	20,0%	1	20,0%	6	85,7%	5	50,0%	30	43%	16	48%
Temporários	22	61,1%	3	50,0%	4	80,0%	4	80,0%	1	14,3%	5	50,0%	39	57%	17	52%
Total	36	100%	6	100%	5	100%	5	100%	7	100%	10	100%	69	100%	33	100%

8 - É sócio de uma cooperativa agropecuária:

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	77	67,5%	28	73,7%	16	57,1%	23	52,3%	25	56,8%	23	60,5%	192	63%	115	60%
Não	37	32,5%	10	26,3%	12	42,9%	21	47,7%	19	43,2%	15	39,5%	114	37%	77	40%
Quanto tempo (anos)	1721		479		370		429		505		529		4033		2312	
Total	114	100%	38	100%	28	100%	44	100%	44	100%	38	100%	306	100%	192	100%

9 - Filhos também são sócios:

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	11	13,8%	1	5,9%	1	8,3%	5	20,8%	2	8,7%	5	38,5%	25	15%	14	16%
Não	69	86,3%	16	94,1%	11	91,7%	19	79,2%	21	91,3%	8	61,5%	144	85%	75	84%
Quantos são sócios	8		1		1		2		2		2		16		8	
Total	80	100%	17	100%	12	100%	24	100%	23	100%	13	100%	169	100%	89	100%

10 - Se não é cooperado, porque não é?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
1- Não compensa, é inviável	11	44,0%	3	50,0%	11	100,0%	7	63,6%	11	91,7%	1	8,3%	44	57%	33	63%
2- 141alê muito pequena	1	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	27,3%	1	8,3%	0	0,0%	5	6%	4	8%
3- Medo de perder dinheiro (141alência)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	9,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	1%	1	2%
4- Não precisa/não interessa	13	52,0%	3	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	11	91,7%	27	35%	14	27%
Total	25	100%	6	100%	11	100%	11	100%	12	100%	12	100%	77	100%	52	100%

11 - Possui computador:

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	53	46,1%	20	51,3%	13	46,4%	20	47,6%	18	40,0%	17	44,7%	141	46%	88	46%
Não	62	53,9%	19	48,7%	15	53,6%	22	52,4%	27	60,0%	21	55,3%	166	54%	104	54%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	42	100%	45	100%	38	100%	307	100%	192	100%

12 - Possui acesso a Internet na propriedade:

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	44	38,3%	18	46,2%	13	46,4%	20	46,5%	13	28,9%	16	42,1%	124	40%	80	41%
Não	71	61,7%	21	53,8%	15	53,6%	23	53,5%	32	71,1%	22	57,9%	184	60%	113	59%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	43	100%	45	100%	38	100%	308	100%	193	100%

13 - Possui telefone celular na propriedade:

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	109	95,6%	38	97,4%	27	96,4%	43	100,0%	45	100,0%	36	94,7%	298	97%	189	98%
Não	5	4,4%	1	2,6%	1	3,6%	0	0,0%	0	0,0%	2	5,3%	9	3%	4	2%
Total	114	100%	39	100%	28	100%	43	100%	45	100%	38	100%	307	100%	193	100%

14 - Possui televisão

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	113	99,1%	39	100,0%	28	100,0%	42	97,7%	44	97,8%	37	97,4%	303	99%	190	98%
Não	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,3%	1	2,2%	1	2,6%	4	1%	3	2%
Total	114	100%	39	100%	28	100%	43	100%	45	100%	38	100%	307	100%	193	100%

15 - É sócio de alguma outra entidade de classe como

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sindicato Rural	54	22,2%	12	13,5%	8	13,1%	13	25,5%	3	4,7%	7	9,6%	97	17%	43	13%
Associação de Moradores	59	24,3%	25	28,1%	15	24,6%	7	13,7%	28	43,8%	28	38,4%	162	28%	103	30%
Assoc. de produtores agro ecológicos	0	0,0%	2	2,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0%	2	1%
Assoc. de produtores de leite	6	2,5%	2	2,2%	0	0,0%	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	9	2%	3	1%
Assoc. dos suinocultores	2	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	1%	1	0%
Assoc. de piscicultores	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	1	0%
Cooperativa de eletrificação rural	47	19,3%	21	23,6%	19	31,1%	2	3,9%	1	1,6%	7	9,6%	97	17%	50	15%
Sicredi	70	28,8%	27	30,3%	19	31,1%	23	45,1%	32	50,0%	31	42,5%	202	35%	132	39%
Outros	5	2,1%	0	0,0%	0	0,0%	3	5,9%	0	0,0%	0	0,0%	8	1%	3	1%
Total	243	100%	89	100%	61	100%	51	100%	64	100%	73	100%	581	100%	338	100%

16 - Principais atividades econômicas

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Soja	75	25,3%	24	22,6%	23	29,5%	36	33,6%	38	34,2%	30	25,6%	226	28%	151	29%
Milho	92	31,1%	33	31,1%	24	30,8%	38	35,5%	38	34,2%	37	31,6%	262	32%	170	33%
Trigo	3	1,0%	0	0,0%	3	3,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	1%	3	1%
Hortaliças	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	1	0%
Fruticultura	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Piscicultura	2	0,7%	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	1,7%	5	1%	3	1%
Suínocultura	17	5,7%	2	1,9%	8	10,3%	9	8,4%	12	10,8%	16	13,7%	64	8%	47	9%
Avicultura	10	3,4%	2	1,9%	1	1,3%	3	2,8%	0	0,0%	3	2,6%	19	2%	9	2%
Bovinocultura de Leite	68	23,0%	24	22,6%	16	20,5%	15	14,0%	20	18,0%	23	19,7%	166	20%	98	19%
Outras	28	9,5%	19	17,9%	2	2,6%	5	4,7%	2	1,8%	4	3,4%	60	7%	32	6%
Gado de Corte	1	0,3%	1	0,9%	1	1,3%	0	0,0%	1	0,9%	2	1,7%	6	1%	5	1%
Total	296	100%	106	100%	78	100%	107	100%	111	100%	117	100%	815	100%	519	100%

17 - Valor do Patrimônio

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
a) Terra\ trator e equipamentos\ edificações e benfeitorias																
até R\$ 50.000,00	0	0,0%	0	0,0%	3	11,1%	10	22,7%	0	0,0%	0	0,0%	13	4%	13	7%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	19	16,5%	3	7,7%	16	59,3%	15	34,1%	3	6,7%	0	0,0%	56	18%	37	19%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	33	28,7%	17	43,6%	5	18,5%	11	25,0%	24	53,3%	11	28,9%	101	33%	68	35%
acima de R\$ 500.001,00	63	54,8%	19	48,7%	3	11,1%	8	18,2%	18	40,0%	27	71,1%	138	45%	75	39%
Total	115	100%	39	100%	27	100%	44	100%	45	100%	38	100%	308	100%	193	100%
b) Aviário																
até R\$ 50.000,00	1	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	3	25%	2	40%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	2	28,6%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	25%	1	20%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	3	42,9%	1	50,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	42%	2	40%
acima de R\$ 500.001,00	1	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	8%	0	0%
Total	7	100%	2	100%	0	0%	1	100%	0	0%	2	100%	12	100%	5	100%
c) Pociça para suínos																
até R\$ 50.000,00	10	45,5%	0	0,0%	1	12,5%	3	27,3%	0	0,0%	3	18,8%	17	23%	7	14%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	11	50,0%	2	66,7%	6	75,0%	6	54,5%	8	61,5%	12	75,0%	45	62%	34	67%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	1	4,5%	0	0,0%	1	12,5%	2	18,2%	5	38,5%	1	6,3%	10	14%	9	18%
acima de R\$ 500.001,00	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1%	1	2%
Total	22	100%	3	100%	8	100%	11	100%	13	100%	16	100%	73	100%	51	100%
d) Estábulo/ordenhadeira/frigerador/gado leiteiro/plantel																
até R\$ 50.000,00	35	43,8%	14	51,9%	6	35,3%	9	60,0%	7	30,4%	7	29,2%	78	42%	43	41%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	37	46,3%	10	37,0%	11	64,7%	6	40,0%	16	69,6%	14	58,3%	94	51%	57	54%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	7	8,8%	3	11,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	12,5%	13	7%	6	6%
acima de R\$ 500.001,00	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1%	0	0%
Total	80	100%	27	100%	17	100%	15	100%	23	100%	24	100%	186	100%	106	100%

	MARECHAL	MERCEDES	Q. PONTES	N. S. ROSA	E. RIOS	P. BRAGADO	Total e %I	Total s/ MCR								
e) Piscicultura tanque\ maquinas e equipamentos:																
até R\$ 50.000,00	6	85,7%	2	100,0%	0	0,0%	1	100,0%	5	100,0%	0	0,0%	14	93%	8	100%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	1	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	7%	0	0%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
acima de R\$ 500.001,00	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	7	100%	2	100%	0	0%	1	100%	5	100%	0	0%	15	100%	8	100%
f) Total: a+b+c+d+e																
até R\$ 50.000,00	0	0,0%	0	0,0%	1	3,6%	7	15,9%	0	0,0%	0	0,0%	8	3%	8	4%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 200.000,00	8	7,0%	2	5,1%	13	46,4%	11	25,0%	1	2,2%	0	0,0%	35	11%	27	14%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	35	30,7%	15	38,5%	10	35,7%	14	31,8%	21	46,7%	7	18,4%	102	33%	67	35%
acima de R\$ 500.001,00	71	62,3%	22	56,4%	4	14,3%	12	27,3%	23	51,1%	31	81,6%	163	53%	92	47%
Total	114	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	308	100%	194	100%

18 - Receita Operacional 2009

	MARECHAL	MERCEDES	Q. PONTES	N. S. ROSA	E. RIOS	P. BRAGADO	Total e %	Total s/ MCR								
até R\$ 10.000,00	6	5,3%	3	7,7%	0	0,0%	5	11,4%	2	4,5%	0	0,0%	16	5%	10	5%
de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	12	10,5%	3	7,7%	4	14,3%	4	9,1%	9	20,5%	0	0,0%	32	10%	20	10%
de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	13	11,4%	4	10,3%	3	10,7%	7	15,9%	6	13,6%	4	10,5%	37	12%	24	12%
de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	12	10,5%	4	10,3%	1	3,6%	9	20,5%	0	0,0%	2	5,3%	28	9%	16	8%
de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	11	9,6%	2	5,1%	1	3,6%	4	9,1%	6	13,6%	5	13,2%	29	9%	18	9%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	34	29,8%	15	38,5%	12	42,9%	12	27,3%	15	34,1%	16	42,1%	104	34%	70	36%
de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	19	16,7%	5	12,8%	6	21,4%	3	6,8%	3	6,8%	8	21,1%	44	14%	25	13%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	6	5,3%	3	7,7%	1	3,6%	0	0,0%	3	6,8%	3	7,9%	16	5%	10	5%
acima de R\$ 500.001,00	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Total	114	100%	39	100%	28	100%	44	100%	44	100%	38	100%	307	100%	193	100%

19 - Receita Operacional 2010

	MARECHAL	MERCEDES	Q. PONTES	N. S. ROSA	E. RIOS	P. BRAGADO	Total e %	Total s/ MCR								
até R\$ 10.000,00	5	4,4%	3	7,7%	0	0,0%	4	9,1%	2	4,5%	0	0,0%	14	5%	9	5%
de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	9	7,9%	4	10,3%	2	7,1%	4	9,1%	9	20,5%	0	0,0%	28	9%	19	10%
de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	12	10,5%	3	7,7%	5	17,9%	9	20,5%	3	6,8%	2	5,3%	34	11%	22	11%
de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	11	9,6%	4	10,3%	0	0,0%	5	11,4%	5	11,4%	3	7,9%	28	9%	17	9%
de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	10	8,8%	2	5,1%	2	7,1%	7	15,9%	1	2,3%	2	5,3%	24	8%	14	7%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	34	29,8%	11	28,2%	11	39,3%	7	15,9%	16	36,4%	20	52,6%	99	32%	65	34%
de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	26	22,8%	10	25,6%	7	25,0%	8	18,2%	5	11,4%	8	21,1%	64	21%	38	20%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	6	5,3%	2	5,1%	1	3,6%	0	0,0%	2	4,5%	3	7,9%	14	5%	8	4%
acima de R\$ 500.001,00	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%	2	1%	1	1%
Total	114	100%	39	100%	28	100%	44	100%	44	100%	38	100%	307	100%	193	100%

20 - Custos Operacionais 2009

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
até R\$ 10.000,00	17	15,0%	5	12,8%	2	7,1%	10	23,3%	9	21,4%	1	2,6%	44	15%	27	14%
de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	18	15,9%	7	17,9%	4	14,3%	9	20,9%	10	23,8%	2	5,3%	50	17%	32	17%
de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	14	12,4%	5	12,8%	3	10,7%	10	23,3%	2	4,8%	5	13,2%	39	13%	25	13%
de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	16	14,2%	3	7,7%	3	10,7%	2	4,7%	4	9,5%	10	26,3%	38	13%	22	12%
de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	16	14,2%	5	12,8%	2	7,1%	3	7,0%	5	11,9%	3	7,9%	34	11%	18	9%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	22	19,5%	9	23,1%	11	39,3%	9	20,9%	8	19,0%	13	34,2%	72	24%	50	26%
de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	7	6,2%	5	12,8%	3	10,7%	0	0,0%	2	4,8%	2	5,3%	19	6%	12	6%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	2	1,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	4,8%	2	5,3%	6	2%	4	2%
acima de R\$ 500.001,00	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Total	113	100%	39	100%	28	100%	43	100%	42	100%	38	100%	303	100%	190	100%

21 - Custos Operacionais 2010

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
até R\$ 10.000,00	16	14,2%	5	12,8%	2	7,1%	10	23,3%	5	11,9%	0	0,0%	38	13%	22	12%
de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00	16	14,2%	7	17,9%	5	17,9%	8	18,6%	14	33,3%	3	7,9%	53	17%	37	19%
de R\$ 20.001,00 a R\$ 30.000,00	12	10,6%	3	7,7%	1	3,6%	8	18,6%	2	4,8%	3	7,9%	29	10%	17	9%
de R\$ 30.001,00 a R\$ 40.000,00	11	9,7%	5	12,8%	4	14,3%	3	7,0%	4	9,5%	9	23,7%	36	12%	25	13%
de R\$ 40.001,00 a R\$ 50.000,00	19	16,8%	1	2,6%	2	7,1%	4	9,3%	4	9,5%	6	15,8%	36	12%	17	9%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	27	23,9%	15	38,5%	11	39,3%	10	23,3%	7	16,7%	12	31,6%	82	27%	55	29%
de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	9	8,0%	3	7,7%	3	10,7%	0	0,0%	4	9,5%	3	7,9%	22	7%	13	7%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	3	2,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	4,8%	2	5,3%	7	2%	4	2%
acima de R\$ 500.001,00	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	113	100%	39	100%	28	100%	43	100%	42	100%	38	100%	303	100%	190	100%

22 - Tamanho da propriedade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
até 5 hectares	10	8,7%	3	7,7%	0	0,0%	11	25,0%	4	8,9%	2	5,3%	30	10%	20	10%
de 5,1 a 10 hectares	21	18,3%	8	20,5%	7	25,0%	10	22,7%	14	31,1%	3	7,9%	63	20%	42	22%
de 10,1 a 20 hectares	38	33,0%	13	33,3%	9	32,1%	13	29,5%	16	35,6%	21	55,3%	110	36%	72	37%
de 20,1 a 50 hectares	43	37,4%	15	38,5%	12	42,9%	10	22,7%	11	24,4%	12	31,6%	103	33%	60	31%
de 50,1 a 100 hectares	3	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	1%	0	0%
mais de 100,1 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	309	100%	194	100%

22a - Tipo de cultivo

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
cultivada	1512	64,5%	432	63,2%	374	66,9%	457	70,0%	447	65,1%	457	66,4%	3678	66%	2166	66%
pastagem	348	14,8%	120	17,5%	77	13,8%	64,6	9,9%	94	13,7%	97	14,1%	800	14%	452	14%
mata	327	14,0%	101	14,7%	94	16,8%	84,6	12,9%	97	14,2%	132	19,2%	836	15%	509	16%
reserva legal	150	6,4%	29	4,2%	12	2,1%	30,8	4,7%	44	6,5%	2	0,3%	268	5%	118	4%
outros	6,68	0,3%	2	0,3%	2	0,4%	16,3	2,5%	3,6	0,5%	0	0,0%	30,6	1%	23,9	1%
Total	2344	100%	683	100%	559	100%	653	100%	686	100%	688	100%	5613	100%	3269	100%

23 - Qual a principal fonte de renda

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Soja	63	28,6%	22	28,6%	16	29,1%	30	34,9%	30	37,0%	22	25,0%	183	30%	120	31%
Milho	65	29,5%	25	32,5%	16	29,1%	31	36,0%	26	32,1%	23	26,1%	186	31%	121	31%
Trigo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Hortaliças	1	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Fruticultura	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Piscicultura	1	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Suinocultura	14	6,4%	1	1,3%	8	14,5%	8	9,3%	11	13,6%	16	18,2%	58	10%	44	11%
Avicultura	8	3,6%	2	2,6%	1	1,8%	2	2,3%	0	0,0%	3	3,4%	16	3%	8	2%
Bovinocultura de Leite	60	27,3%	20	26,0%	13	23,6%	13	15,1%	13	16,0%	22	25,0%	141	23%	81	21%
Outras	6	2,7%	6	7,8%	1	1,8%	2	2,3%	0	0,0%	1	1,1%	16	3%	10	3%
Gado de Corte	1	0,5%	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%	1	1,1%	4	1%	3	1%
Aposentadoria	1	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Total	220	100%	77	100%	55	100%	86	100%	81	100%	88	100%	607	100%	387	100%

24 - Renda complementar (aposentadoria, pensão, outros)

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
1 salário mínimo	17	30,4%	10	52,6%	2	25,0%	3	23,1%	9	34,6%	3	15,0%	44	31%	27	31%
2 salários mínimos	37	66,1%	9	47,4%	6	75,0%	10	76,9%	17	65,4%	16	80,0%	95	67%	58	67%
3 salários mínimos	2	3,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	5,0%	3	2%	1	1%
4 salários mínimos ou mais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	56	100%	19	100%	8	100%	13	100%	26	100%	20	100%	142	100%	86	100%

25 - Informações que influenciam na decisão de invest. para próx. Safra

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Preço	102	87,9%	34	89,5%	28	96,6%	40	87,0%	38	88,4%	38	100,0%	280	90%	178	92%
Mercado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Rotação de culturas	4	3,4%	2	5,3%	1	3,4%	4	8,7%	1	2,3%	0	0,0%	12	4%	8	4%
Porque o vizinho plantou ou o técnico agrícola falou que	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
condições do terreno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%	1	0%	1	1%
Outro	9	7,8%	2	5,3%	0	0,0%	2	4,3%	3	7,0%	0	0,0%	16	5%	7	4%
Total	116	100%	38	100%	29	100%	46	100%	43	100%	38	100%	310	100%	194	100%

26 - É feito planejamento para diversificação de culturas na propriedade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	75	67,0%	28	71,8%	22	78,6%	21	47,7%	32	71,1%	33	86,8%	211	69%	136	70%
Não	37	33,0%	11	28,2%	6	21,4%	23	52,3%	13	28,9%	5	13,2%	95	31%	58	30%
Total	112	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	306	100%	194	100%

27 - Critérios para diversificação de cultura

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Maior rentabilidade	58	38,2%	24	38,7%	20	33,3%	15	39,5%	29	43,3%	29	41,4%	175	39%	117	39%
Maior utilização de mão-de-obra	24	15,8%	15	24,2%	12	20,0%	6	15,8%	16	23,9%	17	24,3%	90	20%	66	22%
Linha de financiamento	4	2,6%	0	0,0%	2	3,3%	1	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	7	2%	3	1%
Preservação do solo	12	7,9%	2	3,2%	1	1,7%	1	2,6%	4	6,0%	1	1,4%	21	5%	9	3%
Utilização de infraestrutura já existente	28	18,4%	13	21,0%	14	23,3%	8	21,1%	10	14,9%	19	27,1%	92	20%	64	22%
Afinidade e/ou experiência pessoal	25	16,4%	8	12,9%	10	16,7%	6	15,8%	8	11,9%	3	4,3%	60	13%	35	12%
Outro	1	0,7%	0	0,0%	1	1,7%	1	2,6%	0	0,0%	1	1,4%	4	1%	3	1%
Total	152	100%	62	100%	60	100%	38	100%	67	100%	70	100%	449	100%	297	100%

28 - Controle dos gastos de produção de cada atividade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Não possui	63	54,8%	26	66,7%	12	42,9%	29	65,9%	29	64,4%	32	84,6%	191	62%	128	66%
Anota num caderno	43	37,4%	8	20,5%	16	57,1%	15	34,1%	16	35,6%	4	10,3%	102	33%	59	30%
Planilha de Excel	9	7,8%	4	10,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,6%	14	4%	5	3%

29 - Possui um sistema de controle de custos (informatizado)

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Possui contador próprio	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Escritório de Contabilidade	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,6%	1	0%	1	1%
Outro	0	0,0%	1	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	1	1%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	309	100%	194	100%

30 - Quais foram os benefícios obtidos após a implantação da assessoria

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Maior controle dos custos de produção;	2	22,2%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	19%	1	19%
Informações precisas para tomada de decisão;	2	22,2%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	4	25%	2	17%
Possibilitou redução de custos;	3	33,4%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	25%	1	17%
Possibilidade de planejamento com base no lucro;	2	22,2%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	4	25%	2	33%
Outros	0	0,0%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	6%	1	17%
Total	09	100%	5	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%	16	100%	6	100%

31 - Buscou financiamentos para investimentos para sua propriedade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	87	75,7%	32	81,6%	24	85,7%	34	77,3%	40	88,9%	35	92,1%	252	82%	165	85%
Não	28	24,3%	7	18,4%	4	14,3%	10	22,7%	5	11,1%	3	7,9%	57	18%	29	15%
Total	115	100%	39	100%	28	100%	44	100%	45	100%	38	100%	309	100%	194	100%

32 - Valor do saldo dos investimentos

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
sem saldo	18	20,7%	7	22,6%	3	12,5%	1	8,3%	15	37,5%	8	22,9%	52	21%	34	22%
até R\$ 10.000,00	10	11,5%	6	19,4%	4	16,7%	13	36,1%	4	10,0%	6	17,1%	43	17%	33	20%
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	36	41,4%	11	32,3%	7	29,2%	11	30,6%	11	27,5%	10	28,6%	86	34%	50	30%
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	8	9,2%	4	12,9%	4	16,7%	5	13,9%	5	12,5%	11	31,4%	37	15%	29	17%
de R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	10	11,5%	3	9,7%	5	20,8%	2	5,6%	5	12,5%	0	0,0%	25	10%	15	9%
de R\$ 200.001,00 a R\$ 500.000,00	4	4,6%	0	0,0%	1	4,2%	1	2,8%	0	0,0%	0	0,0%	6	2%	2	1%
acima de R\$ 500.001,00	1	1,1%	1	3,2%	0	0,0%	1	2,8%	0	0,0%	0	0,0%	3	1%	2	1%
Total	87	100%	31	100%	24	100%	36	100%	40	100%	35	100%	252	100%	165	100%

33 - Porque buscou recursos no banco para investir na propriedade

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Melhoria na atividade (substituição de máquina/equipamento)	35	28,9%	9	23,1%	11	28,9%	10	22,7%	7	20,0%	13	28,3%	85	26%	50	25%
Recursos com taxas de juros atraentes	2	1,7%	1	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,9%	2	4,3%	6	2%	4	2%
Ampliar receita da família e/ou ter mais que uma alternativa de renda	6	5,0%	4	10,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,2%	11	3%	5	2%
Necessidade/alternativa para se manter na atividade	14	11,6%	1	2,6%	3	7,9%	5	11,4%	3	8,6%	1	2,2%	27	8%	13	6%
Implantação de nova atividade	18	14,9%	11	28,2%	6	15,8%	7	15,9%	8	22,9%	8	17,4%	58	18%	40	20%
Custeio/ Insumos	40	33,1%	12	30,8%	17	44,7%	22	50,0%	16	45,7%	20	43,5%	127	39%	87	43%
Outro	6	5,0%	1	2,6%	1	2,6%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,2%	9	3%	3	1%
Total	121	100%	39	100%	38	100%	44	100%	35	100%	46	100%	323	100%	202	100%

34 - Períodos em que buscou financiamento para investir

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
2010	38	34,9%	17	41,5%	16	55,2%	21	35,0%	13	34,2%	20	47,6%	125	39%	87	41%
2009	15	13,8%	3	7,3%	3	10,3%	7	11,7%	2	5,3%	5	11,9%	35	11%	20	10%
2008	16	14,7%	4	9,8%	2	6,9%	8	13,3%	5	13,2%	8	19,0%	43	13%	27	13%
2007	12	11,0%	4	9,8%	1	3,4%	8	13,3%	8	21,1%	5	11,9%	38	12%	26	12%
2006	9	8,3%	5	12,2%	3	10,3%	7	11,7%	0	0,0%	3	7,1%	27	8%	18	9%
2005	10	9,2%	6	14,6%	3	10,3%	7	11,7%	4	10,5%	1	2,4%	31	10%	21	10%
outros	9	8,3%	2	4,9%	1	3,4%	2	3,3%	6	15,8%	0	0,0%	20	6%	11	5%
Total	109	100%	41	100%	29	100%	60	100%	38	100%	42	100%	319	100%	210	100%

35 - Quando realizou o primeiro financiamento

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
de 1970 a 1980	34	39,1%	10	31,3%	6	25,0%	8	23,5%	15	37,5%	12	34,3%	85	33,7%	51	30,9%
de 1981 a 1990	17	19,5%	7	21,8%	3	12,5%	7	20,6%	11	27,5%	9	25,7%	54	21,4%	37	22,4%
de 1991 a 2000	16	18,4%	5	15,6%	5	20,8%	7	20,6%	6	15,0%	9	25,7%	48	19,1%	32	19,4%
de 2001 a 2010	20	23,0%	10	31,3%	10	41,7%	12	35,3%	8	20,0%	5	14,3%	65	25,8%	45	27,3%
Total	87	100%	32	100%	24	100%	34	100%	40	100%	35	100%	252	100%	165	100%
Destoca	20	18,9%	5	15,6%	2	7,7%	4	10,8%	9	20,5%	6	14,6%	46	16,1%	26	14,4%
Custeio	86	81,1%	27	84,4%	24	92,3%	33	89,2%	35	79,5%	35	85,4%	240	83,9%	154	85,6%
Total	106	100%	32	100%	26	100%	37	100%	44	100%	41	100%	286	100%	180	100%

36 - Atividades que os recursos foram investidos

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Agricultura	63	50,4%	25	56,8%	20	51,3%	27	62,8%	30	53,6%	27	50,9%	192	53%	129	55%
Avicultura	4	3,2%	2	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	2%	2	1%
Suínocultura	6	4,8%	3	6,8%	1	2,6%	2	4,7%	10	17,9%	7	13,2%	29	8%	23	10%
Pecuária leiteira	22	17,6%	9	20,5%	6	15,4%	5	11,6%	8	14,3%	5	9,4%	55	15%	33	14%
Piscicultura	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,9%	1	0%	1	0%
Horticultura	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Fruticultura	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Máquinas e equipamentos	29	23,2%	5	11,4%	11	28,2%	9	20,9%	7	12,5%	13	24,5%	74	21%	45	19%
Outros	1	0,8%	0	0,0%	1	2,6%	0	0,0%	1	1,8%	0	0,0%	3	1%	2	1%
Total	125	100%	44	100%	39	100%	43	100%	56	100%	53	100%	360	100%	235	100%

37 - O Senhor considera que a sua atividade obteve lucro em 2010

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	98	93,3%	33	94,3%	23	95,8%	33	82,5%	33	80,5%	37	100,0%	257	91%	159	90%
Não	7	6,7%	2	5,7%	1	4,2%	7	17,5%	8	19,5%	0	0,0%	25	9%	18	10%
Total	105	100%	35	100%	24	100%	40	100%	41	100%	37	100%	282	100%	177	100%

38 - A cooperativa, associação ou entidade disponibiliza ass. Técnica

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	91	86,7%	35	92,1%	26	96,3%	25	96,2%	36	92,3%	37	100,0%	250	92%	159	95%
Não	14	13,3%	3	7,9%	1	3,7%	1	3,8%	3	7,7%	0	0,0%	22	8%	8	5%
Parcial	9		5		3		4		5		11		37		28	
Integral	35		30		21		18		29		27		160		125	
Total	105	100%	38	100%	27	100%	26	100%	39	100%	37	100%	272	100%	167	100%

39 - programas que a cooperativa/associação possui sobre meio ambiente

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Recolha de embalagens	93	46,5%	37	40,2%	25	37,9%	26	59,1%	37	39,4%	38	33,6%	256	42%	163	40%
Licenciamento ambiental	32	16,0%	9	9,8%	11	16,7%	4	9,1%	12	12,8%	17	15,0%	85	14%	53	13%
Programa de reflorestamento	36	18,0%	15	16,3%	13	19,7%	6	13,6%	20	21,3%	24	21,2%	114	19%	78	19%
Programa de mata ciliar	39	19,5%	31	33,7%	17	25,8%	8	18,2%	25	26,6%	34	30,1%	154	25%	115	28%
Total	200	100%	92	100%	66	100%	44	100%	94	100%	113	100%	609	100%	409	100%

40 - Quanto de área em hectares ou percentual o Sr. Deixa de plantar em função de exigências ambientais?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
HECTARES	0		0		0		0		0		0		0		0	
	39,3		20		17		0		20		11		107		67,5	
	0		0		12		0		0		5		17		17	
	0		0		0		0		0		0		0		0	
													0		0	
PERCENTUAIS	0		0		0		0		0		0		0		0	
	250		186		45		0		20		149		650		400	
	351		0		140		0		115		40		646		295	
	0		0		150		0		0		40		190		190	
Total	601		186		335		0		135		229		1486		885	

40 - Em relação a conservação do ambiente

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Concorda	21	48,8%	16	45,7%	14	51,9%	0	0,0%	18	56,3%	16	42,1%	85	49%	64	48%
Discorda	22	51,2%	19	54,3%	13	48,1%	0	0,0%	14	43,8%	22	57,9%	90	51%	68	52%
Total	43	100%	35	100%	27	100%	0	0%	32	100%	38	100%	175	100%	132	100%

40c - Qual seria o percentual mais apropriado

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
10%	1	16,7%	0	0,0%	9	64,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	10	45%	9	56%
20%	4	66,7%	1	100,0%	4	28,6%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	10	45%	6	38%
30%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
2%	0	0,0%	0	0,0%	1	7,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	5%	1	6%
0%	1	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	5%	0	0%
Total	6	100%	1	100%	14	100%	0	0%	1	100%	0	0%	22	100%	16	100%

41 - Quantos hectares sua família adquiriu

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
até 5 hectares	0	0,0%	2	16,7%	0	0,0%	3	21,4%	0	0,0%	0	0,0%	5	5%	5	8%
de 6 a 10 hectares	4	9,1%	2	16,7%	0	0,0%	7	50,0%	4	23,5%	2	13,3%	19	17%	15	23%
de 11 a 20 hectares	19	43,2%	1	8,3%	3	42,9%	1	7,1%	8	47,1%	4	26,7%	36	33%	17	26%
de 21 a 30 hectares	13	29,5%	6	50,0%	3	42,9%	3	21,4%	2	11,8%	6	40,0%	33	30%	20	31%
acima de 31 hectares	8	18,2%	1	8,3%	1	14,3%	0	0,0%	3	17,6%	3	20,0%	16	15%	8	12%
Total	44	100%	12	100%	7	100%	14	100%	17	100%	15	100%	109	100%	65	100%

42 - Quantos filhos tiveram?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Filhos	88	56,1%	18	62,1%	11	47,8%	18	48,6%	40	47,1%	31	45,6%	206	52%	118	49%
Filhas	69	43,9%	11	37,9%	12	52,2%	19	51,4%	45	52,9%	37	54,4%	193	48%	124	51%
Filhos que receberam herança	14		0		4		7		7		0		32		18	
Filhas que receberam herança	6		0		1		2		8		0		17		11	
Total	157	100%	29	100%	23	100%	37	100%	85	100%	68	100%	399	100%	242	100%

43 - Quantos permanecem na propriedade?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Filhos	27	71,1%	7	87,5%	3	60,0%	9	69,2%	13	86,7%	9	75,0%	68	75%	41	77%
Filhas	11	28,9%	1	12,5%	2	40,0%	4	30,8%	2	13,3%	3	25,0%	23	25%	12	23%
Total	38	100%	8	100%	5	100%	13	100%	15	100%	12	100%	91	100%	53	100%

44 - Quantos hectares cada filho recebeu como herança?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Filhos que receberam herança	31		3		0		12		11		2		59		28	
Filhos	124	52,8%	16	50,0%	6	50,0%	58	63,7%	8,2	50,0%	56	48,5%	268	53%	144	54%
Filhas	111	47,2%	16	50,0%	6	50,0%	33	36,3%	8,2	50,0%	60	51,5%	234	47%	123	46%
Filhas que receberam herança	19		4		0		4		12		8		47		28	
Total	235	100%	32	100%	12	100%	91	100%	16	100%	116	100%	502	100%	267	100%

45 - Para onde foram os filhos que não permanecem na propriedade?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Cidade	38	74,5%	8	66,7%	3	50,0%	3	30,0%	13	52,0%	10	47,6%	75	60%	37	50%
Permanecem na agricultura em outras regiões	10	19,6%	2	16,7%	2	33,3%	6	60,0%	10	40,0%	11	52,4%	41	33%	31	42%
Foram para outros países (Paraguai, Bolívia, etc)	3	5,9%	2	16,7%	1	16,7%	1	10,0%	2	8,0%	0	0,0%	9	7%	6	8%
Total	51	100%	12	100%	6	100%	10	100%	25	100%	21	100%	125	100%	74	100%

46 - Em relação a renda quantos sal. Mínimos recebem de aposentadoria?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
1 salário	6	20,0%	6	60,0%	1	16,7%	1	20,0%	4	26,7%	0	0,0%	18	22%	12	24%
2 salários	24	80,0%	4	40,0%	5	83,3%	4	80,0%	11	73,3%	14	93,3%	62	77%	38	75%
3 salários	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	6,7%	1	1%	1	2%
4 salários ou mais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	30	100%	10	100%	6	100%	5	100%	15	100%	15	100%	81	100%	51	100%

47 - Quando não for mais imigrante quantos filhos tiveram?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Filhos	102	59,3%	36	52,9%	23	54,8%	33	47,8%	33	47,1%	29	54,7%	256	54%	154	51%
Filhas	70	40,7%	32	47,1%	19	45,2%	36	52,2%	37	52,9%	24	45,3%	218	46%	148	49%
Total	172	100%	68	100%	42	100%	69	100%	70	100%	53	100%	474	100%	302	100%

48 - Quantos permanecem na propriedade?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Filhos	57	68,7%	21	75,0%	16	59,3%	22	61,1%	14	50,0%	18	69,2%	148	65%	91	63%
Filhas	26	31,3%	7	25,0%	11	40,7%	14	38,9%	14	50,0%	8	30,8%	80	35%	54	37%
Total	83	100%	28	100%	27	100%	36	100%	28	100%	26	100%	228	100%	145	100%

49 - Quantos hectares cada filho tem hoje?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Filhos																
não possuem terra	53	94,6%	18	100,0%	15	100,0%	22	91,7%	19	100,0%	16	94,1%	143	96%	90	97%
até 5 hectares	1	1,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1%	0	0%
de 6 a 10 hectares	2	3,6%	0	0,0%	0	0,0%	2	8,3%	0	0,0%	1	5,9%	5	3%	3	3%
de 11 a 20 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
de 21 a 30 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
acima de 31 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	56	100%	18	100%	15	100%	24	100%	19	100%	17	100%	149	100%	93	100%
Filhas																
não possuem terra	43	97,7%	19	100,0%	10	90,9%	23	95,8%	20	100,0%	14	93,3%	129	97%	86	97%
até 5 hectares	0	0,0%	0	0,0%	1	9,1%	1	4,2%	0	0,0%	0	0,0%	2	2%	2	2%
de 6 a 10 hectares	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	6,7%	2	2%	1	1%
de 11 a 20 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
de 21 a 30 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
acima de 31 hectares	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	44	100%	19	100%	11	100%	24	100%	20	100%	15	100%	133	100%	89	100%

50 - Em relação a renda quantos salários mínimos recebem de aposentadoria?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
não é aposentado	49	65,3%	17	65,4%	12	75,0%	21	72,4%	16	59,3%	14	70,0%	129	67%	80	68%
1 salário	12	16,0%	4	15,4%	2	12,5%	2	6,9%	5	18,5%	3	15,0%	28	15%	16	14%
2 salários	12	16,0%	5	19,2%	2	12,5%	6	20,7%	6	22,2%	3	15,0%	34	18%	22	19%
3 salários	2	2,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	1%	0	0%
4 salários ou mais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0	0%
Total	75	100%	26	100%	16	100%	29	100%	27	100%	20	100%	193	100%	118	100%

51 - O Senhor gostaria de sair da agricultura?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	18	18,9%	9	29,0%	0	0,0%	7	17,1%	6	19,4%	1	4,8%	41	17%	23	15%
Não	77	81,1%	22	71,0%	25	100,0%	34	82,9%	25	80,6%	20	95,2%	203	83%	126	85%
Total	95	100%	31	100%	25	100%	41	100%	31	100%	21	100%	244	100%	149	100%
Motivos:																
Gosta do que faz	24	26,4%	9	27,3%	3	13,0%	8	19,5%	9	27,3%	5	21,7%	58	24%	34	22%
Falta de outra opção;	20	22,0%	5	15,2%	5	21,7%	8	19,5%	5	15,2%	6	26,1%	49	20%	29	19%
Não gosta do que faz	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Renda suficiente para viver	3	3,3%	2	6,1%	3	13,0%	4	9,8%	1	3,0%	0	0,0%	13	5%	10	7%
Problemas de saúde	1	1,1%	1	3,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	3,0%	1	4,3%	4	2%	3	2%
Falta de estudo;	2	2,2%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	3	1%	1	1%
Excesso de trabalho;	1	1,1%	5	15,2%	0	0,0%	4	9,8%	2	6,1%	0	0,0%	12	5%	11	7%
Na cidade é melhor	4	4,4%	2	6,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	2%	2	1%
Falta de Reconhecimento	4	4,4%	1	3,0%	0	0,0%	2	4,9%	0	0,0%	1	4,3%	8	3%	4	3%
Inviável, sem lucro	1	1,1%	1	3,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	4,3%	3	1%	2	1%
Atividade rentavel	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	3,0%	0	0,0%	1	0%	1	1%
Renda muito baixa	0	0,0%	1	3,0%	0	0,0%	1	2,4%	3	9,1%	1	4,3%	6	2%	6	4%
no sitio produz p/ consumo proprio	1	1,1%	0	0,0%	2	8,7%	1	2,4%	1	3,0%	1	4,3%	6	2%	5	3%
Qualidade de vida	29	31,9%	6	18,2%	10	43,5%	12	29,3%	10	30,3%	7	30,4%	74	30%	45	29%
Total	91	100%	33	100%	23	100%	41	100%	33	100%	23	100%	244	100%	153	100%

52 - Gostaria que os filhos e netos permanecessem na agricultura?

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
Sim	63	64,9%	21	67,7%	19	82,6%	23	54,8%	20	64,5%	17	81,0%	163	67%	100	68%
Não	34	35,1%	10	32,3%	4	17,4%	19	45,2%	11	35,5%	4	19,0%	82	33%	48	32%
Total	97	100%	31	100%	23	100%	42	100%	31	100%	21	100%	245	100%	148	100%
Motivos:																
Gostam do que fazem	6	6,5%	0	0,0%	1	4,8%	3	7,3%	1	3,4%	0	0,0%	11	5%	5	3%
Excesso de trabalho;	3	3,3%	2	6,1%	0	0,0%	1	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	6	3%	3	2%
Estudar para ajudar na atividade/ajudar na Ativid.	22	23,9%	9	27,3%	8	38,1%	3	7,3%	7	24,1%	6	28,6%	55	23%	33	23%
Falta de Reconhecimento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,4%	1	3,4%	0	0,0%	2	1%	2	1%
Inviável, sem lucro, em propriedades pequenas	15	16,3%	4	12,1%	0	0,0%	7	17,1%	1	3,4%	2	9,5%	29	12%	14	10%
Produção não tem preço justo	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Atividade é viável	2	2,2%	1	3,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	3,4%	0	0,0%	4	2%	2	1%
Não tem folga, férias e final de semana	0	0,0%	2	6,1%	0	0,0%	0	0,0%	2	6,9%	0	0,0%	4	2%	4	3%
Na cidade eles tem mais oportunidades	14	15,2%	6	18,2%	3	14,3%	13	31,7%	5	17,2%	4	19,0%	45	19%	31	21%
é o futuro do Brasil	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	0	0%
Para cuidar dos avós	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	3,4%	0	0,0%	2	1%	1	1%
Não tiraria o emprego dos pais que morram na cidade	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	1	0%	1	1%
É mais tranquilo de viver/ qualidade de vida	27	29,3%	9	27,3%	9	42,9%	12	29,3%	10	34,5%	9	42,9%	76	32%	49	34%
Total	92	100%	33	100%	21	100%	41	100%	29	100%	21	100%	237	100%	145	100%

53 - Qual o resultado liquido das suas atividades por ano.

	MARECHAL		MERCEDES		Q. PONTES		N. S. ROSA		E. RIOS		P. BRAGADO		Total e %		Total s/ MCR	
até \$5.000,00	6	8,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	42,9%	0	0,0%	9	10%	3	16%
de \$5.001,00 a \$10.000,00	3	4,4%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	14,3%	0	0,0%	5	6%	2	11%
de \$10.001,00 a \$20.000,00	16	23,5%	1	50,0%	0	0,0%	3	30,0%	1	14,3%	0	0,0%	21	24%	5	26%
de \$20.001,00 a \$30.000,00	9	13,2%	0	0,0%	0	0,0%	3	30,0%	1	14,3%	0	0,0%	13	15%	4	21%
de \$30.001,00 a \$40.000,00	3	4,4%	0	0,0%	0	0,0%	1	10,0%	1	14,3%	0	0,0%	5	6%	2	11%
acima de \$40.001,00	31	45,6%	0	0,0%	0	0,0%	3	30,0%	0	0,0%	0	0,0%	34	39%	3	16%
Total	68	100%	2	100%	0	0%	10	100%	7	100%	0	0%	87	100%	19	100%

ANEXO A - Pesquisa da Emater

CULTURA ...:Soja (Plantio direto)

PRODUTOR: PROPRIEDADE ...: ÁREA (ha):

PRODUTIVIDADE:3300 kg/ha (55 sc 60 kg)

CUSTO DE PRODUÇÃO 1,00

INSUMOS R\$ 1.260,66

SERVICOS R\$ 381,00

TOTAL R\$ 1.641,66

OBS.CUSTO (UND. COMERCIALIZAÇÃO): R\$ 29,85 DATA DA COLETA DE PREÇOS (ANO/MÊS): 2009/05

OBSERVAÇÕES:

No caso de área infestada de folha larga acrescentar 2,4 D ao custo.

Data de emissão: 23/4/2010

CULTURA ...:Milho (Plantio direto)

PRODUTOR: PROPRIEDADE ...: ÁREA (ha):

PRODUTIVIDADE:7200 kg/ha (120 sc 60 kg)

1.300,76

720,00

2.020,76

CUSTO (UND. COMERCIALIZAÇÃO): R\$ 16,84 DATA DA COLETA DE PREÇOS (ANO/MÊS): 2009/05

Data de emissão: 23/4/2010

OBS.CUSTO (UND. COMERCIALIZAÇÃO): R\$ 29,85 DATA DA COLETA DE PREÇOS (ANO/MÊS): 2009/05

OBSERVAÇÕES:

No caso de área infestada de folha larga acrescentar 2,4 D ao custo.

Data de emissão: 23/4/2010.

ANEXO B - A Estrutura Agrária do Estado do Paraná

1. O que é Propriedade Familiar?

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) , define como "Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

2. O que é Módulo Rural?

O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar, e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Definir o que seja Propriedade Familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural.

3. Qual é a aplicação do Módulo Rural?

O Módulo Rural, atualmente, é utilizado para: - definir os limites da dimensão dos imóveis rurais no caso de aquisição por pessoa física estrangeira, residente no País. Neste caso, utiliza-se como unidade de medida o módulo de exploração indefinida (Ver ZTM). Cálculo do número de módulo do imóvel para efeito do enquadramento sindical. - Definir os beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de acordo com o inciso II, do parágrafo único do art. 1º, da Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998.

4. O que é Módulo Fiscal?

Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: - tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e - conceito de propriedade familiar.

5. Qual é a aplicação do Módulo Fiscal?

O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais; - Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. - Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até 4 (quatro) módulos fiscais).

Fonte: http://www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf. Acesso em: 05 mar. 2012.

<<http://agriculturaalternativa.com/agrialternativa/category/legislacao/modulo-fiscal-e-modulo-rural/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.